



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ
Direção de Ensino



Projeto Pedagógico de Curso
**CURSO BACHARELADO EM
TURISMO**

Rio de Janeiro
Janeiro 2024

Estrutura Organizacional

Diretorias Sistêmicas e Chefias pertinentes da unidade Maracanã (sede)

Diretor-Geral

Maurício Saldanha Motta

Vice-Diretora-Geral

Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretora de Ensino

Dayse Haime Pastore

Chefe do Departamento de Educação Superior

Diego Moreira de Araújo Carvalho

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Ronney Arismel Mancebo Boloy

Diretora de Extensão

Renata da Silva Moura

Diretora de Administração e Planejamento

Bianca de França Tempone Felga de Moraes

Diretora de Gestão Estratégica

Célia Machado Guimarães e Souza

Estrutura organizacional da UnED Petrópolis

Direção da Unidade

Felipe da Rocha Henriques

Gerência Administrativa

Michele Marques Gonzales

Gerência Acadêmica

Jurair Rosa de Paula Júnior

Revisão pedagógica

Diretoria de Ensino

Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Ensino

Allane de Souza Pedrotti

Ana Letícia Couto Araújo

Cristiane do Nascimento Gomes Borges

Danila Tavares Amato

João Antonio Miranda Tello Ramos Gonçalves

Saped - UnED Petrópolis

Márcia Rodrigues Ferreira Alves e Faria, pedagoga

Daphne Holzer Velihovetchi, técnica em assuntos educacionais

Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso

Portaria Cefet-RJ nº 1.046, de 15 de setembro de 2023

Prof^a. Suzana Santos Campos; M.Sc.(Coordenadora)

Prof^a. Aixa Teresinha Melo de Oliveira; M.Sc.

Prof^a. Jarlene Rodrigues Reis; D.Sc.

Prof. Marcelo Augusto Mascarenhas; M.Sc.

Lista de figuras

Figura 1 - Mapa com os campi do Cefet/RJ no estado do Rio de Janeiro.	12
Figura 2 - Organograma do Cefet/RJ.....	17
Figura 3 - Estrutura dos Conselhos Sistêmicos do Cefet/RJ	18
Figura 4 - Gráfico com a proporção de docentes por titulação.....	64
Figura 5 - Instalação de rampas entre os ambientes desnivelados.....	75
Figura 6 - Imagens da plataforma elevatória para acessar a entrada principal da Uned.	75
Figura 7 - Elevadores de acesso aos três andares dos blocos da Uned.....	76

Lista de tabelas

Tabela 1 - Disciplinas do Núcleo de Conteúdos Básicos.	37
Tabela 2 - Lista de disciplinas do Núcleo de Conteúdos Específicos.	38
Tabela 3 - Lista de disciplinas optativas.	39
Tabela 4 - Distribuição da carga horária do curso entre os diversos núcleos de conteúdos.	39
Tabela 5 - Distribuição de créditos e carga horária do curso, por período, e carga horária dedicada à extensão.	40
Tabela 6 - Etapas de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.	44
Tabela 7 - Carga horária do curso por período, carga horária total, e carga horária.	47
Tabela 8 - Lista de disciplinas obrigatórias do curso, em que há parte da carga horária.	48
Tabela 9 - Conjunto de imagens com a Estrutura Curricular do Curso.	49
Tabela 10 - Relação do corpo docente atuante no Curso Bacharelado em Turismo, sua titulação, carreira e regime de trabalho.	63
Tabela 11 - Relação dos professores que ministram aulas no Curso Bacharelado em Turismo e estão lotados em outros colegiados.	64
Tabela 12 - Quantitativo e porcentagem de docentes por titulação.	64
Tabela 13 - Relação da composição atual do Núcleo Docente Estruturante do Curso Bacharelado em Turismo da Uned Petrópolis (Portaria Cefet-RJ nº 1.046, de 15 de setembro de 2023).	66
Tabela 14 - Plano de atividades acadêmicas e administrativas.	67
Tabela 15 - Cursos Técnicos de Nível Médio oferecidos pelo Cefet/RJ.	43
Tabela 16 - Cursos de Graduação oferecidos pelo Cefet/RJ.	43
Tabela 17 - Curso de Pós-Graduação oferecidos pelo Cefet/RJ.	44

Índice

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2. APRESENTAÇÃO	6
3. INSTITUIÇÃO	7
3.1. HISTÓRICO.....	7
3.2. INSERÇÃO REGIONAL	10
3.3. FILOSOFIA, PRINCÍPIOS, MISSÃO E OBJETIVOS	15
3.4. GESTÃO ACADÊMICA.....	16
4. ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE TURISMO	21
4.1. Concepção do curso	21
4.1.1. JUSTIFICATIVA E PERTINÊNCIA DO CURSO.....	23
4.1.2. PROJETO PEDAGÓGICO.....	26
4.1.3. OBJETIVOS DO CURSO	29
4.1.4. PERFIL DO EGRESSO	29
4.1.4.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	31
4.2. Dados do curso	33
4.2.1. FORMAS DE INGRESSO.....	33
4.2.2. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.....	34
4.2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	35
4.3. Estrutura curricular	35
4.3.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	35
4.3.2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	41
4.3.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	43
4.3.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	45
4.3.5. ATIVIDADE DE EXTENSÃO.....	45
4.3.5.1. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	47
4.3.6. GRADE CURRICULAR	48
4.3.7. EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS	54
4.4. Procedimentos Didáticos e Metodológicos	54
5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO	60
5.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.....	60
5.2. Avaliação do Projeto do Curso	61
6. RECURSOS DO CURSO	63
6.1. Corpo Docente	63
6.1.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	65
6.1.2. COORDENAÇÃO DO CURSO.....	66
6.1.2.1. SEÇÃO DE ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA.....	67
6.1.2.2. SEÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS.....	69
6.2. Instalações Gerais	69
6.3. INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS	74
6.4. Biblioteca	77
6.5. Corpo discente	78
6.5.1. PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	78
6.5.2. ATIVIDADES ESTUDANTIS SUPLEMENTARES.....	80

7. REFERÊNCIAS	85
8. ANEXOS.....	90
Anexo I - Reconhecimento do Curso Bacharelado em Turismo.....	91
Anexo II - Fluxograma do Curso Bacharelado em Turismo por Subáreas de Conhecimento	92
Anexo III - Ementa e Bibliografia das Disciplinas do Curso	93
Anexo IV - Estatuto do Cefet/RJ.....	33
Anexo V – Tabela dos cursos	43

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação: Bacharelado em Turismo (1304510)

Modalidade: Educação presencial

Habilitação: Bacharelado

Titulação conferida: Bacharel em Turismo

Autorização: Resolução CODIR nº 15/2014, de 11 de abril de 2014 (Cefet/RJ, 2014)

Ano de início do funcionamento do Curso: Fevereiro/2015

Tempo mínimo de integralização: 8 semestres

Tempo máximo de integralização: 14 semestres

Reconhecimento: Portaria do MEC nº 88, de 20 de fevereiro de 2019

Resultado do ENADE: Conceito 5 (2018)

IDD: 4 (2018)

Regime acadêmico: Semestral

Número de vagas oferecidas: 80 vagas anuais (40 por semestre)

Turno de oferta: Noturno

Carga-horária total do Curso: 2626 horas

Carga-horária mínima estabelecida pelo MEC: 2.400 horas (Resolução nº 2, do CNE/CES, de 18 de julho de 2007)

Conceito Preliminar de Curso (CPC): 4 (2018)

Conceito de Curso (CC): 4 (2018)

Coordenação de curso: Prof^a Ms. Suzana Santos Campos

Endereço:

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ

Unidade Petrópolis

Curso Bacharelado em Turismo

Rua do Imperador, 971

Centro – Petrópolis – RJ

CEP 25.620-003

Contatos:

E-mail: turismo.petropolis@cefet-rj.br

Telefone: (24)22929700

www.cefet-rj.br

2. APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o resultado de um processo de planejamento coletivo. Nele encontra-se detalhado o Projeto Político-Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo da Uned Petrópolis do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ). A partir da necessidade de curricularização da extensão e novos desafios da atualidade frente às formas de se trabalhar e fruir do Turismo, fez-se necessário repensar o curso em busca de uma melhor adequação à realidade presente.

Este documento atualiza a versão anterior do Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo, reformulado em 2018, trazendo como principais alterações: a mudança na carga horária das disciplinas que passam a ser contabilizadas em horas – relógio e não mais horas – aula de 45 minutos, creditação da carga horária mínima de Extensão exigida de maneira implícita nas disciplinas do curso, diminuição da carga horária de estágio e atividades complementares exigida e inserção de disciplinas que tangenciam as novas possibilidades e desafios do mercado de trabalho.

3. INSTITUIÇÃO

No Brasil, os Centros Federais de Educação Tecnológica refletem a evolução de um tipo de instituição educacional que, no século XX, acompanhou e ajudou a desenvolver o processo de industrialização do país.

Mesmo com o avançar do século XXI, o Cefet-RJ segue como importante centro de excelência na oferta de educação pública, gratuita e de elevada qualidade, nos níveis técnico (concomitante com o ensino profissional técnico de nível médio), graduação e pós-graduação.

3.1. HISTÓRICO

Situada na cidade que foi capital da República até 1960, a Instituição ora denominada Cefet/RJ teve essa vocação definida desde 1917, quando, criada a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal – origem do atual Centro –, recebeu a incumbência de formar professores, mestres e contramestres para o ensino profissional. Tendo passado à jurisdição do Governo Federal em 1919, ao se reformular, em 1937, a estrutura do então Ministério da Educação, também essa Escola Normal é transformada em liceu destinado ao ensino profissional de todos os ramos e graus, como aconteceu às Escolas de Aprendizes Artífices, que, criadas nas capitais dos Estados, por decreto presidencial de 1909, para proporcionar ensino profissional primário e gratuito, eram mantidas pela União.

Naquele ano de 1937, tinha sido aprovado o plano de construção do liceu profissional que substituiria a Escola Normal de Artes e Ofícios. Antes, porém, que o liceu fosse inaugurado, sua denominação foi mudada, passando a chamar-se Escola Técnica Nacional, consoante o espírito da Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada em 30 de janeiro de 1942. A essa Escola, instituída pelo Decreto-Lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, coube ministrar cursos de 1º ciclo (industriais e de mestría) e de 2º ciclo (técnicos e pedagógicos).

O Decreto n.º 47.038, de 16 de outubro de 1959, traz maior autonomia administrativa para a Escola Técnica Nacional, passando ela, gradativamente, a extinguir os cursos de 1º ciclo e atuar na formação exclusiva de técnicos. Em 1966, são implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta duração. Os cursos eram realizados em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para efeito de colaboração do corpo docente e expedição de diplomas. A necessidade de preparação de professores para as disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação levou, em 1971, à criação do Centro de Treinamento de Professores, funcionando em

convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (CETEG) e o Centro Nacional de Formação Profissional (CENAFOR).

É essa Escola que, tendo recebido outras designações em sua trajetória – Escola Técnica Federal da Guanabara (em 1965, pela identificação com a denominação do respectivo Estado) e Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (em 1967, como homenagem póstuma ao primeiro Diretor escolhido a partir de uma lista tríplice composta pelos votos dos docentes) –, transforma-se em Centro Federal de Educação Tecnológica, pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

Desse modo, desde essa data, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ, no espírito da lei que o criou, passou a ter objetivos conferidos a instituições de educação superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, nos termos do Art.4º da Lei nº 5.540, de 21/11/68, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

Em 06/10/78, através do Parecer nº 6.703/78, o Conselho Federal de Educação aprovou a criação do Curso de Engenharia, com as habilitações Industrial Mecânica e Industrial Elétrica, sendo esta última com ênfases em Eletrotécnica, Eletrônica e Telecomunicações. No primeiro semestre de 1979, ingressaram no Cefet/RJ as primeiras turmas do Curso de Engenharia nas habilitações Industrial Elétrica e Industrial Mecânica, oriundas do Concurso de vestibular da Fundação CESGRANRIO.

Em 29/09/82, o então Ministro de Estado da Educação e Cultura, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15/08/79, e tendo em vista o Parecer nº 452/82 do CFE, conforme consta do Processo CFE nº 389/80 e 234.945/82 do MEC, concedeu o reconhecimento do Curso de Engenharia do Cefet/RJ, através da Portaria nº 403 (Anexo I), publicada no D. O. U. do dia 30/09/82.

A partir do primeiro semestre de 1998, iniciaram-se os cursos de Engenharia de Produção e de Administração Industrial, bem como os Cursos Superiores de Tecnologia. No segundo semestre de 2005, teve início o Curso de Engenharia de Controle e Automação. Dois anos depois, no segundo semestre de 2007, deu-se início o Curso de Engenharia Civil. Mais tarde, no segundo semestre de 2012, um novo curso de graduação passou a ser oferecido no Maracanã: Bacharelado em Ciências da Computação. Em 2018, no segundo semestre, começou a ser ofertado o Bacharelado em Física e Licenciatura em Matemática, em 2020.

Desde 1992, o CEFET/RJ passou a ofertar, também, cursos de mestrado em programas de pós-graduação stricto sensu. Atualmente, o CEFET/RJ possui os seguintes cursos de Mestrado: 1. Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas (antigo PPTEC) iniciado em 1992, Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (início em 2008), Mestrado em Engenharia Elétrica (início em 2009), Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação (início em 2010), Mestrado em Relações Étnico-Raciais (início em 2011), Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino (início em 2015), Mestrado em em Ciência da Computação (início em 2016) e o Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (início em 2019). Em 2013, começou o primeiro curso de Doutorado da instituição, em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE). Em 2015, começou o curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO).

Em 2016 começou o Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas e também em 2016 o Doutorado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais.

Em 2020, iniciaram os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*. Os cursos iniciados nesse ano foram o de Práticas, Linguagens e Ensino na Educação Básica e Patrimônio Cultural. Em 2022, iniciaram-se os cursos de Relações Étnico-Raciais e Educação: Sociedade, Linguagem e Relações Internacionais.

A Instituição insere-se no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e, no âmbito interno da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, mantém um Banco de Projetos de Pesquisa, com projetos oficialmente cadastrados, que abrangem atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e nos Programas de Pós-graduação, alguns deles com financiamento do CNPq, da FINEP, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. Programas institucionais de iniciação científica e tecnológica beneficiam, respectivamente, os cursos de graduação e os de nível de Educação Básica, aí compreendidos o Ensino Médio e, em especial, os cursos técnicos.

Trazendo em sua história o reconhecimento social da antiga Escola Técnica, o Cefet/RJ expandiu-se academicamente e em área física. Hoje, a instituição conta com a unidade sede (Maracanã), além de sete Unidades de Ensino Descentralizadas (Uned's). A primeira destas sete Unidades foi inaugurada em agosto de 2003 e está localizada em outro município, trata-se da Uned de Nova Iguaçu, situada no bairro de Santa Rita desse município da Baixada Fluminense. A segunda Uned foi inaugurada em junho de 2006 e corresponde à Uned de Maria da Graça, bairro da cidade do Rio de Janeiro. No segundo semestre de 2008, surgiram as Unidades de Petrópolis, Nova Friburgo e Itaguaí. Em 2010, foram inaugurados o Núcleo Avançado de Valença e a Uned de Angra dos Reis.

Desde 2011, o Cefet/RJ, juntamente com a UERJ, UENF, UNIRIO, UFRJ, UFF e UFRRJ integra um consórcio, em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Fundação Cecierj, com o objetivo de oferecer cursos de graduação à distância, na modalidade semipresencial, para todo o Estado. Ao iniciar o ano letivo de 2012, o Cefet/RJ passou a oferecer o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, nessa modalidade, visando atender a uma demanda latente de mercado regional, com base nos arranjos produtivos locais dos Polos do Consórcio CEDERJ do Estado do Rio de Janeiro e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia 2011.

A atuação educacional do Cefet/RJ inclui, então, a oferta regular de cursos de ensino médio e de educação profissional técnica de nível médio, cursos de graduação, incluindo cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas, cursos de mestrado e de doutorado, além de atividades de pesquisa e de extensão, estas incluindo cursos de pós-graduação *lato sensu*, entre outros. A educação profissional técnica de nível médio é ofertada em nove áreas profissionais, que dão origem a dezessete habilitações, que atualmente resultam em vinte e cinco cursos técnicos. No nível superior, a Instituição conta com dezoito habilitações, que resultam em trinta cursos superiores.

Esse breve histórico retrata as mudanças que foram se operando no ensino industrial no país, notadamente no que diz respeito à ampliação de seus objetivos, voltados, cada vez mais, para atuar em resposta aos níveis crescentes das exigências profissionais do setor produtivo em face do avanço tecnológico e da globalização econômica. Os Centros Federais de Educação Tecnológica, por sua natural articulação com esse setor, são

sensíveis à dinâmica do desenvolvimento, constituindo-se em agências educativas dedicadas à formação de recursos humanos capazes de aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços.

O Cefet/RJ é desafiado e se desafia a contribuir no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e da região, atento às Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do país. Voltado a uma formação profissional que deve ir ao encontro da inovação e do desenvolvimento tecnológico, da modernização industrial e potencialização da capacidade e escala produtiva das empresas aqui instaladas, da inserção externa e das opções estratégicas de investimento em atividades portadoras de futuro – sem perder de vista a dimensão social do desenvolvimento –, o Centro se reafirma como uma Instituição pública que deseja continuar a formar quadros para os setores de metal-mecânica, petroquímica, energia elétrica, eletrônica, telecomunicações, informática e outros que conformam a produção de bens e serviços no país.

3.2. INSERÇÃO REGIONAL

Segundo dados estimados pelo IBGE para o ano de 2022, o Estado do Rio de Janeiro com 43.780,172 km², abriga uma população de cerca de 16 milhões de habitantes (16.054.524), sendo a unidade da Federação de maior concentração demográfica, 366,96 habitantes/km², especialmente na Região Metropolitana, constituindo-se assim em um grande mercado consumidor de bens e serviços. Encontra-se em posição geográfica privilegiada, no centro da região geoeconômica mais expressiva do País, sendo o segundo Estado em importância econômica do Brasil.

Em 2019, a região Sudeste manteve-se em um patamar superior a cinquenta por cento de participação no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, representando 51,9% do total. Já no ano de 2020, levando-se em consideração apenas os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, pode-se afirmar que estas 3 unidades da federação, juntas, representavam 50,1% de todo o PIB nacional, ou seja, estes três estados concentraram mais da metade do Produto Interno Bruto do país.

Admitindo-se um raio de 500 km, a partir da cidade do Rio de Janeiro, atingindo São Paulo, Belo Horizonte e Vitória, identifica-se uma região geoeconômica de grande importância sob o ponto de vista abastecedor/consumidor. Nesta região encontra-se aproximadamente 32% da população do País, 65% do produto industrial, 65% do produto de serviços e 40% da produção agrícola. Através dos portos desta região são realizados 70% em valor das exportações brasileiras.

A prestação de serviços e a indústria exercem papel fundamental na economia fluminense. Áreas como telecomunicações e tecnologia da informação são áreas de grande interesse para a prestação de serviços.

O setor industrial do Rio de Janeiro é o segundo mais importante do País. Indústrias como a metalúrgica, siderúrgica, gás-química, petroquímica, naval, automobilística, audiovisual, cimenteira, alimentícia, mecânica, editorial, gráfica, de papel e celulose, de extração mineral, extração e refino de petróleo, química e farmacêutica comprovam a diversidade da estrutura do setor industrial do Rio de Janeiro e sua potencialidade econômica.

O Estado do Rio de Janeiro destaca-se pela expressiva representatividade de suas indústrias de base, como por exemplo, a Petrobras (petróleo e gás natural), líder mundial no ramo, com tecnologia própria na extração de petróleo em águas profundas. O Estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo e gás natural do País, respondendo, em 2014, por 68,4% da produção nacional. A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (aços planos), por exemplo, é a maior da América Latina. Entre as diversas indústrias existentes estão a Vale S.A., uma das maiores mineradoras do mundo, a Cosigua (aços não planos), a Valesul (alumínio), a Ingá (zinco) e a Nuclep (equipamentos pesados). No setor energético, completam a lista a Eletrobrás, maior companhia latino-americana do setor de energia elétrica, Furnas Centrais Elétricas, Eletronuclear, entre outras.

Na indústria naval, uma das atividades econômicas mais antigas do Brasil - onde o Rio é pioneiro, o estado detém mais de 85% da capacidade nacional instalada, inovando na construção de grandes plataformas de petróleo e em sofisticadas embarcações de apoio *offshore*.

O Polo Automotivo, com a Peugeot-Citröen, as empresas do tecnopólo e a Volkswagen Caminhões (MAN Latin America), é um dos mais modernos do mundo, exporta para os principais mercados e consolida a liderança tecnológica do país neste setor.

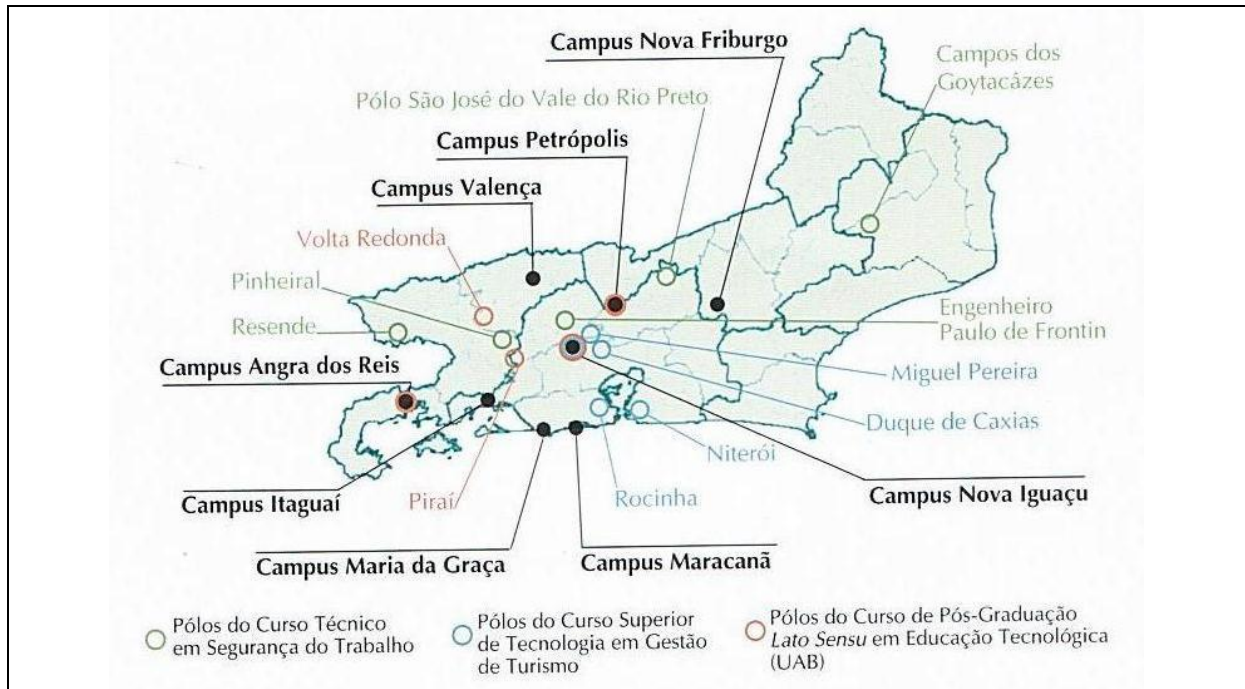
Em decorrência principalmente de sua base tecnológica, o Estado do Rio de Janeiro tem gerado inúmeras oportunidades para indústrias de alta tecnologia, como a química fina, novos materiais, biotecnologia, mecânica de precisão e eletroeletrônica, onde o Pólo Tecnológico é o grande centro deste segmento industrial.

A expansão da demanda interna, notadamente observada em gêneros como Bebidas e Perfumaria, Sabões e Velas, ressalta-se também o desempenho dos setores produtores de Material Plástico e de Materiais não Metálicos.

O Estado apresenta comércio dinâmico e uma atividade financeira intensa somados a uma pujante indústria de turismo.

O estado do Rio de Janeiro representa uma alternativa disponível para projetos agropecuários modernos, intensivos em tecnologia, dentro do atual modelo agrícola brasileiro de cada vez mais buscar o crescimento da produção através do aumento da produtividade.

Desta forma, o Cefet/RJ, com Sede situada no bairro Maracanã, com quase um século de existência, suas sete Unidades (como pode ser visto na Figura 1) e diversos polos de Educação a distância, inseridos no Estado do Rio de Janeiro, conforme o mapa de situação a seguir, observando as demandas do mercado de trabalho, atua na formação de profissionais capazes de suprir as necessidades da Região, em diversas áreas e segmentos de ensino.

Figura 1 - Mapa com os *campi* do Cefet/RJ no estado do Rio de Janeiro.

A Unidade Petrópolis tem sua história inserida no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, que prevê a expansão da Rede Federal de Ensino, com a criação de uma escola técnica em cada cidade-polo do país. O campus Petrópolis é o 200º campus da Rede e tem como parceiros estratégicos públicos o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Com a contrapartida da Prefeitura Municipal de Petrópolis, que respondeu à chamada pública que lançou o edital de Projetos de Apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da SETEC/MEC, foi inaugurado, em 13 de setembro de 2008, como uma das escolas orientadas pelo conceito de cidade-polo, que, tendo como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, visa aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais (APL), a possibilidade de parcerias e a infraestrutura existente.

A autorização para seu funcionamento foi dada pela Portaria nº 704 de 09 de junho de 2008, a qual levou em consideração a existência de crescente carência de mão-de-obra especializada nas diversas áreas do saber, a necessidade de promover a educação profissional de qualidade nos diferentes níveis e, ainda, a necessidade de proporcionar maior desenvolvimento à região atendida pelo campus.

O campus Petrópolis iniciou suas atividades em 18 de agosto de 2008 com os seguintes cursos: Curso Técnico em Telecomunicações – TV Digital e Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo e Licenciatura em Física, tendo a cerimônia solene de inauguração ocorrida em 13 de setembro do mesmo ano.

A Unidade oferece, atualmente, o curso técnico em Telecomunicações Integrado ao Ensino Médio e os cursos de graduação em Engenharia de Computação, Bacharelado em Turismo, Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática.

Localizado no Centro Histórico de Petrópolis, à Rua do Imperador, destina-se a ser mais uma Unidade a assumir a missão institucional do Cefet/RJ: promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

Conhecida como “Cidade Imperial”, Petrópolis foi fundada como colônia agrícola por iniciativa de Dom Pedro II, que construiu no local o palácio de veraneio da Família Real. Durante seu reinado, a Corte se mudava para Petrópolis durante o verão, o que deu à cidade grande projeção na época do Segundo Reinado. Com o advento da República, Petrópolis perdeu parte de seu prestígio, mas continuou a servir de refúgio para o descanso de verão de diversos presidentes brasileiros, em especial Getúlio Vargas.

O Cefet/RJ Petrópolis ocupa um prédio dos primeiros anos da República. Construído em 1894, quando a cidade é capital do estado do Rio de Janeiro, para ser o Palácio da Justiça, sua fachada foi símbolo do poder judiciário regional até 2006. Antes de sua construção, o local já fazia parte da planta original da colônia agrícola idealizada por Júlio Koeler e nele foram recebidos os primeiros colonos alemães que participariam da realização do projeto urbano. Ao longo de sua história, o prédio também abrigou o quartel de polícia, o corpo de bombeiros, a coletoria estadual e até um provisório hospital de indigentes, persistindo na percepção dos petropolitanos como um prédio público, caráter que se reafirma com a presença da instituição de ensino. Após a transferência da capital federal para a cidade de Brasília, a importância de Petrópolis no contexto político do Brasil foi reduzida.

Contudo, além da influência da presença da Corte Imperial, do período que sedia a Capital do Estado do Rio de Janeiro (1894-1904) e dos verões presidenciais até 1960, Petrópolis recebe ao longo do tempo famílias alemãs, bem como imigrantes açorianos, japoneses, portugueses e italianos. A diversidade de influências culturais é um dos atrativos turísticos da cidade, refletindo-se na arquitetura, na culinária e na realização de festas típicas. Assim, os principais atrativos turísticos de Petrópolis são relacionados à história e ao patrimônio arquitetônico. Nesse sentido, merece destaque o Museu Imperial, antiga casa de veraneio da Família Real que abriga um dos principais acervos do Brasil. Entre os pontos turísticos mais visitados encontram-se também a Casa de Santos Dumont, a Catedral de São Pedro de Alcântara, o Palácio de Cristal e o Palácio Quitandinha.

Além da influência dos tempos imperiais, Petrópolis recebeu famílias de agricultores alemães, bem como imigrantes açorianos e italianos. A diversidade de influências culturais é um dos atrativos turísticos da cidade, refletindo-se na arquitetura, na culinária e na realização de festas típicas.

Petrópolis está dividida em cinco distritos, que se subdividem em bairros menores:

- Petrópolis, distrito sede;
- Cascatinha, 2º distrito;
- Itaipava, 3º distrito;

- Pedro do Rio, 4º distrito;
- Posse, 5º distrito.

Situada no estado do Rio de Janeiro, na Região Serrana, a cidade de Petrópolis encontra-se a 68 km da capital. Ocupa uma área de 796,80 km² e tem uma população de 295.917 habitantes (IBGE, 2016). Petrópolis tem localização privilegiada, com fácil acesso às capitais da Região Sudeste. A cidade faz fronteira com os municípios de Areal, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis. O acesso a Petrópolis é feito pelas rodovias BR-040, RJ-107 e BR-495. Localizada no conjunto montanhoso da Serra dos Órgãos, a 845 metros de altitude média, Petrópolis apresenta um clima ameno, que ajuda a caracterizar a cidade como uma das mais importantes estâncias turísticas do Brasil.

A economia de Petrópolis é baseada no turismo (histórico e cultural) e no setor de serviços. Também merece destaque o comércio de roupas, fabricação de chocolate e cerveja, sobretudo nos polos da Rua Teresa e Itaipava, que atraem compradores (atacadistas e varejistas) de todo o país.

Atualmente com um PIB de R\$ 7,1 bilhões, a cidade possui o 9º maior PIB do estado. Também merecem destaque o polo moveleiro do Bingen e polo têxtil na mesma região que abriga a rodoviária e passará a ser a principal via de entrada da cidade após a duplicação da serra ser concluída.

O setor de serviços, em especial o de turismo, representa importante canal de acesso a recursos financeiros para o empresariado, assim como para o poder público local, pois, de acordo com o Plano Petrópolis Imperial (PETRÓPOLIS, 2010, p. 28), “o perfil da cidade aponta atualmente para o desenvolvimento da atividade turística e do estudo, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de ponta”. Sendo assim, o investimento em equipamentos que favoreçam o turismo na região significa não só um incentivo a um setor, mas também um plano de crescimento econômico sustentável para toda a cidade.

Sua posição estratégica e seu potencial de desenvolvimento contribuíram significativamente para a criação do campus. Caracterizada como cidade-polo, Petrópolis constitui uma referência para um conjunto de municípios – mesorregiões – em um raio de 50 km, atendendo à demanda educacional do interior do estado, um dos critérios fundamentais definidos no Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino.

Além de suas características históricas, Petrópolis também é reconhecida pelo desenvolvimento na área tecnológica, como fruto de investimentos relacionados ao movimento Petrópolis Tecnópolis que, tendo como objetivo promover o desenvolvimento social e econômico da região, tem atraído empresas e instituições de base tecnológica para a cidade. Quanto a esse aspecto, é importante mencionar que Petrópolis constitui a sede do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A cidade destaca-se também no campo da educação, por sua tradição em abrigar renomadas instituições de ensino, tanto públicas, como privadas, sendo muitas vezes reconhecida pela qualidade da formação oferecida nos níveis de educação básica e

superior. Seu clima ameno e a qualidade de vida que oferece colaboram para que Petrópolis seja vista como uma cidade com enorme potencial educativo.

3.3. FILOSOFIA, PRINCÍPIOS, MISSÃO E OBJETIVOS

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (Cefet/RJ, 2020, PDI 2020-2024, p. 25), o Cefet/RJ tem por **missão**: “promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade”

Corresponde à filosofia orientadora da ação no Cefet/RJ compreender essa instituição educacional como um espaço público de formação humana, científica e tecnológica. Compreender, ainda, que:

- todos os servidores são responsáveis por esse espaço e nele educam e se educam permanentemente;
- os alunos são corresponsáveis por esse espaço e nele têm direito às ações educacionais qualificadas que ao Centro cabe oferecer;
- a convivência, em um mesmo espaço acadêmico, de cursos de diferentes níveis de ensino e de atividades de pesquisa e extensão compõe a dimensão formadora dos profissionais preparados pelo Centro (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores, docentes e outros), ao mesmo tempo em que o desafia a avançar no campo da concepção e realização da educação tecnológica.

A filosofia institucional se expressa, ainda, nos princípios norteadores do seu projeto político-pedagógico, documento (re) construído com a participação dos segmentos da comunidade escolar (servidores e alunos) e representantes dos segmentos produtivo e outros da sociedade. Integram tais princípios:

- defesa da educação pública e de qualidade;
- autonomia institucional;
- gestão democrática e descentralização gerencial;
- compromisso social, parcerias e diálogo permanente com a sociedade;
- adesão à tecnologia a serviço da promoção humana;
- probidade administrativa;
- valorização do ser humano;
- observância dos valores éticos;
- respeito à pluralidade e divergências de idéias, sem discriminação de qualquer natureza;
- valorização do trabalho e responsabilidade funcional.

Orientados pela legislação vigente, constituem objetivos prioritários do Cefet/RJ:

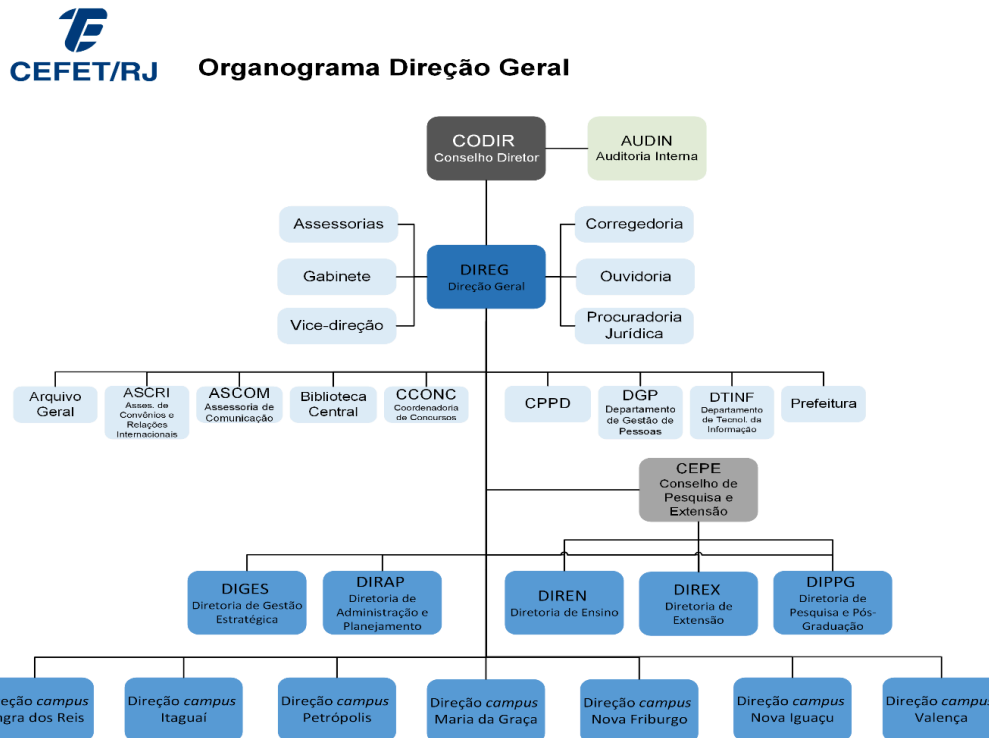
- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*;
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- realizar pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade;
- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

3.4. GESTÃO ACADÊMICA

Segundo o Estatuto do Cefet/RJ aprovado pela Portaria nº 3.796, de novembro de 2005 (Anexo IV), do Ministério da Educação, a estrutura geral do Cefet/RJ compreende:

- I Órgão colegiado: Conselho Diretor
- II Órgãos executivos:
 - a. **Diretoria Geral:**
 - i. Vice-Diretoria Geral;
 - ii. Assessorias Especiais
 - iii. Gabinete
 - b. Diretorias de Unidades de Ensino
 - c. **Diretorias Sistêmicas**
 - i. Diretoria de Administração e Planejamento
 - ii. Diretoria de Ensino
 - iii. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 - iv. Diretoria de Extensão
 - v. Diretoria de Gestão Estratégica
- III Órgãos de controle:
Auditoria Interna

A Figura 2 a seguir ilustra o organograma funcional do Cefet/RJ, com todas as suas diretorias sistêmicas e Unidades.



Fonte: Site Cefet 2013 (Estrutura organizacional)

Figura 2 - Organograma do Cefet/RJ

À **Direção-Geral (DIREG)** compete à direção administrativa e política do Centro. A Assessoria Jurídica compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados a assuntos de natureza jurídica definidos pelo Diretor-Geral e de interesse do Cefet/RJ.

A **Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP)** é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do Cefet/RJ e sua execução financeira e contábil.

A **Diretoria de Ensino (DIREN)** é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino do Cefet/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretoria de Extensão.

A **Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPP)** é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação do Cefet/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Extensão.

A **Diretoria de Extensão (DIREX)** é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão do Cefet/RJ,

devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

A **Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES)** é o órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do Cefet/RJ.

As Unidades de Ensino estão subordinadas ao Diretor-Geral do Cefet/RJ e têm a finalidade de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão. O detalhamento da estrutura operacional do Cefet/RJ, assim como as competências das unidades e as atribuições de seus dirigentes estão estabelecidas em Regimento Geral, aprovado pelo Ministério da Educação, em 1984.

A estrutura dos Conselhos Sistêmicos do Cefet/RJ está representada a seguir:

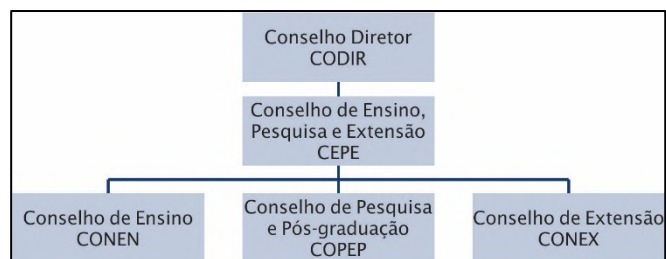


Figura 3 - Estrutura dos Conselhos Sistêmicos do Cefet/RJ

Cada *campus* ou Unidade possui um Conselho local, que corresponde a um órgão consultivo e deliberativo. O Colegiado é o órgão consultivo de cada Departamento Acadêmico ou Coordenação para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes do Centro.

Na Unidade Sede, o Conselho local consultivo e deliberativo, que trata dos assuntos da graduação, é o Conselho Departamental (CONDEP). Tal conselho é a instância colegiada da Graduação no campus Maracanã. Os membros desse conselho são chefes dos departamentos/coordenações da Graduação e a representação discente. A chefia do Departamento de Educação Superior (DEPES), que também preside o CONDEP, é responsável pela supervisão e coordenação das atividades acadêmicas e administrativas do DEPES.

O DEPES é um órgão executivo da Diretoria de Ensino do Cefet/RJ, que trata das questões relativas ao planejamento e a execução das atividades de ensino superior no Maracanã (Sede). Cabe ao DEPES o planejamento e a implementação dos cursos sob sua supervisão, assim como os respectivos programas de graduação.

O coordenador do curso auxilia no planejamento, execução e supervisão do ensino, pesquisa, extensão e demais atividades do curso. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) vem a contribuir neste sentido, uma vez que é responsável pela contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O Cefet/RJ mantém uma estrutura acadêmico-administrativa, dando suporte aos discentes e docentes dos cursos de graduação do Maracanã através dos seguintes setores, além da Diretoria de Ensino, do DEPES e do próprio Departamento Acadêmico:

- Departamento de Registros Acadêmicos (DERAC): responsável pela vida escolar e atendimento aos alunos: fluxo curricular, matrículas, trancamentos, frequências, notas, aprovação/reprovação, colação de grau, diplomas.
- Secretaria Acadêmica (SECAD): responsável pelo apoio ao docente na condução de suas atividades acadêmicas e ao discente com informações sobre salas, docentes e avisos. Interage com os Departamentos e com o DERAC.
- Coordenadoria dos Cursos de Graduação (COGRA): é subordinada à Diretoria de Ensino (DIREN) e desenvolve atividades sistêmicas de atendimento às demandas dos cursos superiores de todas as unidades que compõe o Sistema Cefet/RJ. As atividades da COGRA incluem Processos de Transferência:
 - a) Interna - Semestral e sistêmico: planejar e confeccionar edital, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em cursos de graduação do Cefet/RJ;
 - b) Externa - Semestral e sistêmico: planejar e confeccionar edital, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em cursos de graduação do Cefet/RJ;
 - c) Ex-Offício: avaliar e emitir parecer para a DIREN;
 - d) Especiais: avaliar e emitir parecer para a DIREN;
 - e) Processos para Portadores de Diploma - semestral e sistêmico: planejar e confeccionar edital, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em cursos de graduação do Cefet/RJ;
 - f) Processos de Mobilidade Acadêmica entre as unidades do Cefet/RJ: planejar os trâmites, verificar as conformidades dos processos e encaminhar aos setores responsáveis, tendo em vista o preenchimento de vagas em disciplinas;
 - g) Processos de Mobilidade Acadêmica Nacional: planejar e confeccionar edital, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em disciplinas;
 - h) Receber e encaminhar documentações aos setores e instituições responsáveis;
 - i) Recebimento e Guarda das Ementas dos Cursos de Graduação do Cefet/RJ;
 - j) Recebimento e verificação dos trâmites institucionais para criação de código de disciplinas;
 - k) Inclusão da disciplina no SIE;
 - l) Envio aos alunos, de ementas solicitadas.
- Setor de Estágio Supervisionado (SESUP): disponibiliza aos alunos todas as informações necessárias para a realização do Estágio Supervisionado da Graduação dos cursos do Maracanã. Este setor fica situado na SECAD.
- Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC): atua no sentido de viabilizar as condições de infraestrutura para a realização dos programas, projetos

e atividades de extensão, de forma articulada com a comunidade interna e a sociedade.

- Seção de Recursos Didáticos (COTED): responsável pelos recursos audiovisuais disponibilizados aos docentes e discentes para a operacionalização e apoio às atividades acadêmicas, dentre eles: TV's, vídeos, projetores multimídia, microsystem, DVD, etc.
- Comissão de Acompanhamento de Desempenho Discente (CADD), sistêmica. As atribuições de cada CADD são as seguintes:
 - a) Acompanhar e orientar alunos que tenham apresentado baixo desempenho acadêmico de tal forma a orientá-los para a finalização do curso;
 - b) Assessorar o seu respectivo coordenador acerca de assuntos relativos a situação dos alunos em acompanhamento e orientação.

4. ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE TURISMO

4.1. Concepção do curso

O Curso Bacharelado em Turismo surgiu a partir de discussões desenvolvidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do então Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, ofertado no Cefet/RJ Petrópolis entre 2008 e 2014. A transição para o Bacharelado foi proposta pelo NDE como parte das ações desenvolvidas na esfera do Projeto de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 (PDI) do Cefet/RJ (Cefet/RJ, 2020)¹. Após análise de demandas regionais do setor de turismo, tendo como norte as diretrizes curriculares para o Bacharelado em Turismo, foi apresentada ao Conselho de Unidade – Petrópolis/RJ a proposta de descontinuidade do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e o início da oferta do Curso Bacharelado em Turismo. O projeto do curso foi aprovado em instância local e, posteriormente, autorizado pelo Conselho Diretor do Cefet/RJ por meio da Resolução nº 15/2014, publicada em 11 de abril de 2014 (Cefet/RJ, 2014). O Curso Bacharelado em Turismo passou a ser ofertado no primeiro semestre letivo de 2015.

A proposição do Bacharelado em Turismo se deu ainda em virtude da consolidação e do amadurecimento observados durante o período em que o Cefet/RJ Petrópolis ofertou o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, que esteve entre as primeiras opções de formação proporcionadas pela Unidade, ao lado do Curso de Licenciatura em Física e do Curso Técnico em Telecomunicações. Ao longo dos primeiros anos de existência do Cefet/RJ Petrópolis, a formação oferecida pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo ganhou consistência, o que se refletiu na projeção das ações desenvolvidas por docentes e discentes do curso. Nesse período, diversos integrantes do corpo docente do curso se dedicaram também à capacitação em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, incrementando sua participação em projetos e grupos de pesquisa dentro e fora do Cefet/RJ. O aumento da capacitação do corpo docente, composto integralmente por mestres e doutores, somou-se aos elementos que favoreceram a concepção do Curso Bacharelado em Turismo, em substituição ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.

Do ponto de vista pedagógico, a proposta do Curso Bacharelado em Turismo resultou da necessidade de ampliar e aprofundar a formação profissional e acadêmica em turismo que era proporcionada no Curso Superior de Tecnologia. No novo curso, portanto, buscava-se não somente o atendimento de demandas tecnológicas e profissionalizantes, como também o aperfeiçoamento cultural e profissional dos discentes por meio de uma

¹ O PDI 2020-2024 tinha como um de seus objetivos “desenvolver políticas para a melhoria do acesso aos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição.”. Nesse sentido, o documento estabelece algumas ações a serem desenvolvidas no período de vigência do Plano, como por exemplo: “Divulgar a mobilidade interna e externa dos alunos de educação profissional técnica de nível médio e graduação. Divulgação dos cursos e esclarecimentos com relação às áreas de conhecimentos” (Cefet/RJ, 2020, p. 88-89).

estrutura intelectual sistematizada, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

O Curso Bacharelado em Turismo está inserido no contexto da demanda por programas de capacitação que atendam às necessidades específicas do setor de turismo, que se destaca no cenário econômico da cidade de Petrópolis e da região. A tradição turística do município torna o curso atraente não só para a população local, mas também para moradores de cidades próximas. Em Petrópolis, a atividade turística está intimamente ligada à própria história do Brasil e tem sido atestada pela existência de museus e atrativos culturais com elevadas taxas de visitação. Além disso, a cidade foi destacada em 2007 entre os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional no país pelo Ministério do Turismo, sendo monitorada anualmente a partir de uma série de indicadores ligados à atividade turística local (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2022). Tais aspectos apontam para sua vocação como liderança na capacitação para o setor de turismo na região, bem como seu potencial para maximizar a geração de emprego e renda, na busca por um desenvolvimento sustentável.

Essas características, somadas à oferta do referido curso, têm se refletido no interesse de empresários e trabalhadores do setor de turismo em se prepararem para o acolhimento de mais turistas e visitantes, no sentido de qualificar mão de obra, planejar e discutir soluções eficientes e inovadoras para o atendimento de demandas presentes e futuras. Petrópolis se beneficia, portanto, com a oferta de um curso superior gratuito, que proporciona aos interessados no setor de turismo uma capacitação de qualidade para uma necessidade crescente de bons profissionais preparados para atuar em diferentes níveis, nos âmbitos público e privado.

No final do ano 2018, o curso passou por processo de avaliação realizado pelo MEC, recebendo conceito final 4, com destaque para a organização didático-pedagógica e para a capacitação do corpo docente que integra o Colegiado. No mesmo ano, o Curso de Turismo obteve nota máxima (conceito 5) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), agregando mais um fator de reconhecimento da qualidade da formação ofertada pelo curso (Cefet/RJ, 2019).

Em 2023, o Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo voltou a ser discutido e passou por reformulação, em virtude da necessidade de atender às determinações da Resolução nº 7/2018 do CNE, voltadas à inserção de atividades de extensão nos currículos dos cursos superiores no Brasil. No Cefet/RJ, a curricularização da extensão no ensino superior é regida pela Resolução nº 01/2023 do CEPE, um dos documentos norteadores das discussões sobre o novo PPC do Bacharelado em Turismo. Durante o processo de reformulação curricular e reestruturação pedagógica do curso, foi considerado ainda o contexto de transformações e de novas demandas que têm surgido no setor de turismo desde o início da pandemia do coronavírus, no ano de 2020. Tal cenário se mostra desafiador, na medida em que as dinâmicas de interação social e de mobilidade, fortemente impactadas nos últimos anos, resultam em alterações nas práticas de consumo turístico que ainda não se encontram completamente dimensionadas. O PPC atual busca, portanto, contemplar uma realidade em franca mutação, e nesse sentido o fortalecimento das vertentes extensionistas do curso reforça o diálogo com a comunidade e a incorporação das necessidades e das mudanças observadas no mercado turístico da cidade de Petrópolis e da região.

4.1.1. JUSTIFICATIVA E PERTINÊNCIA DO CURSO

Petrópolis e as cidades vizinhas possuem grande potencial econômico e turístico, porém verifica-se a carência de programas de capacitação que atendam às necessidades específicas do setor de turismo, em franco crescimento, em nível regional. Para muitas pessoas que já trabalham na área e desejam aprofundar seus conhecimentos, as principais opções estão na cidade do Rio de Janeiro ou em cidades ainda mais distantes, o que dificulta a realização da capacitação.

Sendo o Curso Bacharelado em Turismo voltado para a qualificação em diversos setores de atuação no mercado turístico, sua oferta pelo Cefet/RJ em Petrópolis vai ao encontro de uma demanda crescente por profissionalização dos serviços turísticos na região, com foco nos setores público e privado. A localização da cidade de Petrópolis torna o Curso Bacharelado em Turismo atraente não só para a população local, mas também para moradores de outras cidades próximas.

O curso está alinhado aos objetivos traçados pelo Plano Diretor de Turismo de Petrópolis, sobretudo no que se refere ao Programa para qualificação da oferta turística, cujo intuito consiste em aprimorar os serviços prestados nos segmentos de hospitalidade, gestão de eventos e restauração, dentre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2022). Nesse sentido, o Curso Bacharelado em Turismo contribui tanto para a formação direta de profissionais qualificados como também para a promoção de atividades de pesquisa e extensão direcionadas à melhoria dos serviços turísticos em Petrópolis.

Outro fator de atração do curso está relacionado à consolidação da cidade junto ao programa federal do Ministério do Turismo “65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional”, compreendido como processo de indução do desenvolvimento turístico regional, tendo em vista os destinos possuírem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleos receptores e/ou distribuidores de fluxos turísticos.

Destaca-se que Petrópolis/RJ pertence ao seleto grupo de municípios brasileiros que recebem continuamente capacitação e qualificação, como também monitoramento e avaliação da atividade turística. Para tanto, devem-se criar condições para que o turismo local/regional possa ser desenvolvido por meio de profissionais capacitados e com competências e habilidades necessárias para o aprimoramento do produto turístico local e regional.

Petrópolis se beneficia, portanto, com a oferta de um curso superior gratuito, que proporciona aos interessados no setor de turismo a capacitação de qualidade para uma demanda crescente de bons profissionais, preparados para a atuação em empreendimentos turísticos diversificados.

Localizada na região turística Serra Verde Imperial, no estado do Rio de Janeiro, a cidade de Petrópolis possui variado repertório de atrações turísticas, destacando-se no segmento do turismo cultural. A importância de Petrópolis durante períodos marcados pela construção da Estrada Real, além de momentos marcantes do Império e da República, deixou legados histórico-culturais e arquitetônicos que se destacam na formação da

identidade turística local. Classificada com categoria A no Mapa do Turismo Brasileiro do Ministério do Turismo, Petrópolis chama a atenção ainda pelo clima ameno e pela presença da Mata Atlântica em amplas áreas de seu território (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2023).

Dentre os atrativos turísticos mais visitados, merece destaque o Museu Imperial, antiga casa de veraneio da Família Real que abriga um dos principais acervos do Brasil. Convém citar ainda a Casa de Santos Dumont, a Catedral de São Pedro de Alcântara, o Palácio de Cristal e o Palácio Quitandinha. Este último representa um dos grandes marcos do turismo na cidade, a inauguração do Hotel Cassino Quitandinha, em 1944. Em dois anos de funcionamento, o Hotel recebeu milionários, atrizes, vedetes, políticos e muitas celebridades da época. Entretanto, com a proibição dos jogos de azar no Brasil, em 1946, o Hotel Quitandinha começou a entrar em decadência. Os apartamentos foram vendidos e hoje as áreas sociais são utilizadas para a realização de congressos, shows, feiras e outros eventos.

O desenvolvimento e o crescimento do setor de turismo na cidade são orientados atualmente pelo Plano Diretor de Turismo de Petrópolis, cuja vigência abrange o período entre 2023 e 2030. O documento foi elaborado por diversos atores sociais e instituições da comunidade petropolitana e do setor de turismo, como Secretaria Municipal de Turismo (TurisPetro), Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) de Petrópolis, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) – Petrópolis, Petrópolis *Convention & Visitors Bureau* (PC&VB) SEBRAE, entre outros órgãos representativos que possuem vinculação direta com a atividade turística (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2022).

De acordo com o Inventário da oferta turística petropolitana apresentado pelo Plano Diretor de Turismo de Petrópolis, nos cinco distritos que compõem o município há diferentes segmentos de atrativos turísticos, como o turismo de aventura, o turismo ecológico, além de uma variada oferta de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2022). Boa parte das construções e dos monumentos históricos que remetem ao Segundo Reinado estão concentrados na região do primeiro distrito, onde Dom Pedro II e sua família passavam temporadas de veraneio, no prédio que hoje abriga o Museu Imperial.

A tradição turística da cidade tem gerado reconhecimentos e marcos que, gradativamente, são agregados ao imaginário turístico local. O Plano Diretor de Turismo destaca alguns títulos conquistados por Petrópolis nos últimos anos:

a capital estadual dos produtos orgânicos pela Lei nº 8118 foi publicada no Diário Oficial do Estado de 25 de setembro de 2018; a capital estadual do canto coral pela Lei nº 8.600, de 31 de outubro de 2019; a capital estadual da cerveja, através da Lei 7.650, sancionada no dia 14 de julho de 2017. [...]. Outro título recente é o de capital estadual do casamento, Lei 9709, de 8 de junho de 2022. Segundo O Diário de Petrópolis, são em média 4 uniões por dia na cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2022, p. 47).

Segundo o documento, entre os *stakeholders* do setor de turismo petropolitano há interesse em maximizar o potencial desses marcos para que se incrementem, nos próximos anos, os números de visitantes e a rentabilidade da atividade turística local.

Nesse sentido, o Calendário de Eventos também representa um ponto forte para impulsionar o crescimento da demanda turística na cidade. Atualmente, a *Bauernfest* (festa dedicada às tradições e à história dos colonos alemães) é o evento petropolitano permanente de maior projeção turística, ocorrendo anualmente entre os meses de junho e julho – período em que se observam os mais altos índices de demanda turística em Petrópolis. Não obstante, outras realizações merecem destaque, como o festival de cultura japonesa *Bunka-Sai*, O Serra Serata (festival de cultura italiana), o festival de música *Rock the Mountain* e o Natal Imperial. No Plano Diretor de Turismo de Petrópolis, o levantamento de eventos permanentes promovidos na cidade conta com 24 realizações, dentre as quais se destacam os eventos culturais (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2022).

Ainda de acordo com o documento citado, a diversidade de atrativos histórico-culturais, aliada às riquezas naturais e à oferta de opções de compras e gastronomia, faz com que Petrópolis mobilize fluxos de visitantes de outras regiões de país e também do exterior. A localização privilegiada do município facilita a chegada de turistas de três importantes mercados emissores: as cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. O acesso facilitado a Petrópolis promove o desenvolvimento de produtos turísticos integrados a outras cidades turísticas, como o Roteiro Serras Cariocas (integrando Petrópolis com Teresópolis e Nova Friburgo) e o Roteiro Serra Mar (integrando Petrópolis com Teresópolis, Nova Friburgo, Cabo Frio e Búzios), fazendo com que o fluxo de visitantes seja intensificado anualmente, de modo que o planejamento do turismo integrado a outras localidades contribua para a elevação da demanda turística no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2022).

Existem, no entanto, segmentos incipientes, cujo potencial de desenvolvimento ou de crescimento tem sido identificado por gestores dos setores público e privado na cidade. No Plano Diretor de Turismo (2022), são citados como segmentos cujo potencial é notório em Petrópolis: aventura, bem-estar e saúde, LGBTQIAP+, PcDs, 60+, convenções e negócios, entretenimento e lazer.

Além disso, o projeto *Economia da Experiência*, do Ministério do Turismo, foi implantado recentemente na cidade, a partir do trabalho do GEPP – Grupo de Empreendedores da Economia da Experiência de Petrópolis. Atualmente são ofertados em Petrópolis produtos turísticos baseados nos princípios da Economia da Experiência, tendo como pilar a história do Segundo Reinado Brasileiro e sua ligação com a trajetória de Petrópolis. Os empreendimentos que participam do Tour da Experiência em Petrópolis abarcam desde equipamentos de hospedagem, alimentos e bebidas, Museu Imperial, o Coral do Instituto dos Meninos Cantores de Petrópolis, como também outros atrativos turísticos privados, propiciando um novo campo de atrações e estudos para a atividade turística local.

Toda essa movimentação turística no município de Petrópolis fez com que tenha sido registrada na cidade a frequência média de 36.781, 20.547 e 33.987 turistas por mês nos anos de 2019, 2020 e 2021, respectivamente, segundo dados do Observatório Regional do Turismo (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2022). Os índices permitem observar que o setor de turismo local se encontra em recuperação após os impactos causados pela pandemia do coronavírus. Convém ponderar ainda que a cidade de Petrópolis atravessou nova crise após as fortes chuvas que atingiram o município nos dias 15 de fevereiro e 20 de março de 2022. Na ocasião, uma série de deslizamentos e

alagamentos provocou a perda de vidas e moradias, além da instabilidade financeira e econômica gerada devido ao fechamento de empresas e postos de trabalho na cidade. Segundo Costa et al. (2022), os transtornos causados localmente no período após a tragédia, bem como sua ampla repercussão midiática, causaram receio entre turistas que pretendiam visitar Petrópolis nos meses que se seguiriam ao acontecimento. Para as autoras, a adoção de uma agenda positiva, destacando o trabalho de recuperação do município, além do fortalecimento do Calendário de Eventos de Petrópolis, têm sido medidas fundamentais para retomar o caminho de crescimento do setor de turismo local (COSTA et al., 2022).

Esse cenário de forte potencial de crescimento do turismo petropolitano, somado aos desafios configurados nos últimos anos, reforça a importância de cursos e instituições de ensino voltados para o aprimoramento profissional na área de turismo. Nesse contexto, o Curso Superior Bacharelado em Turismo representa importante contribuição para que a atividade turística local continue a se desenvolver de forma profissional, sustentável e integrada às demandas sociais, ambientais e econômicas da cidade e da região.

4.1.2. PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico de um Curso deve contemplar o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil dos concluintes e outras informações significativas referentes ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação. Além disso, as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) devem sustentar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que por sua vez devem sustentar a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Desta forma, o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Turismo, da Unidade Sede do Cefet/RJ, foi desenvolvido com base no Estatuto e no Regimento próprios do Cefet e considerando o seguinte embasamento legal:

- Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional;
- Resolução CNE/CES nº 2, de 18/06/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Res. CEPE/CEFET Nº 01/2015, que aprova o tempo máximo de integralização dos cursos presenciais oferecidos pelo CEFET/RJ;
- Resolução CEPE/CEFET-RJ nº01/2016, que aprova as normas para criação de cursos técnicos de nível médio e de graduação no âmbito do CEFET/RJ;
- Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006, do Ministério da Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Turismo;

Além disso, com relação à estrutura curricular, são contempladas as exigências dos seguintes documentos:

- Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014.
- Lei No 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).
- Decreto 4.281 de 25/06/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27/04/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Decreto nº 5.626, de 22/12/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/04/2002. Este regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Decreto No 5.296/2004, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que concede prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às gestantes, às lactantes, às pessoas com crianças de colo e aos obesos, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- Lei Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30/5/2012, que apresenta as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Lei nº 12.764, de 27/12/2012, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Com relação à constituição de comissões ou núcleos, são contempladas as exigências dos documentos a seguir:

- Lei nº 10.861, de 20/12/2004, que em seu Art.11 estabelece que cada Instituição deve constituir uma CPA (Comissão Própria de Avaliação) com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações;
- Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Com relação às regulamentações sobre curricularização extensiva, seguem os documentos norteadores:

- Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024;
- Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014;
- Resolução CEPE /CEFET-RJ nº 01/2023, que aprova as diretrizes para curricularização da extensão no ensino superior.

As propostas apresentadas neste projeto estão em consonância com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Pedagógico Institucional), considerando a articulação entre estes três documentos, e com as orientações estabelecidas pelo MEC na elaboração das Diretrizes Curriculares, uma vez que:

- demonstram a preocupação com a qualidade do Curso de Graduação de modo a permitir o atendimento das contínuas modificações do mercado de trabalho;
- ressaltam a necessidade da formação de um profissional generalista que irá buscar na Educação Continuada conhecimentos específicos e especializados;
- apontam a necessidade de desenvolvimento e aquisição de novas habilidades para além do ferramental técnico da profissão;
- valorizam as atividades externas;
- discutem a necessidade de adaptação do conteúdo programático às novas realidades que se apresentam ao Cefet, passando estas adaptações inclusive pela criação de novas disciplinas ou modificação das cargas horárias já existentes.

O Projeto Pedagógico aqui apresentado é fruto de uma coletânea de estudos variados e resultado de um trabalho em conjunto, organizado pela coordenação do curso. Todo corpo docente também foi convidado a participar, revisando o programa de suas disciplinas, atualizando a bibliografia e adequando a metodologia de ensino e o sistema de avaliação de forma a estruturar o curso conforme as Diretrizes Curriculares e as recomendações do MEC. Os alunos também têm oportunidade de participar de forma efetiva, através de seus relatos, questionamentos e solicitações feitos junto à coordenação.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado em Turismo, na Resolução CNE/CES nº 13/2006, os projetos pedagógicos devem contemplar, em seus elementos estruturais, formas de realização da interdisciplinaridade. Nesse sentido, o curso do Cefet/RJ Petrópolis oferece possibilidades de articulação entre diversas disciplinas para a elaboração e a execução de projetos relacionados a diferentes áreas de estudo.

As articulações são realizadas por meio de atividades como visitas e viagens técnicas, organização de eventos, projetos de extensão e de iniciação científica e avaliações compartilhadas entre diferentes campos do saber. Essas ações favorecem a interdisciplinaridade e a relação entre teoria e prática. A promoção de ações e atividades de extensão, inseridas na estrutura curricular do curso, também possibilita a integração de projetos e práticas pedagógicas de forma interdisciplinar.

Além disso, o Trabalho de Conclusão de Curso se mostra como outra oportunidade para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e empreendedores. Por esse motivo,

entre as abordagens possíveis, o aluno pode optar pela elaboração de um trabalho de caráter acadêmico ou mercadológico. É importante ressaltar que o curso também oferece um conjunto de disciplinas que visam a auxiliar o aluno no desenvolvimento de ações inovadoras ou voltadas para a criação de negócios, podendo-se destacar: Modelos de negócios, Gestão de projetos turísticos e Tópicos em Ciências de dados para o turismo. Dessa forma, incentiva-se a aplicação dos conhecimentos na prática, a integração entre as disciplinas do curso e a iniciativa empreendedora.

Por fim, a implantação e o incentivo às Atividades Complementares no currículo formal configuram uma maneira dinâmica de promover a interdisciplinaridade. Esse tipo de atividade se mostra, diversas vezes, alternativa eficaz para a articulação de conteúdos e, não obstante, de práticas do meio profissional característico do bacharel em turismo.

4.1.3. OBJETIVOS DO CURSO

4.1.3.1 Objetivo geral

O Curso Bacharelado em Turismo tem como objetivo formar profissionais que sejam capazes de contribuir de forma prática e teórica com o desenvolvimento e o planejamento do turismo no estado do Rio de Janeiro e no Brasil, podendo seguir carreira na iniciativa privada, em órgãos públicos e organizações do terceiro setor, ou produzindo conhecimento em formação e capacitação de colaboradores da área.

4.1.3.2 Objetivos específicos

O Curso Bacharelado em Turismo visa proporcionar conhecimento que possibilite ao discente:

- a. refletir sobre os contextos culturais, sociais, econômicos e ambientais em que a atividade turística se insere;
- b. desenvolver soluções voltadas ao desenvolvimento responsável da atividade turística;
- c. identificar as necessidades do setor produtivo local;
- d. considerar as comunidades e suas identidades para o desenvolvimento de projetos de turismo de base local;
- e. comprometer-se com a sustentabilidade socioambiental, cultural e econômica;
- f. desenvolver iniciativas inovadoras na área de turismo;
- g. atuar em ações e projetos de pesquisa e extensão universitária.

4.1.4. PERFIL DO EGRESSO

Para atender aos objetivos propostos neste Projeto Pedagógico, o Curso Bacharelado em Turismo está planejado, articulado e fundamentado em diversas áreas de conhecimento

para possibilitar uma formação crítica e consistente ao egresso, sendo este capaz de integrar elementos contextuais, ambientais, tecnológicos e culturais às rotinas laborais, consciente de seu comprometimento ético com o processo constante de aprendizagem.

O estudante do curso e futuro profissional de Turismo tem perfil dinâmico, interesse por cultura geral, relações humanas e sociais. Além disso, características como proatividade, perfil empreendedor e habilidades comunicacionais são atributos importantes para o aluno dessa área. Durante o curso, competências intelectuais, sociais, comportamentais e organizacionais são importantes para o desenvolvimento da formação do profissional, orientada para a criação de novas soluções e atitudes para o atendimento das necessidades do setor produtivo local.

O perfil desejado do Bacharel em Turismo é de um profissional capacitado e apto a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional (BRASIL, 2006).

Segundo a Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006 do Ministério da Educação, as competências e habilidades do egresso do Curso Bacharelado em Turismo são:

- I. compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II. utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III. positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV. domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V. domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI. adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII. planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII. intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX. classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X. domínio de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

- XI. domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- XII. comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII. utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- XIV. domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV. habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI. integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVII. compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XVIII. profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;
- XIX. conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

O perfil do egresso é consequência direta dos objetivos gerais e específicos estabelecidos para o curso. Esses, por sua vez, estão relacionados com as diretrizes institucionais do PPI e do PDI. Assim sendo, estabelece-se a ligação entre o perfil do egresso e as políticas e planos institucionais.

Durante sua formação, o educando é incentivado a desenvolver pensamento crítico e buscar permanentemente o aperfeiçoamento cultural e profissional, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, utilizando suas competências e habilidades diante das necessidades locais e regionais, a partir da constante observação das novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

4.1.4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O Curso Bacharelado em Turismo tem como alicerce o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e busca a formação de profissionais voltados para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira por meio de sua atuação profissional.

O atual PDI, que contempla o período de 2020-2024, reforça a intencionalidade e os objetivos institucionais do Cefet/RJ a fim de consolidar seu papel na oferta de ensino verticalizado da educação básica (profissional) à educação superior (graduação e pós-

graduação), desenvolver pesquisa e promover atividades de extensão, alcançando, por meio de sua inserção regional mediante atuação *multicampi*, as diversas mesorregiões do estado do Rio de Janeiro. Considerando-se o atual contexto institucional, o Cefet/RJ Petrópolis dá um importante passo no sentido de fortalecer as bases do ensino superior, estabelecidas nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão.

Imbuídas dessa característica da educação tecnológica, as políticas de ensino, pesquisa e extensão, focalizadas no presente, além da ampliação de escopo, vêm orientando o fortalecimento da produção acadêmica institucional, tendo em vista os benefícios à formação dos discentes. Tais políticas são conduzidas por três diretorias sistêmicas, com *status* de pró-reitorias no modelo universitário: a Diretoria de Ensino (DIREN), a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG) e a Diretoria de Extensão (DIREX).

A dimensão Ensino possui olhar centrado nas diretrizes e normativas expedidas pelo Ministério da Educação, em especial à Resolução nº 13 de 24 de novembro de 2006, como também observadas as realidades e demandas locais para a construção do itinerário formativo, proporcionando aos educandos um conjunto de disciplinas que promovam a criticidade da teoria aprendida em sala de aula em relação às práticas do mundo do trabalho. Nesse contexto, destaca-se a multidisciplinaridade proporcionada pela estrutura curricular, além do constante envolvimento de alunos e professores em atividades diversificadas, que visam à ampliação das possibilidades de integração entre os diversos conteúdos ministrados nas disciplinas do curso.

Nesse sentido, merece destaque a realização de visitas e viagens técnicas a atrativos e equipamentos turísticos, cuja relevância reside na articulação entre teoria e prática, que possibilita a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos construídos em sala de aula, ressignificados mediante a vivência, observação e análise de situações concretas. Essas atividades são realizadas a critério de um professor/coordenador, podendo aglutinar mais de uma disciplina, de acordo com o caráter interdisciplinar da visita, e sistematizadas a partir de relatórios ou outras atividades pedagógicas orientadas pelo professor responsável.

Ainda na esfera do Ensino, o curso conta com um programa de bolsas de monitoria, que contribui para o processo de ensino e aprendizagem. As bolsas de monitoria são financiadas pelo Cefet/RJ e os editais são publicados anualmente.

Já no âmbito da Pesquisa, o curso se pauta nas políticas institucionais estabelecidas no PDI que objetivam apoiar e fomentar: produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país; criação de grupos de pesquisa que possam atender às demandas da sociedade; expansão e modernização da infraestrutura: laboratórios, equipamentos, suporte administrativo; visibilidade externa das atividades desenvolvidas no curso; ações de internacionalização; captação de recursos externos através de órgãos de fomento; interação em redes de colaboração com outras instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo; interação com a sociedade, promovendo a inovação e a transferência do conhecimento e das tecnologias geradas.

Na área de Extensão, o curso incentiva a criação de atividades de extensão que produzam e disseminem saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, de modo a reafirmar os compromissos assumidos pela instituição em seu PDI. Além disso, a

incorporação curricular das ações de extensão a partir da reformulação do curso proposta neste PPC promove o aprofundamento das relações entre o curso e a sociedade. Neste projeto, o Curso Bacharelado em Turismo busca integrar à matriz curricular e ao conjunto de atividades complementares e extra-curriculares iniciativas de extensão que proporcionem a discentes e docentes oportunidades de articulação com as demandas sociais e mercadológicas ligadas ao turismo, atendendo tanto às políticas nacionais e institucionais de ensino, como também às necessidades locais e regionais de formação e atuação no setor.

Os projetos de pesquisa e extensão são incentivados institucionalmente pelo Programa de Bolsas de Extensão e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Cefet/RJ, que publica anualmente editais para a seleção de bolsistas, orientados por docentes coordenadores dos projetos.

É preciso compreender a que se refere a indissociabilidade que se atribui a ensino, pesquisa e extensão. São indissociáveis na medida em que: o ensino deve estar associado à extensão, em uma formação contextualizada nas questões sociais contemporâneas; o ensino junto à pesquisa aponta para o desenvolvimento de competências que visam introduzir os alunos a formas básicas de investigação, que, objetivando a geração de conhecimento, proverão subsídios para a própria atividade de ensino; por sua vez, a relação de indissociabilidade entre pesquisa e extensão consiste em garantir que a pesquisa, observando o contexto social, possa produzir ferramentas de intervenção, bem como a extensão possa atender àquelas realidades conhecidas via pesquisa.

Considerada sua consonância com as diretrizes e bases da educação nacional, com as finalidades da educação superior e com as políticas institucionais, o Curso Bacharelado em Turismo vem se configurando como ambiente de estímulo às atitudes reflexivas e críticas, mediante ações que concorram para o desenvolvimento do espírito científico e promovam a criação e a difusão cultural, em prol da melhor compreensão da realidade contemporânea, bem como das possibilidades de intervenção e de transformação dessa realidade.

4.2. Dados do curso

4.2.1. FORMAS DE INGRESSO

O ingresso no Curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ Petrópolis se dá por meio de seis formas distintas, descritas a seguir:

Classificação junto ao SISU - ENEM

Por classificação junto ao Sistema de Seleção Unificada - **SISU**, com base nas notas obtidas pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A Instituição oferece 100% de suas vagas de primeiro período por meio deste sistema. O cronograma das etapas de inscrição é o estabelecido no **SISU**. O número de vagas ofertadas, as pontuações mínimas, o peso atribuído à nota de cada área de conhecimento do Enem, a confirmação do

interesse para constar na Lista de Espera do **SISU**, os procedimentos para matrícula, bem como todos os critérios do Cefet/RJ para esse processo seletivo constam em edital divulgado em “notícias” no Portal da Instituição².

Transferência Externa

Processo seletivo aberto a alunos regularmente matriculados em Instituição de ensino superior (IES), oriundos de estabelecimentos reconhecidos, de acordo com a legislação em vigor, sendo, contudo, limitado às vagas existentes, de acordo com edital específico divulgado em “notícias” no Portal da Instituição².

Transferência Interna

Remanejamento Interno, obedecendo a normas estabelecidas em edital específico, no qual um aluno, regularmente matriculado em um curso de Graduação do Cefet/RJ, muda para outro da mesma Instituição, dentro da mesma área de conhecimento. Os Departamentos Acadêmicos dos Cursos de Graduação apresentam, a cada semestre, o número de vagas passível de preenchimento para cada um de seus cursos. Esta relação é encaminhada a Diretoria de Ensino para confecção de edital unificado. Os processos de admissão por transferência geralmente ocorrem em meados de cada semestre letivo, antes do período para o qual haja vagas disponíveis e é regido pelas normas estabelecidas no edital disponível em “notícias” no Portal da Instituição².

Ex-ofício

Transferência regida por legislação específica, Lei nº 9.536, de 11/12/97, aplicada a funcionários públicos federais e militares.

Convênio

O aluno-convênio é aquele encaminhado ao Cefet/RJ pelos Órgãos Governamentais competentes e oriundo de países com os quais o Brasil mantém acordo, conforme as normas da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (DCCIT). A Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (DCCIT), vinculada à Direção Geral (DIREG), dentre as suas atribuições, tem a responsabilidade de coordenar, em articulação com a Diretoria de Ensino (DIREN), as atividades de intercâmbio de estudantes no plano internacional.

Reingresso

Podem ser aceitos alunos portadores de diploma de graduação em áreas correlatas ao Turismo, segundo edital específico disponibilizado em “notícias” no Portal da Instituição². Ao estudante cujo reingresso venha ser deferido para um determinado curso de graduação, é vedada qualquer mudança posterior de curso.

4.2.2. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

O curso funciona primordialmente no período noturno, das 18 h 30 min às 22 h 30 min, de segunda a sexta-feira, com tempos de aula de 60 minutos, e aos sábados de 8 h às 12 h. O turno vespertino é reservado para reuniões do corpo docente, atendimento aos alunos,

² Portal da Instituição: <http://portal.Cefet-rj.br/>

realização de projetos e eventos e oferta de disciplinas eletivas ou optativas. As atividades complementares e/ou extracurriculares podem ocorrer em outros dias e turnos. Da mesma forma, o Estágio Supervisionado pode ocorrer no período contraturno (manhã ou tarde).

4.2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Conforme exposto anteriormente, as questões acadêmicas das Unidades Descentralizadas, com exceção da Unidade Maracanã, são de competência das Gerências Acadêmicas. As questões específicas referentes aos cursos são de responsabilidade das coordenações associadas. Ao coordenador do curso competem as atribuições relativas ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais devem ser realizadas considerando o princípio de uma gestão democrática. Além da coordenação, o Curso Bacharelado em Turismo dispõe de um Núcleo Docente Estruturante (NDE) – órgão consultivo formado por um grupo de docentes para acompanhamento do curso, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico – e de um Colegiado – órgão consultivo e deliberativo, composto por todos os docentes do curso e representação discente que auxilia a Coordenação nas questões que lhe competem.

A Coordenação do Curso Bacharelado em Turismo tem apoio logístico e administrativo da Subprefeitura, da Seção de Patrimônio (SEPAT), do Setor de Informática (SINFO) e do Setor de Administração e Compras (SEACO) do Cefet/RJ Petrópolis. A Seção de Registros Acadêmicos (SERAC), a Biblioteca (BIBLI), a Seção de Articulação Pedagógica (SAPED) e os servidores da Gerência Acadêmica (GERAC) dão suporte acadêmico ao curso.

4.3. Estrutura curricular

4.3.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ se desenvolve, normalmente, em quatro anos, o que corresponde a oito períodos letivos, em regime semestral de créditos (18 semanas). Cada hora-aula corresponde ao período de 60 minutos.

No conjunto de atividades para a formação do bacharel em turismo, fazem parte disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares. Além disso, atendendo à Resolução nº 7/2018 do CNE, bem como à Resolução nº 01/2023 do CEPE, a estrutura curricular do curso incorpora ações e atividades de extensão, em sua maioria contempladas a partir da carga horária das próprias disciplinas obrigatórias e optativas que compõem a matriz curricular.

Este Projeto Pedagógico parte do princípio de que o currículo constitui o cerne da relação educativa e deve ser entendido como um conjunto de práticas que produzem significado (CANEN; MOREIRA, 2001), não podendo ser confundido, portanto, com uma simples compilação ordenada de disciplinas, uma vez que se traduz a partir de todas as ações educativas que se desenvolvem no espaço institucional.

Considerado à luz das teorias críticas da educação, o currículo do Curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ Petrópolis foi elaborado para responder a um duplo desafio: de um lado, a necessidade de formar profissionais ativos, críticos e, portanto, agentes de transformação social e, de outro, a importância de prepará-los para atuarem ética e responsabilmente no competitivo mercado de trabalho.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Turismo, instituídas pela Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006, do Ministério da Educação, e as especificidades do curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ Petrópolis, o currículo contempla conteúdos que se articulam em dois campos de formação:

- **conteúdos básicos**, caracterizados por estudos relacionados aos aspectos linguísticos, sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que constituem a sociedade e suas diferentes culturas;
- **conteúdos específicos**, que dizem respeito aos estudos específicos do campo do Turismo relacionados à Teoria Geral do Turismo; Planejamento e Organização do Turismo; Planejamento e Organização de Eventos; Lazer e Recreação; Gestão de Pessoas, Marketing, Finanças e Empreendimentos Turísticos; Agenciamento e Transportes; Turismo e Meio Ambiente; Sociedade Contemporânea, Turismo e Cidades; Meios de Hospedagem; Alimentos e Bebidas; estabelecendo, ainda, relações do Turismo com Direito, Estatística e Economia, além de prever o estudo de duas línguas estrangeiras (Inglês e Espanhol).

Os conteúdos descritos evidenciam que a organização curricular se baseou em questões relativas à interdisciplinaridade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e articulação entre teoria e prática.

A formação descrita na estrutura curricular atende também à possibilidade de flexibilização, na medida em que os alunos são estimulados a complementar seus estudos em disciplinas optativas, propostas a partir do 2º período, e em atividades complementares oferecidas no cotidiano da IES e em outros espaços.

Considerando as competências de comunicação necessárias ao egresso, o curso oferece em sua estrutura a possibilidade de o aluno cursar duas línguas estrangeiras: inglês e espanhol. As duas línguas estrangeiras são oferecidas em quatro disciplinas subsequentes, conforme o quadro de disciplinas do curso, totalizando 8 (oito) créditos cada uma. O aluno deve, obrigatoriamente, cursar um mínimo de 8 (oito) créditos de uma das línguas estrangeiras, sendo de sua responsabilidade a seleção de que língua cursar.

O curso ainda oferece ao aluno a possibilidade, caso haja interesse, de cursar as duas línguas estrangeiras oferecidas, sendo o excedente de créditos computado como créditos optativos. Além disso, o aluno tem a possibilidade de cursar a disciplina optativa de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – como previsto no Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

A tabela 1, vista em seguida, apresenta as disciplinas do Núcleo de Conteúdos Básicos:

Tabela 1- Disciplinas do Núcleo de Conteúdos Básicos.

DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS BÁSICOS	Créditos
História, Turismo e Cidades	4
Práticas Textuais em Língua Portuguesa	2
História da Arte I	2
Leitura e Produção de Textos	2
Sociologia Aplicada ao Turismo	2
História da Arte II	4
Cartografia	2
Antropologia Cultural	2
Métodos estatísticos aplicados ao Turismo	4
Cultura Brasileira	2
Geografia urbana	4
Patrimônio Cultural	2
Geoturismo e geoconservação	2
Carga horária deste Núcleo:	612
Carga horária total do Curso	2626

As tabelas 2 e 3 apresentam, respectivamente, as disciplinas do Núcleo de Conteúdos Específicos e as Disciplinas Optativas:

Tabela 2 - Lista de disciplinas do Núcleo de Conteúdos Específicos.

DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	Créditos
Teoria Geral do Turismo I (TGT I)	2
Introdução à Administração	2
Geografia e Turismo	2
Recreação e Lazer	4
Teoria Geral do Turismo II (TGT II)	2
Marketing de serviços e produtos	2
Educação ambiental	4
Agenciamento e Operação de Viagens	2
Gestão Financeira	4
Teorias da Hospitalidade	2
Turismo e Comunicação	2
Transportes Turísticos	4
Gestão de eventos e produção cultural	4
Meios de Hospedagem I	2
Gestão de Projetos Turísticos	2
Políticas públicas e legislações aplicadas ao Turismo	2
Meios de Hospedagem II	4
Gestão de carreira e empregabilidade	2
Modelos de negócios	2
Planejamento e gestão de destinos turísticos	4
Planejamento Urbano	4
Língua Estrangeira I (Espanhol ou Inglês)	2
Língua Estrangeira II (Espanhol ou Inglês)	2
Língua Estrangeira III (Espanhol ou Inglês)	2
Língua Estrangeira IV (Espanhol ou Inglês)	2
Gestão de Bares e Restaurantes	2
Estratégias Mercadológicas	4
Projeto de TCC	4
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	4
Tópicos Especiais em Turismo e Lazer	2
Teorias do Lazer	4
Gestão de Recursos Humanos	2
Tópicos de Ciências de Dados para o Turismo	2
Carga horária deste Núcleo:	1620
Carga horária total do Curso	2626

Tabela 3 - Lista de disciplinas optativas.

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Créditos
Artes, Patrimônio e Mediação Cultural	2
Cinema, Saúde e Viagens	2
Fotografia	2
Histórias do Século XX: Poder, Sociedade e Cultura no Cinema	2
Inglês: introdução ao TOEFL	2
Introdução à Análise do Discurso	2
LIBRAS I – Língua Brasileira de Sinais	2
LIBRAS II - Língua Brasileira de Sinais	2
Luz, câmera, ação	2
Artes, Patrimônio e Mediação Cultural	2
Cinema, Saúde e Viagens	2
Paisagem na Arte	2
Práticas de Oralidade em Espanhol	2
Tópicos Especiais em Meios de Hospedagem	2
Turismo de Aventura	2
Turismo e Aviação	2
Turismo em Cruzeiros	2
Turismo em Museus	2
Turismo, Migrações e Fronteiras	2
Linguagem, sociedade e relações étnico-raciais	2
República e Modernidade nos Espaços Urbanos	2
Cerimonial e Protocolo em Eventos	2
Tópicos de e-Business para o Turismo	2
Carga horária total das optativas*	862

*Novas disciplinas optativas podem ser ofertadas a todo momento, o oferecimento dessas disciplinas não obrigatoriamente acontecem semestralmente. O curso oferece disciplinas optativas semestralmente e suficientes para que os alunos possam escolher as que mais lhe são adequadas e cumprirem a exigência para integralização curricular.

Sintetizando, tem-se a seguinte distribuição de carga horária para o curso de Turismo, nas tabelas 4 e 5:

Tabela 4 - Distribuição da carga horária do curso entre os diversos núcleos de conteúdos.

Núcleo de Conteúdos	Carga horária	Carga horária percentual
Básicos	612	23,30%
Específicos	1620	61,70%
Optativas exigidas	144	5,48%
Estágio Supervisionado	200	7,62%
Horas Complementares	50	1,90%
Total	2626	100%

Tabela 5 - Distribuição de créditos e carga horária do curso, por período, e carga horária dedicada à extensão.

Período	CRÉDITOS POR PERÍODO	CRÉDITOS DE EXTENSÃO	% DOS CRÉDITOS DE EXTENSÃO EM CADA PERÍODO	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL
1º PERÍODO	18	3,5	19,44%	324
2º PERÍODO	18	2,5	13,89%	324
3º PERÍODO	18	1	5,56%	324
4º PERÍODO	18	1,5	8,33%	324
5º PERÍODO	18	3,5	19,44%	324
6º PERÍODO	14	1,5	10,71%	252
7º PERÍODO	14	1,5	10,71%	252
8º PERÍODO (INCLUINDO TCC)	14	0,5	3,57%	252
ESTÁGIO		0		200
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		0		50
TOTAL GERAL (SOMATÓRIO)	132	15,5		2626

Observação 1: Cada crédito equivale à 18 h/aula.

Observação 2: Os 15,5 créditos de extensão, trabalhados em disciplinas do curso, equivalem a um total de 279 h de extensão, ou seja, mais que 10% da carga horária total do curso, que é de 2626 horas.

Observação 3: Além da carga horária de extensão já inserida em disciplinas do curso, também é possível que alunos(as) participem, voluntariamente, de atividades de extensão em eventos, cursos, projetos, ou em outras práticas que possam ser contabilizadas como Atividades Complementares.

O currículo do Curso Bacharelado em Turismo prevê a flexibilização como componente fundamental para articulação entre os domínios específico, prático e ético e a formação identitária de sujeitos da educação formal (CORREIA, 2010). Nesse sentido, a flexibilização permite ao aluno superar a lógica rígida da matriz curricular, possibilitando ao estudante a oportunidade de intervir na escolha do percurso curricular e formativo que deseja realizar no ambiente acadêmico. Assim, “não é a instituição de ensino superior que define a formação do aluno e sim as escolhas que este faz, pois, a construção dos saberes necessários à vida profissional ocorre também fora da sala de aula” (CARNEIRO *et al.*, 2014, p.15).

Dentre as formas de flexibilização, pode-se destacar a mobilidade acadêmica nacional e internacional. No âmbito nacional, o Cefet/RJ é signatário do Programa ANDIFES³ de Mobilidade Acadêmica, que alcança alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de universidades federais, que tenham concluído pelo menos vinte por cento da carga horária de integralização do curso de origem e tenham, no máximo, duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade. Este convênio não se aplica a pedidos de transferência de alunos entre as IFES, que são enquadrados em normas específicas. O aluno participante deste convênio terá vínculo temporário com a IFES receptora, dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de vaga e das possibilidades de matrícula na(s) disciplina(s) pretendida(s).

Já no âmbito internacional, o aluno tem a possibilidade de estudar em universidades estrangeiras a partir dos convênios estabelecidos pela ASCRI, conforme editais publicados periodicamente.

4.3.2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

No Curso Bacharelado em Turismo, é obrigatória a realização de estágio supervisionado, com carga horária de 200 horas. As atividades do estágio devem estar relacionadas às disciplinas e aos conteúdos previstos na matriz curricular do curso.

De acordo com a Lei nº 11.788, no artigo 1º, de 25 de setembro de 2008, o estágio é definido da seguinte forma:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

O principal objetivo do Estágio Supervisionado é a articulação do ensino teórico com o aperfeiçoamento técnico-científico, possibilitando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. O Estágio Supervisionado deve oferecer ao aluno a oportunidade para aplicar os conhecimentos acadêmicos e, ao mesmo tempo, vivenciar práticas profissionais na respectiva área de atividade, além de proporcionar aprendizagem social e cultural.

³ A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. São 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's), 2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e 63 universidades federais – localizadas em todos os estados da Federação e no Distrito Federal (ANDIFES, 2017).

Considerando a perspectiva crítica que fundamenta a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, espera-se que a realização das atividades de Estágio Supervisionado possa colaborar para que os alunos desenvolvam conhecimentos e sejam capazes de articular os saberes da experiência e os saberes científicos na construção de suas práticas profissionais cotidianas.

Nesse sentido, o estágio supervisionado poderá ser realizado por meio de atividades exercidas no âmbito de empresas conveniadas com a Instituição de Ensino, de projetos de extensão e de iniciação científica desenvolvidos no Curso Bacharelado em Turismo, bem como de atividades profissionais como empregado, empresário ou autônomo, desde que estejam relacionadas às áreas previstas para a realização do estágio e que sejam observados os requisitos e os documentos necessários previstos no Manual de Estágio Supervisionado do Curso Bacharelado em Turismo (Apêndice I).

O curso possui uma Coordenação de Estágio, a cargo de um docente indicado pelo Colegiado. A Coordenação tem como principais funções planejar a cada semestre, de modo articulado à Coordenação do Curso, o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, elaborar procedimentos e cronogramas de avaliação de estágio, prestar esclarecimentos e informações aos alunos e fazer a articulação com outras instâncias administrativas do Cefet/RJ. Além disso, o estagiário deverá ter acompanhamento efetivo de um professor orientador do colegiado do curso e da área compatível com as atividades de estágio, a quem compete, entre outras atribuições: orientar o planejamento e a realização das atividades, avaliar seu desenvolvimento, bem como acompanhar a construção do relatório final de estágio. A orientação é firmada entre professor e discente a partir de formulário próprio, disponível na secretaria acadêmica, assim como os demais instrumentos de formalização, registro e avaliação do processo de estágio.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e o Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo, o estágio curricular supervisionado está institucionalizado e contempla carga horária de 200 horas, com Manual de Estágio Supervisionado registrado e divulgado no catálogo online da biblioteca, disponível também em meio impresso. No Manual de Estágio Supervisionado, o estágio é caracterizado em termos de sua organização na estrutura curricular do Curso, sua concepção, seus objetivos, seus campos de realização, sua dinâmica, os critérios de avaliação, as competências e as responsabilidades dos atores envolvidos.

As atividades de estágio estão relacionadas às disciplinas e aos conteúdos previstos na matriz curricular do curso, considerando o perfil do egresso. O principal objetivo do estágio curricular supervisionado é a articulação do ensino teórico com o aperfeiçoamento técnico-científico, possibilitando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. A realização do estágio deve oferecer ao aluno a oportunidade para aplicar os conhecimentos acadêmicos e, ao mesmo tempo, vivenciar práticas profissionais na respectiva área de atividade, além de proporcionar aprendizagem social e cultural.

Em relação à parte concedente de estágio, cabe a ela indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente. Em contrapartida, cabe à instituição de ensino avaliar as instalações da

parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando.

A existência de convênios firmados entre a instituição de ensino e as instituições campo de estágio prevê oportunidades de estágio nas áreas indicadas no Manual de Estágio Supervisionado: agenciamento, meios de hospedagem, alimentos e bebidas, recreação, transportes, eventos, planejamento, cultura e patrimônio, e mídias especializadas. Ademais, novos convênios são firmados à medida que oportunidades são ofertadas pelo mercado local e regional e identificadas pela instituição de ensino e pelos discentes.

Em concordância com a organização do curso explicitada no Projeto Pedagógico e com o Manual de Estágio, e ainda considerando as competências previstas no perfil do egresso, são desenvolvidas estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho. Como exemplos dessas estratégias podem ser citados: a realização de parcerias e convites a organizações e profissionais das áreas de atuação contempladas no curso em questão, a participação discente em projetos de extensão que possibilitam práticas em agenciamento, eventos, meios de hospedagem e outras atividades relacionadas ao cotidiano do turismo, a realização de visitas técnicas, palestras profissionais, oferecimento de oficinas mercadológicas, pesquisas de mercado, divulgação de oportunidades de estágio e trabalho via web e via mural, além de outras.

Ainda no tocante a essas estratégias, o discente tem à sua disposição orientações periódicas para sua inserção e manutenção no mercado de trabalho. Durante o período de estágio, o discente permanece em contato com seu orientador, o que favorece a atualização dos meios de estágio para o orientador e a compreensão das práticas de mercado pelo discente, a partir da troca de informações e experiências que concorre para a articulação entre ensino e ambiente de trabalho.

Como desdobramento desse processo, tem-se a realização de eventos em que os discentes que já estagiaram compartilham experiências com discentes em início de curso por meio de encontros e palestras, gerando insumos para atualização das práticas do estágio. Cabe mencionar que, o detalhamento do Estágio Supervisionado encontra-se no Manual de Estágio.

4.3.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado em Turismo, na Resolução CNE/CES nº 13/2006, os projetos pedagógicos devem contemplar, em seus elementos estruturais, formas de realização da interdisciplinaridade. Nesse sentido, o curso do Cefet/RJ Petrópolis oferece possibilidades de articulação entre diversas disciplinas para a elaboração e a execução de projetos relacionados a diferentes áreas de estudo.

As articulações são realizadas por meio de atividades como visitas e viagens técnicas, organização de eventos, projetos de extensão e de iniciação científica e avaliações compartilhadas entre diferentes campos do saber. Essas ações favorecem a interdisciplinaridade e a relação entre teoria e prática. A promoção de ações e atividades

de extensão, inseridas na estrutura curricular do curso, também possibilita a integração de projetos e práticas pedagógicas de forma interdisciplinar.

Além disso, o Trabalho de Conclusão de Curso se mostra como outra oportunidade para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e empreendedores. Por esse motivo, entre as abordagens possíveis, o aluno pode optar pela elaboração de um trabalho de caráter acadêmico ou mercadológico. É importante ressaltar que o curso também oferece um conjunto de disciplinas que visam a auxiliar o aluno no desenvolvimento de ações inovadoras ou voltadas para a criação de negócios, podendo-se destacar: Modelos de negócios, Gestão de projetos turísticos e Tópicos em Ciências de dados para o turismo. Dessa forma, incentiva-se a aplicação dos conhecimentos na prática, a integração entre as disciplinas do curso e a iniciativa empreendedora.

Por fim, a implantação e o incentivo às Atividades Complementares no currículo formal configuram uma maneira dinâmica de promover a interdisciplinaridade. Esse tipo de atividade se mostra, diversas vezes, alternativa eficaz para a articulação de conteúdos e, não obstante, de práticas do meio profissional característico do bacharel em turismo.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – constitui-se em uma atividade de cunho acadêmico ou mercadológico, na forma de monografia ou plano de negócios respectivamente, relacionados ao Turismo e suas interseções. A redação do projeto é realizada pelos alunos, sob supervisão de professor orientador, em conformidade com as normas para o desenvolvimento do trabalho previstas no Manual para Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (Apêndice II). As etapas de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso aparecem descritas, por etapa e período, na tabela 6.

Tabela 6 - Etapas de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Etapa	Descrição	Período
Leitura e produção de textos	Introdução à pesquisa e técnicas de leitura e escrita acadêmica	2º
Projeto de TCC	Estudo de métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa, Desenvolvimento das primeiras etapas do projeto de Pesquisa sob a supervisão de um orientador	7º
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Elaboração do TCC com os resultados finais da pesquisa e apresentação pública do trabalho com a arguição realizada por uma banca de examinadores	8º

O curso possui uma Coordenação de TCC, a cargo do(s) docente(s) alocado(s) na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso indicado pela coordenação de curso. A Coordenação de TCC tem como principais funções planejar a cada semestre, de modo articulado à Biblioteca da Uned, o desenvolvimento das atividades de TCC, elaborando calendário com etapas a serem cumpridas ao longo do período, bem como documentos, e prestando esclarecimentos e informações aos alunos com relação aos procedimentos para a formalização da orientação e cumprimento dos prazos pré e pós-defesa. Cabe ainda à coordenação o lançamento das notas no sistema acadêmico. A versão final de todos os

TCCs aprovados é disponibilizada no catálogo online da Biblioteca do Cefet/RJ Uned Petrópolis.

4.3.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, previstas na Resolução CNE/CES nº 13/2006, têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando o conhecimento adquirido em atividades alternativas às tradicionalmente desenvolvidas dentro dos programas das disciplinas do curso. Dessa forma, entre as atividades complementares encontram-se atividades de iniciação à pesquisa e de extensão, trabalhos voluntários, participação em eventos, publicações, dentre outros exemplos, conforme Regulamento de Atividades Complementares (Apêndice III). No curso Bacharelado em Turismo, a realização de Atividades Complementares é obrigatória, podendo ocorrer desde o 1º período, devendo o discente totalizar, no mínimo, 50 (cinquenta) horas de atividades dessa natureza, para fins de integralização do curso.

O curso possui uma coordenação de atividades complementares, a cargo de um docente indicado pelo Colegiado. A coordenação tem como principais funções: recebimento, conferência e validação da documentação comprobatória das atividades complementares realizadas pelos alunos e inseridas no Sistema de Gerenciamento de Horas Complementares (SGHC) de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento de Atividades Complementares; orientação aos alunos quanto aos procedimentos, prazos e formalização das atividades complementares. O SGHC, criado pelo Prof. Dr. Pedro Carlos da Silva Lara, lotado no curso Bacharelado em Engenharia de Computação do Cefet/RJ Uned Petrópolis, foi desenvolvido com o objetivo de melhorar a eficiência, desempenho e organização do registro e avaliações das atividades complementares. Neste caso, o aluno submete os comprovantes em um portal web e aguarda a avaliação das atividades enviadas. O sistema permite gerar relatórios com o total de horas por grupo e por atividade. Desta forma, o aluno pode acompanhar, de forma conveniente, a quantidade de horas deferidas criando um ambiente organizado para o gerenciamento de suas atividades complementares. O SGHC também implementa uma série de regras, provenientes do Regulamento de Atividades Complementares, cujo objetivo é diminuir substancialmente a quantidade de erros na contabilização das atividades complementares.

4.3.5. ATIVIDADE DE EXTENSÃO

Na dimensão do Ensino, conforme abordado anteriormente, busca-se constantemente a promoção da interdisciplinaridade e de atividades diversificadas, sempre com o incentivo ao envolvimento dos discentes em todas as etapas de concepção e organização, a exemplo do que ocorre no caso das visitas e viagens técnicas e dos eventos idealizados pelos alunos em diversas disciplinas. Além disso, procura-se sempre a integração entre as teorias desenvolvidas nos conteúdos curriculares e as práticas profissionais do setor de turismo, por meio da orientação de projetos com viés mercadológico, do Estágio Supervisionado

obrigatório e das Atividades Complementares. O curso também conta com o apoio institucional na oferta de Bolsas de Monitoria, a partir de edital publicado anualmente pela Diretoria de Ensino da unidade Maracanã, aos discentes regularmente matriculados e que contemplem os requisitos obrigatórios do processo seletivo. Cada monitor irá acompanhar as práticas educativas do docente da disciplina à qual está vinculado, oferecendo um horário de atendimento para os alunos e, contribuindo, portanto, para a aprendizagem dos conteúdos.

No âmbito da pesquisa científica, são desenvolvidos diversos projetos, coordenados pelos professores, com a participação de alunos bolsistas de iniciação científica, bem como alunos voluntários. As pesquisas do curso refletem a formação multidisciplinar do corpo docente, articulando o turismo com diferentes áreas de conhecimento.

A extensão universitária é uma atividade acadêmica, articulada de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa, que busca o estreitamento dos laços entre universidade e sociedade a partir de um processo educativo, cultural e científico. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão conceitua a extensão como “um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2010). Sendo assim, a Extensão, nas diversas formas de ação inseridas no processo educativo, tem como função básica a produção e a socialização do conhecimento, estimulando a intervenção na realidade mediante a relação transformadora entre instituição de ensino e sociedade. Por meio de ações extensionistas, os centros de educação afirmam seu compromisso social e significam seu laço com a sociedade na construção de saberes e possibilidades de transformação.

A implementação de atividades de Extensão, tanto quanto de atividades de Pesquisa, é um dos compromissos dessa graduação, uma vez que um dos objetivos da Educação Superior, segundo o artigo 43, item VII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

As atividades desenvolvidas no curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ Uned Petrópolis refletem o compromisso com a formação de bacharéis voltados para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, por meio de sua atuação profissional. Nesta ótica, entende-se como fundamental o desenvolvimento de ações que articulem Ensino, Pesquisa e Extensão para que se promova a produção e a circulação de conhecimentos sintonizados com os problemas da atualidade, com foco nas questões nacionais e regionais.

Nesse sentido, o corpo docente e discente do curso vem realizando atividades articuladas, que visam à construção de um espaço de aprendizagens significativas e de socialização de saberes, onde o estímulo à pesquisa e seu desenvolvimento ganham destaque.

4.3.5.1. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Dentro dos preceitos que envolvem a formação plena do(a) bacharel em turismo no Brasil, compreende-se que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é pilar fundamental na vivência acadêmica e profissional ofertada no ensino superior.

Em conformidade com a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, a Resolução CEPE/CEFET-RJ n.º 01, de 16 de março de 2023, e todas as demais diretrizes que esta última contempla, o curso de bacharelado do turismo do Cefet/RJ, Uned Petrópolis, aderiu às ações de curricularização da extensão. As ações de extensão integradas ao curso correspondem a, pelo menos, 10% (dez por cento) da carga horária total do bacharelado em turismo.

De acordo com a mesma Resolução, para fins de curricularização, a Extensão deverá ser inserida no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) de graduação do Cefet/RJ, optando-se por uma composição das seguintes modalidades:

- I — disciplina com especificação explícita de carga horária da componente curricular extensionista;
- II — componente curricular extensionista; e
- III — atividade extensionista de curta duração.

De toda a carga horária extensionista existente no tempo de formação do curso, o mínimo determinado pela legislação federal vigente, já tende a ser contemplado apenas com atividades de extensão realizadas na modalidade definida no inciso I (caracterizada por um elemento curricular que apresenta obrigatoriamente carga horária teórica e/ou prática de ensino e contempla atividades extensionistas integradas, contabilizando também carga horária para a curricularização da extensão), ou seja, práticas extensionistas inseridas em disciplinas da matriz curricular do curso de bacharelado em turismo. A proposta de ofertar grande volume da carga horária de extensão nesta modalidade, é para auxiliar discentes que tenham restrição de tempo, por trabalharem durante o dia, e que porventura não tenham tanta disponibilidade para realizar práticas de extensão nas demais modalidades.

Tabela 7 - Carga horária do curso por período, carga horária total, e carga horária dedicada à realização de práticas extensionistas.

PERÍODO	CRÉDITOS POR PERÍODO	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO, POR SEMESTRE, EM DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	% DA CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO EM CADA PERÍODO
1º PERÍODO	18	324	63	19,44%
2º PERÍODO	18	324	45	13,89%
3º PERÍODO	18	324	18	5,56%
4º PERÍODO	18	324	27	8,33%
5º PERÍODO	18	324	63	19,44%
6º PERÍODO	14	252	27	10,71%
7º PERÍODO	14	252	27	10,71%
8º PERÍODO (INCLUINDO TCC)	14	252	9	3,57%
ESTÁGIO		200		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		50		
TOTAL GERAL (SOMATÓRIO)	132	2626	279	
PORCENTAGEM DA CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (INSERIDA EM DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS), SOBRE A CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:			10,62%	

Observação 1: Cada crédito equivale à 18h/aula.

Observação 2: Além da carga horária de extensão já inserida em disciplinas obrigatórias do curso, também é possível que alunos(as) participem, voluntariamente, de atividades de extensão em eventos, cursos, projetos, ou em outras práticas que possam ser contabilizadas como Atividades Complementares.

Tabela 8 - Lista de disciplinas obrigatórias do curso, em que há parte da carga horária dedicada à realização de práticas extensionistas.

PERÍODO	TÍTULO	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CARGA HORÁRIA (SEMESTRAL) DE EXTENSÃO, POR DISCIPLINA	% DA CARGA HORÁRIA, DE CADA DISCIPLINA, DEDICADA À EXTENSÃO
1º PERÍODO	Teoria Geral do Turismo I (TGT I)	36	9	25%
	Introdução à Administração	36	18	50%
	História, Turismo e Cidades	72	18	25%
	Recreação e Lazer	72	18	25%
2º PERÍODO	Teoria Geral do Turismo II (TGT II)	36	9	25%
	Sociologia Aplicada ao Turismo	36	18	50%
	História da Arte II	72	18	25%
3º PERÍODO	Gestão Financeira	72	18	25%
4º PERÍODO	Métodos estatísticos aplicados ao Turismo	72	18	25%
	Cultura Brasileira	36	9	25%
5º PERÍODO	Gestão de eventos e produção cultural	72	18	25%
	Geografia urbana	72	18	25%
	Meios de Hospedagem I	36	9	25%
	Gestão de Projetos Turísticos	36	9	25%
	Patrimônio Cultural	36	9	25%
6º PERÍODO	Língua Estrangeira IV (Espanhol ou Inglês)	36	9	25%
	Meios de Hospedagem II	72	18	25%
7º PERÍODO	Planejamento Urbano	72	18	25%
	Gestão de Bares e Restaurantes	36	9	25%
8º PERÍODO	Tópicos de Ciências de Dados para o Turismo	36	9	25%
SOMATÓRIO DA CARGA HORÁRIA DE EXETNSÃO, INSERIDA EM DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS			279	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO, INCLUINDO DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS, TCC, ESTÁGIO E HOAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES			2626	
PORCENTAGEM DA CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (INSERIDA EM DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS), SOBRE A CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:			10,62%	

Observação 1: Além da carga horária de extensão já inserida em disciplinas obrigatórias do curso, também é possível que alunos(as) participem, voluntariamente, de atividades de extensão em eventos, cursos, projetos, ou em outras práticas que possam ser contabilizadas como Atividades Complementares.

Para discentes que tenham condições e tempo disponível, o curso de bacharelado em turismo também oferta outras ações extensionistas, como por exemplo a chance de atuar como bolsista ou voluntário(a) em projetos de extensão coordenados por docentes do curso em questão. Também há a possibilidade de discentes se integrarem a práticas de curta duração, sejam estas realizadas no espaço físico do Cefet/RJ, remotamente, ou mesmo em ambientes externos, em ações de parceria ou cooperação do Cefet/RJ com organizações externas.

4.3.6. GRADE CURRICULAR

O curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ Petrópolis estrutura-se em quatro anos, o que corresponde a oito períodos letivos, em regime semestral de créditos, que integralizam um total de 2626 horas-relógio (incluindo a carga horária do estágio curricular obrigatório e de atividades complementares), sendo cada hora-aula equivalente ao período de 60 minutos. O aluno deverá cursar, no mínimo, 144 **horas-aula** de disciplinas optativas. Vide tabela 7, que retrata um conjunto de imagens com a estrutura curricular do curso, por período.

Sobre as aulas semanais de cada disciplina, é importante dizer que estas têm sua carga horária dividida entre tempos de:

- aulas Teóricas (T),
- aulas Práticas (P),
- e práticas de Extensão (E).

Tabela 9 – Conjunto de imagens com a Estrutura Curricular do Curso.

1º PERÍODO

DISCIPLINA						PRÉ - REQUISITO		
CÓDIGO	TÍTULO	AULAS SEMANAIS			CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CÓDIGO	TÍTULO
		T	P	E				
	Teoria Geral do Turismo I (TGT I)	1,5		0,5	2	36		
	Introdução à Administração	1		1	2	36		
	História, Turismo e Cidades	3		1	4	72		
	Práticas Textuais em Língua Portuguesa	2			2	36		
	Geografia e Turismo	2			2	36		
	Recreação e Lazer	2	1	1	4	72		
	História da Arte I	2			2	36		
Total		13,5	1	3,5	18	324		

Observação: Aulas Teóricas (T), aulas Práticas (P), e práticas de Extensão (E).

2º PERÍODO

DISCIPLINA						PRÉ - REQUISITO		
CÓDIGO	TÍTULO	AULAS SEMANAIS			CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CÓDIGO	TÍTULO
		T	P	E				
	Teoria Geral do Turismo II (TGT II)	1,5		0,5	2	36		Teoria Geral do Turismo I (TGT I)
	Marketing de serviços e produtos	2			2	36		Introdução à Administração
	Leitura e Produção de Textos	2			2	36		Práticas Textuais em Língua Portuguesa
	Sociologia Aplicada ao Turismo	1		1	2	36		
	Educação ambiental	4			4	72		
	História da Arte II	3		1	4	72		História da Arte I
	Optativa I	2			2	36		
Total		15,5		2,5	18	324		

Observação: Aulas Teóricas (T), aulas Práticas (P), e práticas de Extensão (E).

3º PERÍODO

DISCIPLINA						PRÉ - REQUISITO		
CÓDIGO	TÍTULO	AULAS SEMANAIS			CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CÓDIGO	TÍTULO
		T	P	E				
	Agenciamento e Operação de Viagens	2			2	36		Teoria Geral do Turismo II (TGT II)
	Gestão Financeira	3		1	4	72		
	Língua Estrangeira I (Espanhol ou Inglês)*	2			2	36		
	Teorias da Hospitalidade	2			2	36		
	Turismo e Comunicação	2			2	36		Sociologia Aplicada ao Turismo
	Antropologia Cultural	2			2	36		
	Cartografia	2			2	36		
	Optativa II	2			2	36		
Total		17		1	18	324		

Observação: Aulas Teóricas (T), aulas Práticas (P), e práticas de Extensão (E).

4º PERÍODO

DISCIPLINA						PRÉ - REQUISITO		
CÓDIGO	TÍTULO	AULAS SEMANAIS			CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CÓDIGO	TÍTULO
		T	P	E				
	Língua Estrangeira II (Espanhol ou Inglês)*	2			2	36		Língua Estrangeira I (Espanhol ou Inglês)*
	Métodos estatísticos aplicados ao Turismo	3		1	4	72		
	Planejamento e gestão de destinos turísticos	4			4	72		Teoria Geral do Turismo II (TGT II)
	Transportes Turísticos	4			4	72		Teoria Geral do Turismo II (TGT II)
	Cultura Brasileira	1,5		0,5	2	36		
	Optativa III	2			2	36		
Total		16,5		1,5	18	324		

Observação: Aulas Teóricas (T), aulas Práticas (P), e práticas de Extensão (E).

5º PERÍODO

DISCIPLINA						PRÉ - REQUISITO		
CÓDIGO	TÍTULO	AULAS SEMANAIS			CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CÓDIGO	TÍTULO
		T	P	E				
	Língua Estrangeira III (Espanhol ou Inglês)*	2			2	36		Língua Estrangeira II (Espanhol ou Inglês)*
	Gestão de eventos e produção cultural	3		1	4	72		
	Geografia urbana	3		1	4	72		
	Meios de Hospedagem I	1,5		0,5	2	36		
	Gestão de Projetos Turísticos	1,5		0,5	2	36		
	Patrimônio Cultural	1,5		0,5	2	36		
	Optativa IV	2			2	36		
Total		14,5		3,5	18	324		

Observação: Aulas Teóricas (T), aulas Práticas (P), e práticas de Extensão (E).

6º PERÍODO

DISCIPLINA						PRÉ - REQUISITO		
CÓDIGO	TÍTULO	AULAS SEMANAIS			CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CÓDIGO	TÍTULO
		T	P	E				
	Língua Estrangeira IV (Espanhol ou Inglês)*	1,5		0,5	2	36		Língua Estrangeira III (Espanhol ou Inglês)*
	Políticas públicas e legislações aplicadas ao Turismo	2			2	36		
	Geoturismo e geoconservação	2			2	36		
	Meios de Hospedagem II	3		1	4	72		Meios de Hospedagem I
	Gestão de carreira e empregabilidade	2			2	36		Introdução à Administração
	Modelos de negócios	2			2	36		Introdução à Administração
Total		12,5		1,5	14	252		

Observação: Aulas Teóricas (T), aulas Práticas (P), e práticas de Extensão (E).

7º PERÍODO

DISCIPLINA						PRÉ - REQUISITO		
CÓDIGO	TÍTULO	AULAS SEMANAIS			CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CÓDIGO	TÍTULO
		T	P	E				
	Planejamento Urbano	3		1	4	72		
	Gestão de Bares e Restaurantes	1,5		0,5	2	36		
	Estratégias Mercadológicas	4			4	72		Marketing de serviços e produtos
	Projeto de TCC	4			4	72		Leitura e Produção de Textos
Total		12,5		1,5	14	252		

Observação: Aulas Teóricas (T), aulas Práticas (P), e práticas de Extensão (E).

8º PERÍODO

DISCIPLINA						PRÉ - REQUISITO		
CÓDIGO	TÍTULO	AULAS SEMANAIS			CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CÓDIGO	TÍTULO
		T	P	E				
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	4			4	72		Projeto de TCC
	Tópicos Especiais em Turismo e Lazer	2			2	36		
	Teorias do Lazer	4			4	72		
	Gestão de Recursos Humanos	2			2	36		
	Tópicos de Ciências de Dados para o Turismo	1,5		0,5	2	36		
Total		13,5		0,5	14	252		

Observação: Aulas Teóricas (T), aulas Práticas (P), e práticas de Extensão (E).

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA OPTATIVA						PRÉ - REQUISITO		
CÓDIGO	TÍTULO	AULAS SEMANAIS			CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	CÓDIGO	TÍTULO
		T	P	E				
	Artes, Patrimônio e Mediação Cultural	2			2	36		História da Arte II
	Cinema, Saúde e Viagens	2			2	36		
	Fotografia	2			2	36		
	Histórias do Século XX: Poder, Sociedade e Cultura no Cinema	2			2	36		
	Inglês: introdução ao TOEFL	2			2	36		
	Introdução à Análise do Discurso	2			2	36		
	LIBRAS I – Língua Brasileira de Sinais	2			2	36		
	LIBRAS II - Língua Brasileira de Sinais	2			2	36		LIBRAS I – Língua Brasileira de Sinais
	Luz, câmera, ação	2			2	36		
	Paisagem na Arte	2			2	36		História da Arte II
	Práticas de Oralidade em Espanhol	2			2	36		Língua Estrangeira III (Espanhol)
	Tópicos Especiais em Meios de Hospedagem	2			2	36		Meios de Hospedagem II
	Turismo de Aventura	1	1		2	36		
	Turismo e Aviação	2			2	36		Transportes Turísticos
	Turismo em Cruzeiros	2			2	36		Transportes Turísticos
	Turismo em Museus	2			2	36		
	Turismo, Migrações e Fronteiras	2			2	36		
	Linguagem, sociedade e relações étnico-raciais	2			2	36		
	República e Modernidade nos Espaços Urbanos	2			2	36		
	Cerimonial e Protocolo em Eventos	2			2	36		
	Tópicos de e-Business para o Turismo	2			2	36		Teoria Geral do Turismo I
Total		41	1		42	756		

Observação: Aulas Teóricas (T), aulas Práticas (P), e práticas de Extensão (E).

4.3.7. EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

O conteúdo programático, a metodologia utilizada, o tipo de avaliação empregada e as bibliografias básica e complementar de cada disciplina estão disponíveis nos Programas das Disciplinas ou Planos de Curso, que podem ser consultados no Anexo III deste documento.

4.4. Procedimentos Didáticos e Metodológicos

Este Projeto Pedagógico parte do pressuposto de que a educação tem um papel central no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, devendo ser entendida como um processo de aperfeiçoamento que se estende por toda a vida e para além dos espaços escolares (DELORS, 2006). Essa centralidade da educação não pode ser confundida com o “entusiasmo pedagógico” que caracterizou as políticas educacionais no Brasil, no início do século passado, e que se pautava na crença da escola como “redentora da humanidade” (SAVIANI, 1994, p. 34). Ela está relacionada ao exercício de uma cidadania ativa, tendo, portanto, como finalidade, o pleno desenvolvimento de sujeitos capazes de se posicionarem ética e responsabilmente diante da realidade.

Essa forma de pensar a educação articula-se à perspectiva de construção de um novo humanismo que pretende superar tanto a concepção tradicional, marcada pela visão essencialista do ser humano, como a concepção moderna, centrada na existência. Fundamenta-se em uma visão que entende o sujeito como ser planetário, capaz de se relacionar com base em uma ética de interdependência e não de competição. Pensada nessa perspectiva, a educação profissional reconhece o valor universal do indivíduo e considera necessária a mundialização das ideias políticas de democracia e de direitos humanos.

Assim considerada, a educação orienta-se pela utopia de construção de uma “sociedade educativa” (DELORS, 2006) que, considerando a existência de diferentes tempos de aprendizagem, possíveis diante das novas tecnologias da informação e da comunicação, seja capaz de viabilizar múltiplas possibilidades de aprendizagem, permitindo a todos o acesso, a atualização e a utilização de conhecimentos. Além disso, orienta-se também pela convicção da existência de uma “ética universal do ser humano”, ou seja, de uma ética que constitui a marca da natureza humana e que é indispensável às relações entre as pessoas. Essa ética impõe a responsabilidade como expressão da liberdade (FREIRE, 1996).

Nesta perspectiva, a educação é entendida como uma das mediações fundamentais, tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. O respeito mútuo, pelo outro e pelas diferentes culturas e tradições, além do próprio direito à educação são fundamentos presentes nesse Projeto Pedagógico de Curso e nas práticas acadêmicas e metodológicas desenvolvidas a partir dele.

A Resolução CNE/CP nº 1/2012, decorrente do Parecer CNE/CP nº 8/2012 trata dos princípios fundamentais para uma Educação em Direitos Humanos que orientam essa mudança social. Os princípios são: Dignidade humana; Igualdade de direitos; Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; Laicidade do Estado; Democracia na educação; Transversalidade, vivência e globalidade; Sustentabilidade socioambiental.

No intuito de garantir os princípios da Resolução CNE/CP nº 1/2012, a base curricular e as práticas educativas cotidianas do curso contemplam os processos educativos necessários para garantir experiências e vivências com o entorno, criando condições socioafetivas, educativas e culturais para viabilizar uma ambiência voltada à cidadania e à democracia. Assim o faz, ao estabelecer cooperação com uma ampla variedade de sujeitos e instituições da sociedade. As ações cooperativas ocorrem através de projetos de pesquisa e de extensão e de atividades extraclasse, como visitas técnicas em distintos espaços artísticos-culturais e instituições que atuam direta ou indiretamente no setor turístico, e mesas-redondas que recebem a participação de atores e organizações da sociedade civil. O constante diálogo entre professores, técnicos da instituição e a sociedade civil são recorrentes nas práticas de pesquisa, extensão, ensino do curso, notadamente a prática de codocência em disciplinas obrigatórias e optativas, garantindo a transversalidade e interdisciplinaridade no currículo, de forma crítica e dinâmica.

Deve-se ressaltar também o cuidado por parte dos docentes em selecionar e apresentar materiais didáticos e atividades curriculares e propor práticas em aula que dinamizem a abordagem analítica da complexidade da realidade do setor turístico e da sociedade em suas variadas escalas.

O currículo de formação básica do curso se compromete com a discussão e superação do racismo na sociedade brasileira, apresentando repertório teórico e ações pedagógicas que contribuam com uma formação crítica sobre a história e a cultura que caracterizam a formação da população brasileira, resgatando as contribuições dos povos negros e indígenas na constituição social, econômica e política do país.

As disciplinas de História, Cidade e Turismo, Cultura Brasileira, e Sociologia Aplicada ao Turismo apresentam conteúdos sobre o pensamento social brasileiro, a escravidão negra no litoral atlântico da América e a questão racial e mestiçagem brasileira e problematiza esse legado histórico, discutindo-o e analisando-o criticamente.

Um exemplo marcante é como as disciplinas de História da Arte I e História da Arte II trabalham o exercício da apreciação estética e a contextualização histórica e crítica da arte, contribuindo para a percepção, consciência e reconhecimento das diferentes matrizes culturais formadoras da sociedade brasileira.

Na disciplina Práticas Textuais em Língua Portuguesa e na de Leitura e de Produção de Textos, a unidade e diversidade da Língua Portuguesa e a visão do preconceito e racismo linguístico são contempladas através da seleção de textos trabalhados e nas escolhas práticas de ensino. As questões de identidade e alteridade são contempladas nos ensinamentos de línguas estrangeiras, assim como as temáticas relacionadas ao racismo, direitos humanos e a diversidade étnico-racial.

A formação do profissional não se restringe a um mero treinamento que permita o desenvolvimento de habilidades e competências. Ela deve orientar-se por princípios éticos, estéticos e políticos, no sentido de colaborar para o seu aperfeiçoamento integral, para que ele possa reconhecer-se como esse agente de mudanças e posicionar-se frente à realidade e ao seu próprio fazer profissional.

Para tanto, defende-se uma pedagogia crítica, de corrente progressista (FREIRE, 1996), segundo a qual o ato pedagógico se realiza na relação interpessoal entre professores e alunos e cuja preocupação se volta para a formação de cidadãos reflexivos, de sujeitos conscientes de fazerem parte da história e que se reconheçam enquanto seres capazes de intervir na realidade em que vivem. Dessa forma, é fundamental a busca da formação de sujeitos desejosos de uma educação de qualidade que lhes sirva como instrumento de diálogo permanente com os outros e com a realidade.

Ancorado nessa perspectiva filosófica e pedagógica, bem como na filosofia institucional do Cefet/RJ, este Curso pretende colaborar no esforço de tornar a Uned Petrópolis mais um espaço de educação pública voltado para a formação humana, científica e tecnológica.

Quanto à metodologia educacional, este Projeto Pedagógico de Curso está centrado em uma concepção dialética da educação, segundo a qual entre educação e sociedade existe uma relação de determinação e transformação recíproca (FREIRE, 1987; SAVIANI, 1994). De acordo com essa perspectiva, os métodos de ensino devem considerar a prática social como ponto de partida e de chegada do processo educativo, estimular a iniciativa e a criatividade dos estudantes, reconhecendo a existência de formas de aprendizagem diferenciadas, e favorecer o diálogo entre professores e alunos, bem como a articulação entre os problemas enfrentados na prática social com a cultura acumulada historicamente.

Nesse sentido, identifica-se com uma metodologia problematizadora que, aplicada à formação de profissionais de turismo, viabiliza a análise crítica das vivências dos estudantes, dos contextos profissionais nos quais atuarão e dos problemas por eles enfrentados no âmbito acadêmico em sua totalidade, colaborando para a formação de profissionais críticos, comprometidos com o desenvolvimento social, e a difusão sustentável de bens culturais e econômicos.

A metodologia adotada aqui busca articular uma perspectiva crítica e reflexiva de educação e formação profissional. Saviani (1994, p.79) sistematiza uma metodologia educacional em passos que podem ser resumidos da seguinte forma, sendo o peso e a duração de cada momento variável conforme as situações específicas nas quais se desenvolve a prática pedagógica:

- 1º passo – Contextualização: partir da prática social que é comum a professores e alunos. Professores e alunos se posicionam enquanto agentes sociais diferenciados;
- 2º passo – Problematização: identificar os principais problemas postos pela prática social;

- 3º passo – Instrumentalização: apropriar-se de instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social;
- 4º passo – Catarse: incorporar efetivamente os instrumentos culturais produzidos enquanto elementos ativos de transformação social (ponto culminante do processo educativo);
- 5º passo – Retorno à prática social: desenvolver ações reais e efetivas de transformação qualitativa.

Ao refletir sobre a necessidade de formação de profissionais não apenas aptos tecnicamente, mas também conscientes do valor social do trabalho, Schwartz (apud RAMOS, 2002) propõe uma perspectiva de qualificação profissional constituída de três dimensões: conceitual, social e experimental. A primeira diz respeito aos conhecimentos advindos da reflexão teórica formalizada nos conteúdos do curso proposto. A segunda desloca parte do trabalho da qualificação para as relações sociais estabelecidas entre os conteúdos das atividades e as classificações hierárquicas, assim como as regras e direitos relacionados com o exercício profissional construídos historicamente e coletivamente. Já a terceira dimensão constitui-se dos conteúdos reais das atividades situadas, nas quais entram em jogo não apenas conceitos, mas um conjunto complexo de saberes que operam na realização das atividades de trabalho.

Considerando tal perspectiva, pode-se dialogar com Ramos (2002), para quem os saberes tácitos e sociais são tão relevantes quanto os saberes formais desenvolvidos em sala de aula. Por isso, destacam-se nesse curso, além do estágio obrigatório, trabalhos de campo que visam a colocar o grupo de alunos em contato contínuo com as atividades profissionais para as quais estão se formando. Essa é uma proposta que busca extrapolar o limite das disciplinas teóricas de modo a mobilizar a construção de um conhecimento coletivo e aplicado.

Essa metodologia é tomada como referência no Curso Bacharelado em Turismo do Uned Petrópolis, que a considera como adequada às características da formação pretendida e ao perfil dos estudantes. No entanto, outras metodologias poderão ser utilizadas, em função das características de cada disciplina, sem perder de vista, contudo, a perspectiva crítica que se pretende implementar em um curso superior de formação profissional.

As perspectivas de formação descritas nesse documento se desenvolverão por meio de ações planejadas nos vários espaços curriculares delimitados na grade curricular. Uma ampla diversidade de estratégias faz parte desses diferentes espaços curriculares, visando contemplar todo o espectro de competências que se espera do aluno egresso.

Fazem parte das ações e estratégias delimitadas como metodologia de trabalho: aulas presenciais na forma expositiva e/ou dialogada; leituras, discussões e debates; seminários e atividades de pesquisa e extensão; aulas no laboratório de informática; aulas nos Laboratório de Ensino e Pesquisa em Turismo, Laboratório de Línguas e Laboratório Produção Cultural e Práticas Extensionistas; realização de visitas e viagens técnicas.

Algumas questões de natureza social, cultural, econômica e política, tais como as relacionadas à diversidade, às relações étnico-raciais, à inclusão e a outros aspectos da atualidade são tratadas de forma transversal ao curso nas diversas iniciativas tomadas pela instituição nesse sentido.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), melhor descrito na Seção 6.5.5, desenvolve periodicamente atividades de sensibilização tais como minicursos, exposições de filme, palestras, dentre outras, com os servidores e discentes da instituição com o objetivo de tratar de temas como a inclusão e a diversidade.

O Cefet/RJ também possui uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária (CCSS) com o objetivo de separar, coletar e dar destinação correta aos resíduos gerados na instituição. Além disso, algumas iniciativas ligadas ao estímulo de um consumo consciente de bens e recursos são realizadas pela CCSS.

Os eventos promovidos anualmente pelo Cefet/RJ através de sua Diretoria de Extensão, tal como a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, que nos *campi* são organizados e executados pela Gerência Acadêmica em parceria com os proponentes dos projetos e das atividades de extensão, visam provocar debates atuais acerca dos temas transversais citados anteriormente.

O incentivo ao engajamento político por meio de atividades de representação estudantil, tal como a gestão do centro acadêmico e a participação ativa em espaços oficiais da instituição como o Conselho da Unidade e o Colegiado do Curso, confere aos estudantes uma visão mais ampliada do processo político-institucional.

Constitui-se, dentro da concepção e organização curricular do curso, o paradigma de atenção e valorização da diversidade e pluralidade humana. Desta forma, as tecnologias da informação e comunicação e ações dos professores, partindo da concepção do direito de aprendizagem, servirão como impulsionadores da perspectiva inclusiva, na qual as propostas pedagógicas e as instâncias gestoras atendem aos princípios e fundamentos da educação comodireito humano indisponível e incondicional.

A tecnologia de informação e comunicação (TIC) representa a viabilização de novos cenários educacionais, por meio da superação de limitações físicas e de materiais que os contextos pedagógicos podem apresentar, além de significar novos caminhos para que projetos e ações pedagógicas possam criar uma ponte entre universidade-comunidade, no que se refere à construção de respostas eficazes para os problemas sociais de um dado contexto social, no qual o espaço educacional está inserido.

Destaca-se como acessibilidade digital e comunicacional para a promoção de discentes docentes junto ao contexto educacional do Curso Bacharelado em Turismo, a existência dos laboratórios voltados às variadas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão no campo do Turismo, no qual os discentes, sob orientação dos docentes do curso, realizam atividades diversas que contribuem para a construção de conhecimento.

A Uned Petrópolis por meio de sua Biblioteca disponibiliza aos discentes ainda doze computadores¹ com acesso à internet. É disponibilizada para os docentes, administrativos e discentes em pesquisa, a rede sem fio de acesso à internet nos ambientes educacionais (salas de aula e corredores). O emprego da rede sem fio de acesso à internet possui algumas restrições necessárias ao ambiente acadêmico: o gerenciador da rede criou protocolos diferentes de acesso a sítios virtuais por parte dos docentes, a fim de evitar que a internet seja utilizada somente como instrumento de acesso a redes sociais e comunicadores virtuais, o que representaria um elemento desagradador durante o

processo ensino-aprendizagem em sala de aula. Não se quer com essa restrição desestimular a utilização da internet por parte dos discentes, pelo contrário, as restrições empregadas visam o uso coerente da internet junto ao espaço educacional e orientado para a construção de aprendizagem significativa.

Além disso, o Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF) tem trabalhado com o intuito de fornecer e integrar soluções digitais ao cotidiano dos servidores e discentes. Com o objetivo de prover maior sinergia entre os serviços prestados à comunidade, o DTINF, em suas atribuições, disponibiliza o serviço de e-mail institucional para todos os servidores e discentes regularmente matriculados na instituição.

Adicionalmente, disponibiliza o acesso às seguintes tecnologias de comunicação, possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem em consonância com o mundo do trabalho, as quais são encontradas nas diferentes realidades laborais. Tais serviços de tecnologia de comunicação disponibilizados, que contribuem para o desempenho e armazenamento seguro das atividades acadêmicas, tanto de docentes quanto discentes, são:

- e-mail com 50 GB de armazenamento, na forma nome.sobrenome@aluno.Cefet-rj.br;
- armazenamento de 1 TB na nuvem (OneDrive);
- acesso ao pacote de softwares da Microsoft, incluindo Word Online; Excel Online; PowerPoint Online; Outlook Online; Microsoft *Forms* e Microsoft *Teams*.

Considerada sua consonância com as diretrizes e bases da educação nacional, com as finalidades da educação superior e com as políticas institucionais, o curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ Uned Petrópolis vem se configurando como ambiente de estímulo às atitudes reflexivas e críticas, mediante ações que concorram para o desenvolvimento do espírito científico e promovam a criação e a difusão cultural, em prol da melhor compreensão da realidade contemporânea, bem como das possibilidades de intervenção e de transformação dessa realidade.

5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Os espaços curriculares são regidos por um amplo espectro de formas de avaliação de ensino e aprendizagem, de forma condizente com a amplitude das competências que o curso visa promover. Os processos de avaliação se constituem de: prova escrita, presencial ou não presencial, com ou sem consulta; prova oral individual ou em grupo; produção de artigos científicos; relatórios; ensaios científicos; realização de feiras, bancas e exposições; trabalhos práticos etc.

Os alunos que ingressam no curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ Uned Petrópolis ficam sujeitos ao sistema de avaliação definido institucionalmente conforme as diretrizes do Cefet/RJ. A seguir, apresentamos os detalhes do referido sistema.

5.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Os critérios para a avaliação dos processos de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação do Cefet/RJ encontram-se definidos no Manual do Aluno. Conforme o referido documento, os alunos que ingressam nos cursos de graduação do Cefet/RJ ficam sujeitos ao seguinte sistema de avaliação:

Para disciplina de caráter teórico, a nota semestral (NS) será a média aritmética entre as duas notas obtidas nas avaliações.

P1 - 1º trabalho/prova - realizado até a 7ª semana do semestre letivo;

P2 - 2º trabalho/prova - realizado entre a 12ª e a penúltima semana do semestre letivo.

Será concedida uma única prova substitutiva (P3) ao aluno que faltar à P1 ou à P2, desde que devidamente justificada. O aluno que faltar a ambas (P1 e P2) terá como nota semestral (NS) a nota da P3 dividida por 2 (dois), no caso de disciplinas teóricas. O aluno que obtiver nota semestral (NS) superior a 7,0 (sete) estará automaticamente aprovado na disciplina, desde que atendido o critério de frequência mínima obrigatória⁴.

⁴ De acordo com a legislação em vigor, a frequência às aulas é obrigatória. Todavia, a fim de atender aos problemas inevitáveis e circunstâncias imprevisíveis que impeçam o comparecimento ao Centro, é permitido ao aluno faltar 25% (vinte e cinco por cento) das aulas previstas no calendário escolar aprovado pelo Departamento de Ensino superior e Diretoria de Ensino. Em decorrência, não existe abono de faltas, visto que os 25% (vinte e cinco por cento) permitidos constituem o limite legal para todo e qualquer impedimento, com exceção dos previstos em lei, cuja compensação das aulas requeridas só se fará a partir da data da entrada do requerimento no Protocolo Geral do Cefet/RJ; A Lei nº6.202/75 confere à aluna gestante, durante três meses, a partir do oitavomês de gestação, regime de acompanhamento especial previsto pelo Decreto-Lei nº1.044/69.

O aluno que obtiver nota semestral (NS) inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 3,0 (três) deverá submeter-se a um exame final (EF) e, nesse caso, a média final (MF) será a média aritmética entre a nota semestral e a nota do exame final (EF). Nesse caso, será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco). Será considerado reprovado na disciplina o aluno que obtiver nota semestral (NS) inferior a 3,0 (três) ou média final (MF) inferior a 5,0 (cinco).

O exame final (EF) constará de uma única prova, realizada no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, podendo ser escrita, oral, gráfica ou de caráter prático, devendo abranger, tanto quanto possível, todo o conteúdo ministrado no semestre letivo.

O aluno reprovado por faltas (RF) não tem direito a exame final e terá como média final (MF) a nota semestral (NS).

O desempenho global do aluno é avaliado através do CR (coeficiente de rendimento), que é calculado pela média ponderada das médias finais (MF), tendo como peso o número de créditos das disciplinas cursadas.

O CR é calculado ao fim de cada período letivo e cumulativamente em relação aos períodos anteriores. O CR é levado em consideração para avaliação de seu rendimento geral, sempre para uso interno e exclusivo do Cefet/RJ. No caso de aluno reingressante, o CR é calculado a partir das ocorrências de seu ingresso na Instituição.

5.2. Avaliação do Projeto do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Bacharelado em Turismo é permanentemente avaliado pela Coordenação do Curso, pelo NDE, pela SAPED, pelo NAPNE e por outros setores. A interação entre esses agentes permite uma avaliação completa nas dimensões didático-pedagógica, de corpo docente, de acessibilidade e de infraestrutura.

Diversos mecanismos de autoavaliação do curso e do PPC são utilizados periodicamente com o objetivo de levantar as suas deficiências, indicando a necessidade de alterações e melhorias na infraestrutura, na metodologia docente, na estrutura curricular, dentre outros aspectos.

Um dos mecanismos utilizados para a avaliação do corpo docente é o processo de progressão funcional da carreira, realizado pela própria instituição através da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). O procedimento é feito por meio da análise das atividades de ensino, pesquisa, extensão e outras desenvolvidas pelos professores a cada 24 (vinte e quatro) meses. Quando o desempenho é satisfatório, o professor avança no plano de carreira.

Há ainda outros indicadores considerados na avaliação do curso, dentre eles o desempenho perante a avaliação periódica de cursos de graduação pelo MEC, o desempenho dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Superior (ENADE), a inserção dos alunos no mercado de trabalho, a admissão dos alunos em programas de pós-graduação *stricto sensu* e sua aprovação em concursos públicos. Assim, levando em consideração todo esse conjunto de elementos didáticos, de recursos humanos e de

materiais, o curso é aperfeiçoado visando alcançar os mais elevados padrões de excelência educacional e, conseqüentemente, da formação inicial dos futuros profissionais da área.

No âmbito da autoavaliação institucional, o Cefet/RJ possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que atua na elaboração do diagnóstico institucional, cuja culminância é a construção de relatórios que retratam a realidade em seus diversos aspectos. Esse instrumento não apenas reorienta o desenvolvimento das atividades institucionais, como também subsidia as atividades de avaliação externa. Dentre essas se situam a avaliação dos cursos de graduação, o ENADE, e o ENEM, que, embora seja um exame de caráter voluntário, reflete, no desempenho dos alunos participantes, o nível de formação propiciado pela escola aos alunos do ensino médio.

Cada Uned conta com um membro na composição da CPA. Neste sentido, os relatórios gerados devem ser encaminhados à Direção e às Gerências Acadêmica e Administrativa para, em conjunto, ser analisados pelos coordenadores dos cursos. A partir destes relatórios, poderão ser planejadas melhorias no que se refere à infraestrutura e ao desenvolvimento de novos processos educacionais no âmbito acadêmico.

6. RECURSOS DO CURSO

6.1. Corpo Docente

O corpo docente do Curso Bacharelado em Turismo da Uned Petrópolis conta com professores de diversas áreas do conhecimento e especializações, tais como Turismo, Administração, História, Geografia, Artes e Linguagens. Os docentes do curso, relacionados na tabela 8, pertencem à carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e trabalham, majoritariamente, em regime de dedicação exclusiva (DE).

Todos os docentes possuem pós-graduação *stricto sensu* e significativa produção acadêmica que se reflete nas publicações em periódicos nacionais e internacionais, além da participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalhos. Os docentes do curso participam frequentemente de eventos profissionais, científicos, didáticos, dentre outros, a fim de buscar atualização em suas áreas de atuação. A destinação de verba de custeio para concessão de diárias e passagens pela instituição estimula a participação dos docentes nesses eventos.

Tabela 10 - Relação do corpo docente atuante no Curso Bacharelado em Turismo, sua titulação, carreira e regime de trabalho.

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME	VÍNCULO
1- Aixa Teresinha Melo de Oliveira	Mestre	EBTT/DE	Estatutário
2- Alexandra Maria de Abreu Rocha	Mestre	EBTT/DE	Estatutário
3- Alice Moraes Rego de Souza	Doutora	EBTT/DE	Estatutário
4- Fabio Sampaio de Almeida	Doutor	EBTT/DE	Estatutário
5- Frederico Ferreira de Oliveira	Mestre	EBTT/DE	Estatutário
6- Jarlene Rodrigues Reis	Doutora	EBTT/DE	Estatutário
7- Lélian Patrícia de Oliveira Silveira	Doutora	EBTT/DE	Estatutário
8- Luciana de Mesquita Silva	Doutora	EBTT/DE	Estatutário
9- Ludmila Vargas Almendra	Doutora	EBTT/DE	Estatutário
10- Luis Carlos Dias de Oliveira	Doutor	EBTT/40h	Estatutário
11- Marcelo Augusto Mascarenhas	Mestre	EBTT/DE	Estatutário
12- Nara Maria Carlos de Santana	Doutora	EBTT/DE	Estatutário
13- Rafael Teixeira de Castro	Doutor	EBTT/DE	Estatutário
14- Roberta Dalvo Pereira da Conceição	Doutora	EBTT/DE	Estatutário
15- Suzana Santos Campos	Mestre	EBTT/DE	Estatutário

A tabela anterior apresenta a relação dos professores que ministram aulas no Curso Bacharelado em Turismo e que estão lotados no Colegiado deste mesmo curso.

A tabela 9 apresenta a relação dos professores que ministram aulas no Curso Bacharelado em Turismo e estão lotados nos Colegiados do Curso Técnico em Telecomunicações Integrado ao Ensino Profissional Técnico de Nível Médio e do Curso de Licenciatura em Física.

Tabela 11 - Relação dos professores que ministram aulas no Curso Bacharelado em Turismo e estão lotados em outros colegiados.

PROFESSOR	Titulação	REGIME	VÍNCULO
1- Celso Braga Junior	Mestre	EBTT/DE	Estatutário
2- Daniela Frey de S. Thiago	Doutora	EBTT/DE	Estatutário
3- Felipe da Silva Ferreira	Doutor	EBTT/DE	Estatutário
4- Fernando Amaro Pessoa	Doutor	EBTT/DE	Estatutário
5- Marcelo Faria Porretti	Doutor	EBTT/DE	Estatutário
6- Patrícia Ferreira de Souza Lima	Doutora	EBTT/DE	Estatutário
7- Renata Gomes de Brito Mariano	Doutora	EBTT/DE	Estatutário
8- Soraia Wanderosck Toledo	Mestre	EBTT/DE	Estatutário

Assim, atuam no curso um total de 23 professores, destes 16 são doutores e 7 mestres, conforme indicado na tabela 10. O percentual das titulações está descrito na figura 4, onde se observa que 100% do corpo docente que atua no curso são mestres ou doutores:

Tabela 12 - Quantitativo e porcentagem de docentes por titulação.

Professor	Quantidade	Percentual
Doutores	16	69,6%
Mestres	7	30,4%
Total	23	100%

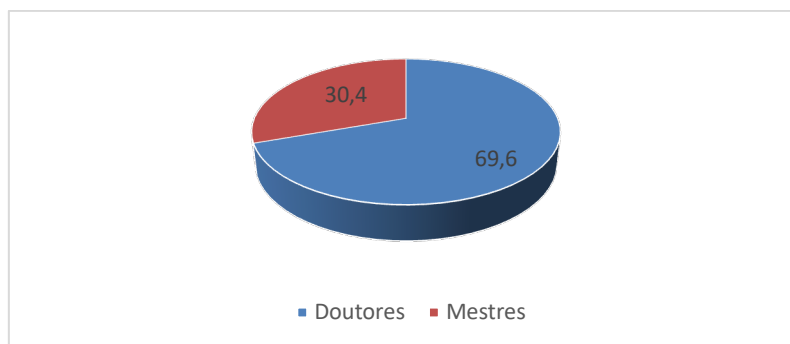


Figura 4 - Gráfico com a proporção de docentes por titulação.

6.1.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Entre os requisitos que constam na Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010, tem-se que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) deve ser composto por membros do corpo docente do curso que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo e:

- I - seja constituído por um mínimo de 5 professores do curso;
- II - tenha pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em Programas de Pós-graduação;
- III - tenha todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Bacharelado em Turismo atende a normativa pertinente, sendo composto por cinco docentes vinculados ao colegiado do curso, com diversas formações.

Desde sua criação, o NDE do curso Bacharelado em Turismo vem atuando na elaboração, implementação, consolidação e contínua atualização deste Projeto Pedagógico, além de auxiliar a coordenação em assuntos específicos. A tabela 11 apresenta a composição do NDE de acordo com a Portaria Cefet-RJ nº 1.046, de 15 de setembro de 2023.

São atribuições do NDE, dentre outras:

- elaborar e acompanhar, com base nas orientações institucionais, a estrutura curricular quanto à duração do curso, número de créditos, disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas e seus pré-requisitos;
- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- zelar pelo cumprimento integral da legislação vigente pertinente ao curso, tal como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- acompanhar e avaliar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado do Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

Tabela 13 - Relação da composição atual do Núcleo Docente Estruturante do Curso Bacharelado em Turismo da Uned Petrópolis (Portaria Cefet-RJ nº 1.046, de 15 de setembro de 2023).

PROFESSOR	Titulação	Área	Regime
1- Suzana Santos Campos	Mestre	Turismo	EBTT/DE
2- Aixa Teresinha Melo de Oliveira	Mestre	Geografia	EBTT/DE
3- Alice Moraes Rego de Souza	Doutora	Letras	EBTT/DE
4- Jarlene Rodrigues Reis	Doutora	Turismo	EBTT/DE
5- Marcelo Augusto Mascarenhas	Mestre	Turismo	EBTT/DE

6.1.2. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso está engajada em toda a gestão do curso, porém atua majoritariamente em seu âmbito acadêmico no esforço de executar e cumprir o planejamento estratégico da instituição e do curso. O coordenador do curso também é presidente do Colegiado e do NDE. Por isso, é o responsável por manter um calendário periódico de reuniões destes dois órgãos do curso. Além disso, é o representante oficial frente às outras instâncias da instituição, se fazendo presente, sempre que necessário, em reuniões na unidade sede, assim como na Uned Petrópolis. Pode-se citar, especificamente, a participação do coordenador no Conselho da Unidade (CONPUS), instância consultiva e deliberativa das unidades do Cefet/RJ, que tem a incumbência de discutir, decidir e propor sobre questões referentes à unidade e à instituição. A atual coordenadora do Curso Bacharelado em Turismo é Suzana Santos Campos, docente da carreira EBTT em regime DE, Bacharel em Turismo e Mestre em Lazer (2013).

O Coordenador é eleito pelo Colegiado do Curso, tendo mandato de dois anos, passível de recondução. Em termos gerais, as atribuições do Coordenador são descritas a seguir:

- I. exercer a coordenação didático-pedagógica, segundo as normas vigentes na instituição;
- II. representar a integração entre docentes, discentes e instâncias superiores do Cefet/RJ;
- III. representar o curso em conselhos e câmaras de gestão acadêmica do Cefet/RJ;
- IV. propor modificações no currículo do curso sempre que necessário, adequando-o a novos contextos e realidades;
- V. propor número de vagas ofertadas e critérios de preenchimento de vagas ociosas do curso;
- VI. coordenar a orientação acadêmica dos alunos;
- VII. fazer a integração entre os setores de estágio supervisionado, a coordenação do trabalho de conclusão de curso e demais atividades curriculares;
- VIII. coordenar as atividades do Colegiado do curso e do Núcleo Docente Estruturante;

- IX. analisar requerimentos e solicitações de alunos e professores do curso;
- X. coordenar a gestão de recursos destinados ao curso.

A Coordenação do Curso está diretamente subordinada à Gerência Acadêmica da Uned Petrópolis, instância com a qual articula ações no sentido de viabilizar as atividades propostas pelo Colegiado, bem como o atendimento a demandas de alunos e professores.

A carga horária dedicada semanalmente a atividades de atendimento aos alunos e professores, reuniões acadêmicas e administrativas e outras ações relacionadas à gestão do Curso está especificada no Plano Semestral de Atividades Acadêmicas do coordenador, como pode ser visto tabela que segue abaixo.

Tabela 14 - Plano de atividades acadêmicas e administrativas.

Tipo de atividade (com especificação nas páginas seguintes)	Nº de horas
Aulas semanais das disciplinas/cursos	10
Desenvolvimento de projeto de ensino	-
Desenvolvimento de projeto de pesquisa	-
Desenvolvimento de projeto de extensão	04
Atendimento a alunos em projetos de ensino	-
Orientação de Projetos e Trabalho Final de Curso	02
Orientação de Dissertações e Teses	-
Orientação e/ou supervisão de estágio	-
Orientação de atividades de iniciação científica	-
Orientação de atividades de extensão	04
Participação em Conselhos ou Comissões institucionais	04
Participação, como aluno, em curso de capacitação ou aperfeiçoamento docente	-
Organização e despacho de documentos relativos à Coordenação	04
Atendimento a discentes e docentes (Coordenação do Curso)	12
TOTAL	40

Observação: a distribuição da carga horária explicitada acima pode variar em diferentes semestres letivos.

6.1.2.1. SEÇÃO DE ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA

A Seção de Articulação Pedagógica (Saped) destina-se ao acompanhamento do processo educacional nos níveis da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Superior, nas dimensões pedagógica, psicológica e social, atuando junto aos diferentes atores envolvidos na atividade educativa. Tem como objetivo favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes, bem como contribuir com a sua permanência e continuidade nos estudos.

É constituída por profissionais da Educação, da Psicologia e do Serviço Social, os quais atuam articuladamente, em uma proposta de trabalho multidisciplinar, e intervém, direta

e preventivamente, no sentido de promover o sucesso acadêmico dos alunos e, também, a qualidade das ações pedagógicas.

As atividades da Saped podem ser organizadas em sete núcleos de atuação: acolhimento de alunos ingressantes, acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, assessoramento ao desenvolvimento de atividades institucionais, prevenção à repetência e à evasão, assistência social, psicologia e integração família-escola (no nível da Educação Básica).

No que se refere ao primeiro núcleo, destacam-se duas ações fundamentais. No início de cada semestre (no nível do Ensino Superior) ou ano (no nível da Educação Básica), é realizado um momento de recepção com os alunos ingressantes, que tem como objetivo fornecer orientações básicas acerca das normas institucionais, processo de matrícula, avaliação, entre outras, e situar os estudantes no contexto do nível de ensino em que estão matriculados. Posteriormente, é aplicado aos alunos um questionário para o conhecimento da sua história acadêmica pregressa, das motivações que os levaram à escolha do curso, seus hábitos de estudo e possíveis necessidades de adaptações curriculares. A análise das respostas permite traçar o perfil das turmas, que é apresentado aos professores e orienta a realização de entrevistas individuais. Essas entrevistas são feitas com alguns estudantes, quando identificada a necessidade de aprofundar o conhecimento dos dados informados.

No que diz respeito ao acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, têm destaque: a organização e a presidência dos Conselhos de Classe (no nível da Educação Básica), atividades de assistência aos alunos com dificuldades de aprendizagem, acompanhamento dos casos de alunos infrequentes, encaminhamento de alunos para atendimento com especialistas, atendimento e aconselhamento às famílias, reuniões pedagógicas de cunho formativo e de orientação, processos de adaptação curricular dos alunos público alvo da educação especial, em parceria com o Napne.

No campo da assistência social, o setor procura compreender a realidade dos estudantes para auxiliá-los a efetivarem seus direitos, fortalecerem suas redes de proteção e acessarem serviços que possam auxiliá-los no atendimento de suas demandas sociais. Realiza escuta qualificada para acolher os estudantes, fazer as leituras dos contextos culturais e socioeconômicos e as mediações necessárias.

Neste núcleo, o setor realiza, ainda, a seleção dos alunos para os Programas de Assistência Estudantil, os quais têm como objetivo promover a permanência dos estudantes que estejam em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, contribuindo para a sua permanência. São eles:

- Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED) – destinado a facilitar a acessibilidade, permanência e formação de qualidade aos estudantes com deficiência.
- Programa de Auxílio ao Estudante (PAE) – destinado a atender os estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar com despesas básicas para sua frequência e seu desempenho escolar, atuando na prevenção da retenção e da evasão escolar.

O assessoramento ao desenvolvimento de atividades institucionais envolve a participação na elaboração/revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso, dos Programas de Disciplina, a contribuição no planejamento anual das atividades acadêmicas, a participação na Semana de Extensão, nas atividades do Napne (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), em comissões diversas, grupos de estudo e trabalho, entre outros.

No núcleo de prevenção à repetência e à evasão, a Saped desenvolve, em articulação com os colegiados e demais instâncias institucionais, ações que vão desde a identificação das causas, à implementação de estratégias para diminuição dessas taxas, tais como: aconselhamento aos estudantes quanto à organização do tempo e a melhor utilização das técnicas de estudo, concessão de bolsas dos Programas de Assistência Estudantil, orientação às coordenações quanto à oferta de cursos de nivelamento, ajustes nos processos de ensino e de avaliação, desenvolvimento de estratégias de recuperação da aprendizagem, mediação de conflitos na relação professor-aluno e orientação vocacional.

O núcleo de psicologia colabora com o acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem e desenvolve ações voltadas para a promoção da saúde mental e o enfrentamento das diversas formas de violência e desigualdade no espaço educacional. Para tanto, diagnostica as dificuldades dos alunos no processo de escolarização, realiza atendimentos psicológicos, avaliações e intervenções psicopedagógicas e psicossociais, encaminha estudantes, quando necessário, para os serviços de atendimento da comunidade, promove palestras, oficinas, rodas de conversas e campanhas de saúde mental. Desenvolve, ainda, trabalhos de orientação profissional e de carreira aos alunos, abarcando o desenvolvimento de competências, visando um melhor aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano.

No que se refere à relação família-escola, a Saped promove momentos de encontro com os responsáveis dos alunos da Educação Básica, não apenas para tratar do desenvolvimento e da aprendizagem dos estudantes, a exemplo das reuniões periódicas e dos atendimentos individualizados, como também para fortalecer e estreitar os vínculos entre as duas instâncias.

6.1.2.2. SEÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

A Seção de Registros Acadêmicos (SERAC) é o setor da Uned destinado ao registro, ao arquivo e à emissão de documentos relacionados à vida acadêmica dos estudantes. Encontra-se vinculada à Gerência Acadêmica. Neste setor, podem ser feitos os seguintes procedimentos: matrículas, trancamentos de matrícula, declarações diversas, dentre outros.

6.2. Instalações Gerais

A Instituição conta com um universo de aproximadamente quatorze mil alunos regulares distribuídos entre seus cursos de ensino médio, educação profissional técnica de nível

médio, ensino de graduação e pós-graduação. Como atividades acadêmicas do Centro destacam-se, ainda, as de pesquisa e extensão, em resposta as demandas do setor produtivo, do poder público constituído e da sociedade em geral.

Nos últimos anos, o expressivo crescimento dessas atividades fez-se acompanhar da ampliação do espaço físico e da expansão em Unidades de Ensino Descentralizadas (Uned's). Assim é que o Cefet/RJ, além da Unidade sediada na Avenida Maracanã, que abrange também o *Campus* da rua General Canabarro, conta com a Uned de Nova Iguaçu, no bairro Santa Rita desse município da Baixada Fluminense, e com a Uned de Maria da Graça, bairro da cidade do Rio de Janeiro. Essas Unidades de Ensino tiveram sua inauguração em agosto de 2003 e em junho de 2006, respectivamente. No segundo semestre de 2008, surgiram as Uned's de Petrópolis, Nova Friburgo e Itaguaí. Em 2010, foram inaugurados o Núcleo Avançado de Valença e a Uned de Angra dos Reis.

A Uned Petrópolis, onde se realiza o curso Bacharelado em Turismo, se encontra localizada em um prédio histórico no centro da cidade de Petrópolis e é organizada em uma estrutura de cinco blocos. O bloco principal, ou bloco A, concentra os escritórios da direção, das gerências acadêmica e administrativa e dos serviços acadêmicos e administrativos de forma geral. Além disso, o bloco A possui 12 (doze) salas de aula, o Laboratório de Programação, Laboratório de Redes, Laboratório de Arquitetura de Computadores e *Software*, o refeitório e espaço de convivência dos alunos.

O Bloco B concentra laboratórios didáticos dos cursos da Instituição e ainda os gabinetes dos docentes dos 6 (seis) cursos da Unidade (Bacharelado em Turismo, Técnico em Telecomunicações integrado ao Ensino Médio, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Engenharia de Computação e a Pós-graduação Lato Sensu em Práticas Linguagens e Ensino na Educação Básica) e as salas das coordenações de cada curso de graduação. Os blocos D e E (anexo ao prédio principal) contém um laboratório de pesquisa e dois laboratórios de ensino (Física e Matemática), um refeitório para os servidores, o Almoxarifado, salas de aula e a sala compartilhada dos Centros Acadêmicos. Por fim, o último bloco (bloco C) contém a Biblioteca e as salas de apoio aos servidores terceirizados da limpeza, manutenção e vigilância. A Uned Petrópolis dispõe ainda de estacionamento para os carros oficiais, banheiros e bebedouros distribuídos homogeneamente por todo o seu espaço físico. O prédio conta também com segurança feita por vigilantes em tempo integral, bem como dispõe de equipamentos de segurança para casos de emergências (fechaduras eletrônicas e câmeras).

Todas as salas de aula são compartilhadas por todos os cursos da Uned. Elas são amplas, claras e arejadas (a maioria com aparelhos de ar-condicionado e outras com ventiladores) e estão distribuídas conforme explicitado no parágrafo acima. A alocação das turmas nas salas de aula é feita semestralmente pela Gerência Acadêmica e se dá em função do número de alunos, considerando ainda as necessidades específicas de seu corpo discente e docente. As salas apresentam, de acordo com a quantidade de discentes inscritos no período, cadeiras de diálogo fixa estofadas, com apoio de braço, montada sobre armação tubular de aço, contemplando a disponibilização conforme demanda apresentada junto a Uned Petrópolis de cadeiras com apoio de braço para alunos canhotos.

As salas de aula possuem mesa e cadeira para os docentes, projetores (data show), lousa e carteiras confortáveis para os estudantes. No tocante à disponibilidade de

equipamentos para uso nestes espaços, a Gerência Acadêmica da Uned disponibiliza, aos docentes do curso, *notebooks* e projetores multimídias portáteis como ferramentas de apoio às práticas de ensino.

O acesso dos discentes às salas de aula que se encontram a partir do segundo piso é feito mediante escadas de acesso com corrimão ou elevadores (para os que necessitam dessa adaptação) e corredores iluminados. Além disso, nos corredores de acesso são disponibilizados bebedouros com água refrigerada, banheiros e longarinas com assentos estofados criando espaços de convivência entre os discentes. Cabe destacar que a Uned Petrópolis passou por um processo recente de adaptação para portadores de necessidades de locomoção em todos os ambientes (ver Figuras 5 a 7, na seção 6.3), visando facilitar a mobilidade dos discentes que carecem de necessidades de acessibilidade, as quais foram concluídas em 2020.

Para atender às demandas do curso Bacharelado em Turismo, são disponibilizados espaços adequadamente equipados para atividades de gestão, atendimento aos docentes e discentes, aulas teóricas e práticas, projetos de pesquisa e extensão, entre outras.

A Coordenação do curso Bacharelado em Turismo – bem como as demais coordenações de todos os cursos ofertados na Uned – está instalada em uma sala no terceiro pavimento do Bloco B, equipada com computador com acesso à Internet, impressora a laser, mesa de trabalho, cadeira estofada, armários e gaveteiros, isto é, mobiliário e material adequados para armazenamento de documentos, realização de atividades cotidianas e atendimento a discentes e docentes.

O curso Bacharelado em Turismo conta com uma espaçosa sala para todos os docentes cujo uso se destina ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e de pesquisa. O espaço é equipado com mesas, cadeiras estofadas, computadores com acesso à Internet, armário escaninho – para uso individual dos professores – e armários coletivos – para armazenamento de equipamentos eletrônicos e materiais diversos de uso compartilhado dos docentes. Em relação aos recursos tecnológicos são disponibilizados *notebooks*, projetores multimídia, lousas interativas, equipamento de som, *home theater* completo e câmeras fotográficas.

O Curso Bacharelado em Turismo disponibiliza para seus alunos um conjunto de laboratórios que atendem às propostas do curso, equipados com materiais e instrumentos próprios para o desenvolvimento da metodologia especificada de cada disciplina pertinente.

Atualmente, o curso dispõe de três laboratórios didáticos especializados, voltados à realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, cujas estruturas foram criadas/adequadas de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (2010), que possui uma relação de laboratórios recomendados. A dinâmica de uso de tais laboratórios está baseada no processo de aprendizagem como elemento significativo e socializante do saber, representando para os discentes o estímulo à pesquisa, reflexão e desenvolvimento de ideias inovadoras para o campo do Turismo. São eles:

LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM TURISMO

Local	Sala 210
Descrição	Laboratório tem como objetivo oferecer aos discentes e docentes um espaço para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.
Equipamentos	O laboratório dispõe de mesas, cadeiras, armários, lousa, computadores com acesso à Internet e projetor multimídia. O espaço propõe privacidade para realização de reuniões do curso, orientação de TCC e projetos.
Disciplina(s) do Curso Atendida(s)	Todas
Aplicação	Monitoria, atividades de pesquisa, orientações de projetos.

LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO CULTURAL E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Local	Sala 107
Descrição	Tem como objetivo atender às demandas das aulas práticas das disciplinas Gestão de Bares e Restaurantes e eventos. Com natureza interdisciplinar, o Laboratório oferece materiais e equipamentos utilizados em diversos cursos e setores com ações articuladas à promoção de eventos na instituição.
Equipamentos	O espaço é equipado com mesas, cadeiras, pia, refrigerador duplex, forno, 3 computadores, 1 impressora, entre outros itens. O Laboratório possui ainda copos, pratos, talheres, louças, mesas dobráveis, cadeiras, tribuna, cavaletes, biombos, toalhas, computador e equipamentos de som e vídeo, entre outros equipamentos e utensílios úteis para as aulas práticas das disciplinas, além de utilizados em eventos realizados pelo curso e pela Unidade.
Disciplina(s) do Curso Atendida(s)	Gestão de Bares e Restaurantes e Eventos.
Aplicação	Aulas práticas e teóricas, especialmente das disciplinas Gestão de Bares e Restaurantes e Eventos. Devido à sua localização e estrutura, propicia a realização das atividades extensionistas desenvolvidas no curso, seja implicitamente nas disciplinas, sejam nos projetos de extensão.

LABORATÓRIO DE LÍNGUAS	
Local	Sala 209
Descrição	Esse espaço, seus equipamentos e materiais destinam-se à aprendizagem e ao ensino de línguas nos diferentes cursos da Uned Petrópolis do Cefet/RJ. Além disso, atividades decorrentes dos trabalhos desenvolvidos pelos professores do campo de linguagens também são planejadas e realizadas nesse e a partir desse laboratório. A organização da sala à luz do que se compreende por sala-ambiente – considerando sua ornamentação e disposição circular com uma grande mesa central, favorecendo interações e atividades coletivas – se justifica a partir das explanações sobre seu funcionamento.
Equipamentos	14 computadores disponíveis para uso de discentes com acesso a internet, <i>softwares</i> . Recursos audiovisuais (como fones de ouvido, lousa interativa e projetor multimídia).
Disciplina(s) do Curso Atendida(s)	As aulas das disciplinas de línguas (Língua Portuguesa, Língua Brasileira de Sinais, Língua Espanhola e Língua Inglesa) idealmente são realizadas nesse espaço.
Aplicação	Além das aulas regulares, também são alocadas no Laboratório de Línguas reuniões específicas de planejamento, atendimento a estudantes, aulas de dependência das disciplinas de línguas do Ensino Médio Integrado, orientações a graduandos e pós-graduandos, entre outros.

Todas as referidas instalações passam diariamente por processo de limpeza pela empresa terceirizada que presta serviço a Uned Petrópolis. A ventilação é feita por janelas e equipamentos de ar-condicionado, que garantem bem-estar aos docentes no ambiente de trabalho e aos discentes nos diversos ambientes de estudo.

6.3. INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS

Nos últimos anos, o Cefet/RJ, tal como qualquer outra instituição prestadora de serviço público, passou a focar seu trabalho em dois importantíssimos paradigmas: o da sustentabilidade e o da acessibilidade. Esses conceitos nortearam uma série de demandas de serviços e de projetos.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, mais conhecida como Lei da Acessibilidade, busca estabelecer em seu artigo 1º, as normas gerais e os critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência, indiferente de qual seja (visual, locomotora, auditiva etc.), ou que apresentam mobilidade reduzida, através da eliminação

dos obstáculos e barreiras existentes nas vias públicas, na reforma e construção de edificações, no mobiliário urbano e ainda nos meios de comunicação e transporte.

Em 2019, a partir de uma emenda parlamentar, a Uned recebeu a instalação de elevadores, plataformas elevatórias e rampas (ver Figuras 5 a 7), promovendo a adequação necessária a todos os espaços, permitindo a acessibilidade arquitetônica plena, atendendo ao Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que substancializou a norma ABNT NBR 9050: 2015.

Além dos ajustes estruturais, as recepcionistas que trabalham na portaria da Uned Petrópolis foram capacitadas pelo NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) para realizar o atendimento básico às pessoas com deficiência.



Figura 5 - Instalação de rampas entre os ambientes desnivelados.



Figura 6 – Imagens da plataforma elevatória para acessar a entrada principal da Uned.

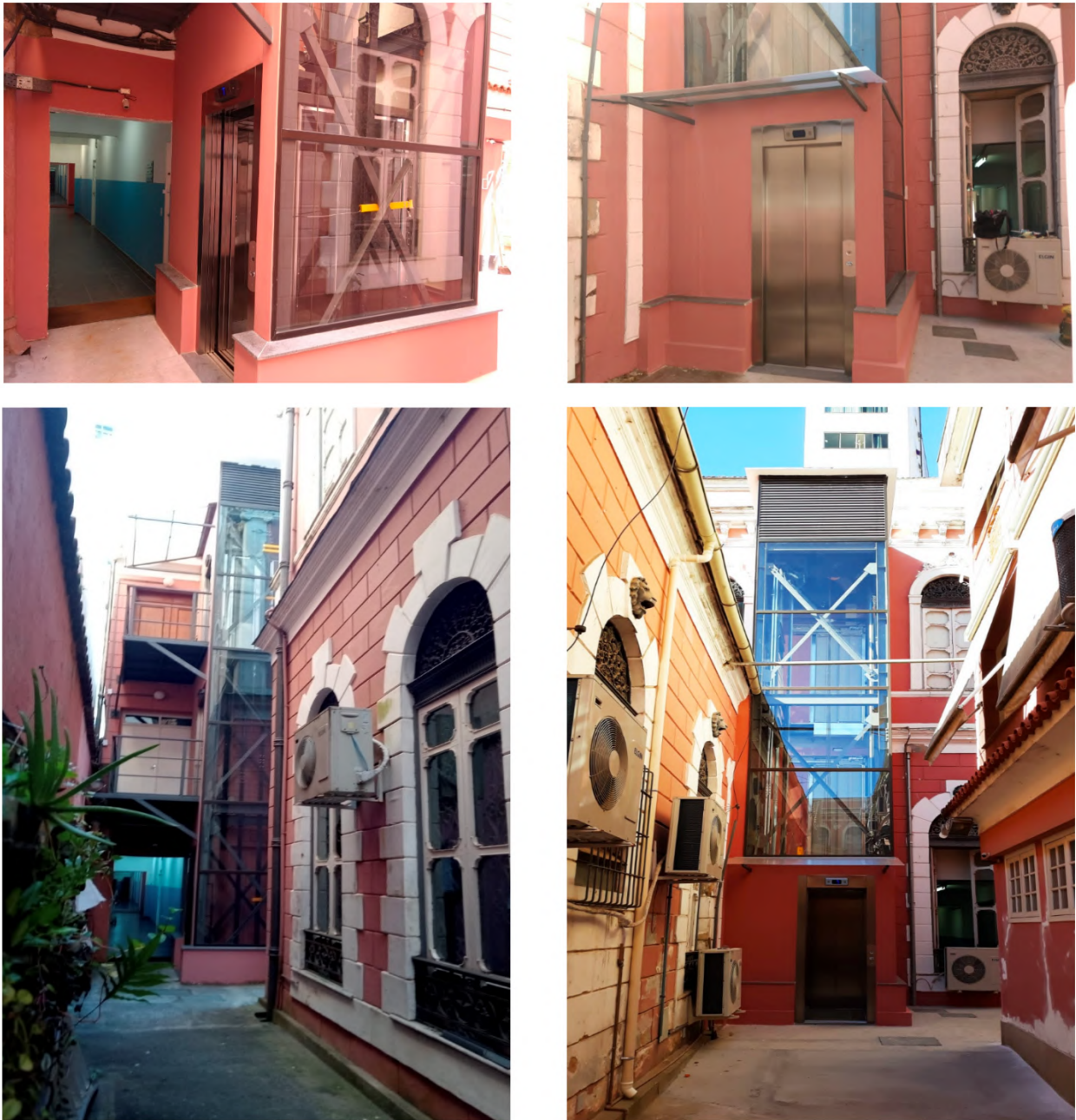


Figura 7 - Elevadores de acesso aos três andares dos blocos da Uned.

A questão da sustentabilidade tem sido tratada mais especificamente no edital de novos projetos e obras. Todas as novas construções e acréscimos já estão sendo exigidas em conformidade com o Decreto nº 7.217 de 2010 e demais legislações específicas visando à economia de água, à eficiência energética, à subtração de resíduos, à utilização de conforto ambiental com o menor impacto possível ao meio ambiente. De encontro a esse importante tema foi criada a Comissão de Coleta Seletiva Solidária (CCSS) da Uned Petrópolis, através da Portaria nº 1269 de 24 de outubro de 2016 (BRASIL, 2016), para

desenvolver atividades recomendadas no Decreto Federal Nº 5.940/2006 (BRASIL, 2006) que prevê a implantação e supervisão da separação dos materiais recicláveis, verificação do destino para as cooperativas, dentre outras atividades, no âmbito dos Órgãos Federais.

A CCSS da Unidade vai além da destinação final dos materiais quando inclui o tema em todo processo educativo de construção de valores, desde o quê e o porquê consumimos, como utilizamos, descartamos, reutilizamos, além do destino e os impactos gerados. Atuando em uma Instituição de Ensino temos como tarefa educar, intermediar e trabalhar a conscientização para novos padrões, iniciando uma longa caminhada rumo à sustentabilidade.

Dando ênfase à promoção da educação ambiental, a CCSS foca desde a utilização adequada dos recursos materiais (incluindo os hídricos e elétricos), na aprendizagem e no manejo do material reciclável permitindo maior qualidade do desenvolvimento do projeto ao mesmo tempo em que promove de forma gradual a conscientização quanto a sua redução, reaproveitamento e a reciclagem, envolvendo a comunidade em todas as etapas do processo.

Além da atuação da CCSS na Uned, os cursos oferecem disciplinas que tratam de temas pertinentes a esse contexto, tais como: desenvolvimento sustentável; aspectos econômicos, ambientais e sociais; política ambiental no Brasil e no mundo; dentre outros.

6.4. Biblioteca

A biblioteca do Cefet/RJ Uned Petrópolis tem por missão disponibilizar os diversos meios de acesso à informação de forma qualitativa e quantitativa a seus usuários, a fim de contribuir para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo a preservação e conservação do acervo físico para o acesso futuro. Sua equipe é formada por bibliotecários e profissionais técnico-administrativos.

A biblioteca destina-se a comunidade acadêmica interna, isto é, corpo docente, discente, servidores técnico-administrativos e terceirizados e ao público externo, sendo seu funcionamento de 2ª a 6ª feira das 9 h às 20 h.

A biblioteca utiliza o sistema SophiA Biblioteca que possibilita a gestão, o controle bibliográfico e a oferta de serviços à comunidade de forma presencial e on-line, como busca e recuperação dos títulos presentes no acervo da Uned e das demais bibliotecas do Cefet/RJ, empréstimos, devolução, renovação, reservas, entre outros. Também está disponível acesso local e remoto de recursos virtuais, tais como: a plataforma de e-books Biblioteca Virtual Pearson e o Portal de Periódicos da CAPES/MEC.

A biblioteca ocupa um espaço de 285 m² de área e sua estrutura física está dividida entre recepção, acervo, guarda-volumes, espaços para estudo individual e em grupo, espaço de exposições, banheiros e escritório de trabalho administrativo e ao processamento técnico do acervo. Além disso, há um espaço destinado aos computadores para consultas ao acervo e acesso à internet e recursos de acessibilidade para pesquisas. Todos os espaços contam com mobiliário específico e climatização. Assim como toda unidade, a biblioteca é um ambiente totalmente adequado às exigências de acessibilidade.

Na biblioteca, são oferecidos os seguintes serviços:

- Acesso aberto ao acervo às comunidades interna e externa do campus;
- Acervo on-line (<http://biblioteca.Cefet-rj.br/>);
- Acesso ao portal de periódicos da CAPES;
- Auxílio à busca e à recuperação da informação;
- Visita orientada (capacitação informacional);
- Orientação quanto ao uso dos recursos informacionais;
- Empréstimo domiciliar (permite levar até 3 livros por 14 dias);
- Empréstimo especial (somente para finais de semana e feriados);
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Reserva de livros;
- Computadores com acesso a internet;
- Serviços de digitalização de arquivos;
- Elaboração de fichas catalográficas;
- Orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos (ABNT);
- Exposições temporárias.

O acervo disponível na Biblioteca é constantemente atualizado e revisto, por meio de um trabalho conjunto entre os funcionários do setor e os docentes que elaboram os programas de cada disciplina. Nesse processo, identificam-se índices de consultas e empréstimos por título, facilitando a elaboração de pedidos de aquisição de novos exemplares, bem como a indicação de títulos complementares para pesquisa. Cabe ressaltar que a bibliografia requerida nas disciplinas regulares constantes neste projeto de curso é atendida pelo sistema de bibliotecas do Cefet/RJ através do Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB), sem a necessidade de aquisição de itens adicionais.

Desde a tragédia de fevereiro de 2022, ocorrida na cidade de Petrópolis, onde 95 % do seu material foi perdido, a biblioteca vem passando por diversas obras, que incluem a recomposição de mobiliários e do seu acervo.

6.5. Corpo discente

6.5.1. PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

Diversos programas de atendimento ao discente são desenvolvidos pelos setores acadêmicos da Uned de forma permanente ou esporádica. Destacam-se como programas permanentes aqueles que visam auxiliar financeiramente os estudantes com necessidades específicas e/ou com deficiência ou necessidades educacionais. Além desses programas, atividades integradoras são realizadas periodicamente na Uned, com

destaque para a Semana de Recepção aos Calouros e a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepex).

Em adição aos horários das disciplinas, os docentes do curso oferecem semestralmente seus horários de atendimento extraclasse para os alunos matriculados nas disciplinas que lecionam. Dessa forma, os discentes podem procurá-los para dirimir suas dúvidas referentes às disciplinas, auxiliando, assim, no processo ensino e aprendizagem.

Enquanto política efetiva de permanência e êxito de discentes nos cursos de graduação, foi instituída pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão a Resolução n. 38/2016, no âmbito do Cefet/RJ, a qual aprova as normas para funcionamento e operação das Comissões de Acompanhamento de Desempenho Discente (CADD). Essa comissão, formada por 3 (três) docentes do Colegiado tem a finalidade de acompanhar alunos que têm apresentado baixo desempenho em suas atividades acadêmicas para orientá-los à continuidade de seus estudos, sem que haja a retenção ou a possível evasão. A comissão também tem a função de avaliar os casos dos alunos que estão em situação irregular em relação ao período de integralização do curso.

Os alunos que se enquadram nas situações previstas na Resolução n. 38/2016/CEPE são convocados para receber orientações dos professores componentes da CADD e realização de plano de estudo para superação de seu enquadramento, eventualmente, caso haja o entendimento da comissão pode haver o encaminhamento desses discentes à Saped.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) se estruturou no Cefet/RJ, a partir da ação TEC NEP⁵ (BRASIL, 2016). O NAPNE prepara a instituição para receber as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNE, providenciando a adaptação de currículo conforme a necessidade de cada aluno.

Esse Núcleo na Uned Petrópolis foi criado pela Portaria Institucional nº 326, de 05 de maio de 2011. Sua equipe é constituída por servidores de diferentes formações, que atuam em diversos setores/colegiados, o que contribui para uma atuação multidisciplinar, com vistas a alcançar a acessibilidade em seus espectros atitudinal, arquitetônico, pedagógico, programático, digital, nas comunicações, nos transportes, dentre outros. O foco de trabalho do Núcleo é público-alvo da Educação Especial, exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, em seu artigo 58, da seguinte forma: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Neste sentido, o NAPNE busca atender, nos níveis de ensino ofertados pelo Cefet/RJ (Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Ensino Superior e Pós-graduação), às

⁵ O TEC NEP é uma ação coordenada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação que visa à inserção das Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNE – (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

diferentes demandas para a inclusão de seus alunos e servidores, orientando-se pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O NAPNE atua com o paradigma de que a inclusão de estudantes no ensino regular exige mudanças que vão desde a reestruturação física dos ambientes, até as adaptações curriculares e metodológicas, e desde sua implantação, o Núcleo busca parceria com diferentes atores e setores, sejam eles do sistema Cefet/RJ, de sua própria Uned, ou ainda, externos, com o objetivo de buscar romper com as diferentes barreiras que perpassam o processo de inclusão. Por este motivo, busca realizar debates, estudos e reflexões necessárias para prover o amplo espectro de acessibilidade que o tema abarca.

Ainda nesta perspectiva, diversas ações são desenvolvidas. Dentre elas estão formações, voltadas para seus servidores docentes, técnico administrativos e funcionários terceirizados, que são ofertados por meio de minicursos, sensibilizações, exibições de filme, palestras, dentre outras.

O Núcleo também realiza intervenções com os discentes, a começar pela Recepção de Alunos Ingressantes – atividade que faz parte do Calendário Acadêmico – na qual, os mesmos são informados a respeito do paradigma atual de inclusão, com vistas à participação plena e atenção à diversidade e, em especial, das Pessoas com Deficiência na educação regular.

O acompanhamento do processo educacional dos estudantes alvo de intervenções do NAPNE inicia-se com a sua identificação. Tal ação se dá, em parceria com a Seção de Articulação Pedagógica (SAPED), por meio um de formulário eletrônico. Posteriormente, é realizada entrevista com os alunos para levantar suas necessidades. Uma vez identificados, passam a contar com um cadastro, com o objetivo de acompanhá-los ao longo de sua trajetória na instituição. Neste contexto, o NAPNE Petrópolis realiza acompanhamento de seus alunos, por meio de atendimentos em parceria com a Seção de Articulação Pedagógica, o Serviço de Psicologia, o Serviço Social, entre outros. Busca-se apoio dos docentes, das Coordenações dos Cursos, da Gerência Acadêmica, da Gerência Administrativa e da Direção para resposta às demandas e solicitações apresentadas pelos discentes.

Elucida-se que, em relação à acessibilidade arquitetônica, em 2019, a Uned passou a contar com adequação necessária em todos os seus espaços, por meio da instalação de elevadores, plataformas elevatórias e rampas (conforme detalhamento exposto no item 6.3), atendendo ao Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que substancializou a norma ABNT-NBR 9.050 de 2015.

6.5.2. ATIVIDADES ESTUDANTIS SUPLEMENTARES

Iniciação científica

O Cefet/RJ tem por missão promover a formação do cidadão, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade, objetivando o desenvolvimento socioeconômico, cultural e tecnológico do País. Pretende-se assegurar um ensino que não se limite a uma mera

transferência de conhecimento, atento à preocupação de estimular nos jovens o espírito crítico, o empreendedorismo e a capacidade de pesquisar e inovar.

O Cefet/RJ possui a Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG) e a Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET), subordinada a DIPPG. A COPET incentiva a realização de atividades de pesquisa científica e tecnológica no Cefet/RJ, que possam ser caracterizadas como sendo institucionais, através da orientação e avaliação das propostas de projeto de pesquisa apresentadas pelos docentes da Instituição. A partir do cadastramento do projeto de pesquisa em seu banco de dados, a COPET efetua o acompanhamento e manutenção das informações relativas ao projeto de pesquisa com base nas atualizações encaminhadas pelos coordenadores de projeto, o que proporciona o registro e a identificação das atividades desenvolvidas na Instituição.

Os projetos de pesquisa se desenvolvem a partir da formação dos grupos de pesquisa e pela participação do corpo docente e discente em Programas Institucionais como os de Iniciação Científica (PIBIC-Cefet/RJ e PIBIC-CNPq).

Os principais objetivos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-Cefet/RJ) são:

- Despertar a vocação científica e incentivar a formação de futuros pesquisadores;
- Criar condições para o pleno aproveitamento do potencial acadêmico, com vistas à produção científica;
- Proporcionar ao aluno de graduação a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa científica e tecnológica;
- Desenvolver no aluno de graduação o pensamento e a criatividade científica;
- Possibilitar uma maior interação entre a graduação e a pós-graduação;
- Colaborar no fortalecimento de áreas ainda emergentes na pesquisa;
- Estimular professores a engajar alunos de graduação no processo de pesquisa.

O Programa PIBIC no Cefet/RJ conta atualmente com um total de 82 bolsas por ano, sendo 32 custeadas pelo CNPq (PIBIC-CNPq) e 50 custeadas pelo Cefet/RJ (PIBIC-Cefet/RJ). O PIBIC é acompanhado por um comitê interno, um comitê externo (composto por pesquisadores do CNPq) e pela resolução normativa RN-017/2006 do CNPq.

A distribuição das bolsas é feita com base na pontuação obtida pelo solicitante (professor). Os critérios de classificação levam em consideração, entre outros itens: O projeto proposto e a produção do orientador. Os Critérios para seleção e classificação de bolsistas PIBIC podem ser encontrados em editais divulgados no Portal da Instituição⁶.

Anualmente é realizado o Seminário de Iniciação Científica do Cefet/RJ, que tem por objetivo divulgar os trabalhos realizados pelos bolsistas de iniciação de científica, através de apresentações orais, sessões de pôsteres e publicação do livro de resumos. As sessões são abertas ao público em geral e acompanhadas pelo comitê externo de avaliação.

Em junho de 2006 o CNPq divulgou o resultado da primeira avaliação realizada entre as instituições participantes do Programa PIBIC. Os Programas foram avaliados em duas

⁶ Iniciação científica - edital: http://dippg.Cefet-rj.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=22&Itemid=23

etapas, uma denominada *seleção*, onde são considerados os requisitos adotados para a concessão de bolsas, e a outra *avaliação*, onde leva-se em conta a qualidade dos trabalhos apresentados. O Cefet/RJ obteve a nota máxima no quesito avaliação e nota 4,2 no quesito seleção. Com este resultado, o Cefet/RJ ficou entre as dez instituições que obtiveram a nota máxima no quesito avaliação, dentre as 175 instituições avaliadas. Este resultado mostra a seriedade, competência e dedicação de todos os envolvidos.

Entre as instituições nacionais que o Cefet/RJ mantém convênios e projetos de cooperação podem ser citadas:

- COPPE/UFRJ;
- UFF;
- UERJ;
- PUC-Rio;
- SEBRAE;
- INPI;
- IME;
- IEN;
- CENPES/PETROBRÁS.

Monitoria:

O Programa de Monitoria do Cefet/RJ é coordenado pela Diretoria de Ensino (DIREN). A monitoria é uma atividade discente, cujo objetivo é auxiliar o professor, auxiliando grupos de estudantes em projeto acadêmico, visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação, e fazendo com que neles seja despertado o interesse pela carreira docente.

A seleção dos monitores das disciplinas é realizada nos Departamentos ou Coordenações com critérios próprios de acordo com edital divulgado no Portal da Instituição⁷. O Programa conta atualmente com um total de 80 bolsas por ano, para o ensino superior, custeadas pelo Cefet/RJ e distribuídas por todas as suas Uneds. Os estudantes selecionados recebem uma bolsa durante 10 meses.

Existe, também, a possibilidade de o aluno ser um monitor voluntário. Neste caso, ele não receberá o valor mensal creditado aos bolsistas. Esta modalidade de monitoria é interessante para aqueles que já possuem alguma bolsa não acumulável e têm o desejo de exercer as atividades deste Programa. Assim como os monitores bolsistas, os monitores voluntários recebem uma declaração de participação no Programa de Monitoria, o que é interessante para fins curriculares.

Programa Jovens Talentos para a Ciência:

⁷ Programa de Monitoria – Edital: <http://portal.Cefet-rj.br/ensino/graduacao/monitoriagrad.html>

O Programa Jovens Talentos para a Ciência é um Programa da Capes destinado a estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento e tem o objetivo de inserir precocemente os estudantes no meio científico. Trata-se de um Programa Nacional de iniciativa do Governo Federal, em que também participam Universidades Federais e Institutos Federais de todo o país.

Os estudantes recém-ingressos na Instituição são inscritos pela Diretoria de Ensino (DIREN), com o auxílio dos Departamentos ou Coordenações. Os alunos são selecionados por Instituição, mediante prova de conhecimentos gerais. Os estudantes que alcançarem nota igual ou superior a média estabelecida serão aprovados no Programa, recebendo uma bolsa durante 12 meses. Mais informações podem ser encontradas no Portal da Capes⁸.

Projetos de Extensão:

Considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), no seu art. 43, inciso VII “A educação superior tem por finalidade: promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição”, o Cefet/RJ faz de sua área de extensão um importante alicerce na formação de seus alunos.

Desde a década de 90 o Cefet/RJ vem buscando desenvolver, consolidar e fortalecer experiências e projetos reconhecidos como atividades de extensão, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição educacional e a sociedade.

Ao reafirmar a inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social como *práxis* educativa, a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica.

Os projetos de extensão deverão ser cadastrados na Diretoria de Extensão – DIREX, no Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários – DEAC, conforme as normas do edital publicado no Portal⁹. Cada projeto possui um coordenador, que poderá ser um servidor docente ou servidor técnico-administrativo. Este coordenador é o responsável pelo cadastro do projeto. O aluno interessado deve estar relacionado no Projeto de Extensão apresentado pelo servidor e realizar sua inscrição, obedecendo as regras do edital publicado no Portal.

O Programa conta atualmente com um total de 120 bolsas por ano, custeadas pelo Cefet/RJ e distribuídas por todas as Uneds. Os estudantes selecionados recebem uma bolsa durante 10 meses.

Projetos de Ensino

⁸ Jovens Talentos para a Ciência: <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/jovens-talentos-para-a-ciencia>

⁹ Projeto de Extensão – Edital: <http://portal.cefet-rj.br/extensao/proj-ext-2014.html>

Os projetos de ensino foram autorizados e regulamentados em 2023 pela Diretoria de Ensino do Cefet/RJ. Trata-se de iniciativas com duração anual ou semestral voltadas à qualificação do processo de ensino-aprendizagem nos diversos cursos oferecidos, tanto na Educação Básica quanto Ensino Superior (cursos de Graduação). As proposições podem ser submetidas por docentes efetivos, docentes substitutos e técnico-administrativos em Educação. Os projetos podem envolver estudantes vinculados como bolsistas ou voluntários, a depender das especificidades de cada edital.

Intercâmbio estudantil

O Cefet/RJ possui um programa de intercâmbio estudantil ativo possibilitado pelos diversos convênios estabelecidos com instituições de ensino e pesquisa internacionais. Em editais publicados periodicamente, os alunos podem concorrer a vagas e bolsas para acesso aos programas de intercâmbio das instituições internacionais em diversos países, tais como, Alemanha, Argentina, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Canadá, Espanha, Irlanda, Estados Unidos e Portugal.

Atividades extracurriculares

Os discentes do curso sempre são incentivados a participar de eventos extracurriculares de caráter técnico-científico-culturais através de diversas ações, tais como visitas técnicas, escolas de verão e de inverno, participação em encontros da área, dentre outros. Essas atividades são, sempre quando possível, possibilitadas pela disponibilização de veículo e/ou ajuda de custo para financiar a viagem e estada no local do evento.

Centro Acadêmico (CA)

Os alunos do curso se organizam e coordenam as atividades do Centro Acadêmico do Curso Bacharelado em Turismo. Neste, os estudantes têm a possibilidade de exercer a sua formação política por meio das ações que o CA promove, representando os interesses discentes. O CA está diretamente envolvido na recepção dos novos alunos a cada semestre, organizando atividades em parceria com a coordenação do curso.

7. REFERÊNCIAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior-. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/institucional/a-andifes/>>. Acesso em 19 dez. 2017.

BASTOS, F., NARDI, R. (org) **Formação de professores e práticas pedagógicas no ensino de ciências**: contribuições da pesquisa na área. São Paulo: Escrituras Editora, 2008 (Educação para a ciência, 8).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 01out. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 02, de 2 de julho de 2015**. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009**. Estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01_09.pdf>. Acesso em: 01out. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010**, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 18 de abril de 2017.

BRASIL. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. **Lei 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. **Lei 9.536, de 11 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a transferência de alunos dos cursos de graduação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9536.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em 18 de abril de 2017.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014/2024. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. **Lei 13.168, de 6 de outubro de 2015**. Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13168.htm>. Acesso em 01 de out. de 2016.

BRASIL. Mesa da Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa TEC NEP. [2010]**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proinfancia/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12779-programa-tec-nep>> Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 04, de 09 de janeiro de 1984**. Aprova o Regimento Interno do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.796, de 1º de novembro de 2005**. Aprovar o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio (Orgs.). **Ênfases e omissões no currículo**. São Paulo: Papyrus, 2001.

CARNEIRO, P. C. O.; COLLADO, D. M. S.; OLIVEIRA, N. F. C. Extensão universitária e flexibilização curricular na UFMG. Interfaces – Rev. de Extensão. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 4-26, jul./dez. 2014.

CDES. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - **Agenda para o novo ciclo de desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/evento/6381/agenda-para-novo-ciclo-de-desenvolvimento-reuniao-regional-v.html>>. Acesso em 01 de out. de 2016.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física** Petrópolis, 2013.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Edital 08/2016**: Transferência externa. Rio de Janeiro, 2016.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Edital 09/2016**: Transferência interna. Rio de Janeiro, 2016.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Edital 10/2016**: Reingresso. Rio de Janeiro, 2016.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Edital 12/2016**: Concurso de seleção de alunos. Rio de Janeiro, 2016.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Regimento interno cursos de graduação 2014** Cefet/RJ. Rio de Janeiro, 2014.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (Cefet/RJ). **Projeto de Desenvolvimento Institucional para o período compreendido entre 2020-2024**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/3909/PDI%20CONSOLIDADO%20v_9_0.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (Cefet/RJ). Conselho Diretor. Resolução nº 15, de 2014. Aprova o mérito de novos cursos no *campus* Petrópolis. **CODIR – Resoluções de 2014**, Rio de Janeiro, RJ, abr. 2014.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (Cefet/RJ). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 01, de 2023. Aprova as diretrizes para curricularização da extensão no ensino superior. **CEPE – Resoluções de 2013**, Rio de Janeiro, RJ, mar. 2023.

CONAES. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192. Acesso em 01 de out. de 2016.

CORREIA, W. Flexibilização Curricular: O que? Como? Para que? 24 ago. 2010. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/pensamentos/2456982>. Acesso em: 19 dez. 2017.

COSTA, Maria Angélica Maciel; FOGAÇA, Isabela de Fátima; MORAES, Claudia Corrêa de Almeida. Reflexões sobre o turismo em Petrópolis-RJ: impactos da Covid-19 e das chuvas no verão de 2022. **GEOUSP**, v. 26, 2022.

DELORS, Jaques (org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília – DF/MEC/UNESCO, 2006.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades@**. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330390&search=rio-de-janeiro|petropolis>. Acesso em 01 de out. de 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília, 2009

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo 2023**. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Escola e Aprendizagem da Docência: Processo de Investigação e Formação**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

PETRÓPOLIS (RJ). **Plano Petrópolis Imperial**. Disponível em: <http://www.cmp.rj.gov.br/planodiretor/pdf/03-anexo.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2010.

PIMENTA, S. G & LIMA, M. S. L. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poíesis, v. 3, n. 3-4, p. 5-24, 2005/06.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. Plano Diretor de Turismo de Petrópolis 2023-2030, Petrópolis, RJ, 2022. Disponível em: <<https://web3.petropolis.rj.gov.br/turispetro/downloads/Plano-Diretor-de-Turismo-2023-2030.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

SILVA, A; PAYO, I. S.; GOMES, C. **Áreas Visuais e Tecnológicas**. Lisboa: Texto Editores, 1998.

TERRAZZAN, E. A. Inovação escolar e pesquisa sobre formação de professores. In: NARDI, R. (org) **A pesquisa em Ensino de Ciências no Brasil**: alguns recortes. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.

8. ANEXOS

Anexo I - Reconhecimento do Curso Bacharelado em Turismo (Portaria nº 88, de 20 de fevereiro de 2019)

Anexo II - Fluxograma do Curso de Bacharelado em Turismo por Subáreas de Conhecimento

Anexo III - Ementa e Bibliografia das Disciplinas do Curso

Anexo IV - Estatuto do Cefet/RJ (Portaria nº 3.796/05)

Anexo V – Tabela dos cursos

Anexo I - Reconhecimento do Curso Bacharelado em Turismo

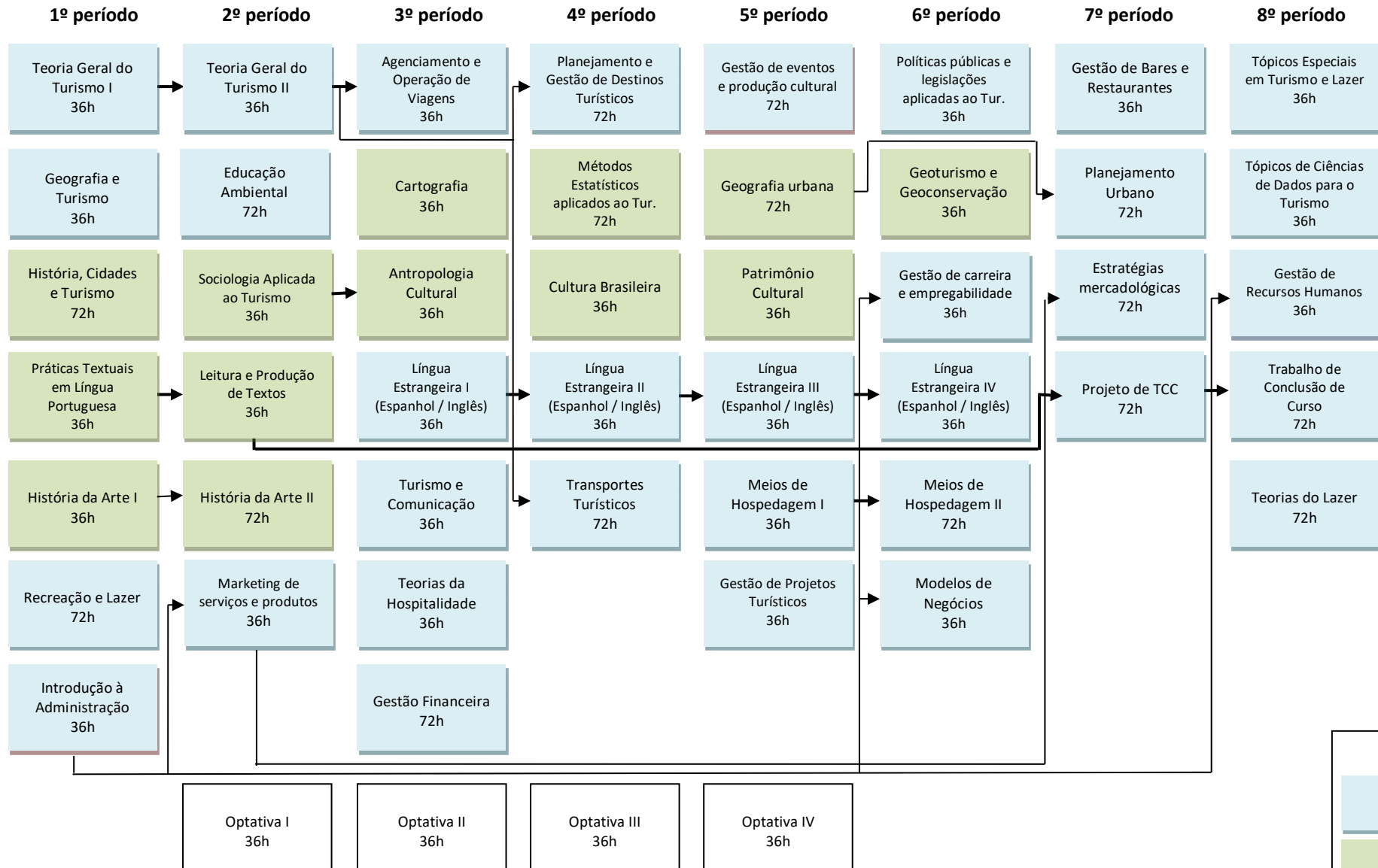
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 37, quinta-feira, 21 de fevereiro de 2019

102	201802186	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE PROCESSOS TRABALHADORES (2484)	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS TRABALHADORES BRASILEIRA	Av. das Araucárias, 4.400, Região Administrativa XX, Águas Claras - Brasília/DF
103	201802192	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE DO CEUMA - UNICEUMA (823)	CEUMA-ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	Av. São Luís Rei de França, 50, Turu - São Luís/MA
104	201802232	FARMÁCIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO MIGUEL (1676)	SOCIEDADE CULTURAL EDUCACIONAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA - ME	Edifício Portal da Boa Vista, 130, Campus Fernandes Vieira, Boa Vista - Recife/PE
105	201802251	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE (160)	CONGREGAÇÃO DE SANTA DOROTEIA DO BRASIL	Av. Conde da Boa Vista, 921, Boa Vista - Recife/PE
106	201802286	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	ICEV - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR (1360)	GRUPO EDUCACIONAL SUPERIOR CEV LTDA	Rua Doutor José Auto de Abreu, 2929, KENNEDY, Morada do Sol - Teresina/PI
107	201802319	MECATRÔNICA INDUSTRIAL (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI BLUMENAU (1958)	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	Rua São Paulo, 1147, Victor Konder - Blumenau/SC
108	201802422	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ÁREA1 WYDEN (1410)	ADTALEM EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	Av. Luis Viana Filho, 3172, Paralela, Imbuí - Salvador/BA
109	201802446	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE GRAN TIETÊ (16194)	IERT - INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA	XV de Novembro, 125, Centro - Barra Bonita/SP
110	201802450	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA (4093)	ESCOLA TECNOLÓGICA DE CURITIBA LTDA - EPP	Rua Itacolomi, 290, loja 601, setor Lúis, Shopping Ventura - Curitiba/PR
111	201802476	FARMÁCIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE UBERLÂNDIA (1492)	EDITORA DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	Av. dos Vinhedos, 1200, Morada da Colina - Uberlândia/MG
112	201802478	CIÊNCIAS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (15497)	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	Rodovia CE 060, s/n, CAMPUS DAS AURORAS, Auroras - Redenção/CE
113	201802479	FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (15497)	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	Rodovia CE 060, s/n, CAMPUS DAS AURORAS, Auroras - Redenção/CE
114	201802480	MATEMÁTICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (15497)	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	Rodovia CE 060, s/n, CAMPUS DAS AURORAS, Auroras - Redenção/CE
115	201802482	QUÍMICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (15497)	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	Rodovia CE 060, s/n, CAMPUS DAS AURORAS, Auroras - Redenção/CE
116	201802491	TEOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS (15)	ASSOCIAÇÃO FACULDADES CATÓLICAS PETROPOLITANAS	Rua Benjamin Constant, 213, Centro - Petrópolis/RJ
117	201802539	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE SALVADOR (385)	FACS SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	Rua da Mangueira, 33, Nazaré - Salvador/BA
118	201802540	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE SALVADOR (385)	FACS SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	Rua da Mangueira, 33, Nazaré - Salvador/BA
119	201802542	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA (337)	ASSOCIAÇÃO PROPAGADORA ESDEVA	Rua Halfeld, 1179, Campus Academia de Comércio, Centro - Juiz de Fora/MG
120	201802577	MARKETING (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU CABURUVU (14717)	SER EDUCACIONAL S.A.	AC Entroncamento da BR 232 com a BR 104, 1215, Agamenon Magalhães - Cauaru/PE
121	201802611	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA EVOLUÇÃO (4823)	SOCIEDADE EVOLUÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E TECNOLOGIA LTDA - EPP	Rua Mattos Vasconcelos, 1626, Unidade Fortaleza, Couto Fernandes - Fortaleza/CE
122	201802689	GASTRONOMIA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE MACEIO (14429)	PITÁGORAS - SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	Av. Menino Marcelo, 3800, Unidade SEDE, Cidade Universitária - Maceió/AL
123	201802696	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA AMAZÔNIA (757)	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	Rua Rosa Vermelha, 335, Aeroporto Velho - Santarém/PA
124	201802765	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE PESTALOZZI DE FRANCA (16502)	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PESTALOZZI	Rua José Marques Garcia, 197, Cidade Nova - Franca/SP
125	201802782	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE MARTHA FALCÃO WYDEN (1381)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA LTDA	Rua Natal, 300, Adrianópolis - Manaus/AM
126	201802832	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (486)	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA	Rua Dr. Almeida Lima, 1124 e 1134, Centro, Brás - São Paulo/SP
127	201802949	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (18506)	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO OESTE DA BAHIA	Rua Itabora, s/n, Cidade Santa Cruz - Luís Eduardo Magalhães/BA
128	201803021	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	70 (setenta)	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (593)	CENTRO FED DE ED TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA RJ	Rua Voluntários da Pátria, 30, Belo Horizonte - Valença/RJ
129	201803036	TEOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO (158)	SOCIEDADE CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA CIVIL	Rua Ibitiúva, 151, Padre Miguel - Rio de Janeiro/RJ
130	201803164	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA AMAZÔNIA (757)	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	Rua Rosa Vermelha, 335, Aeroporto Velho - Santarém/PA
131	201803215	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (15520)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	Rua Hilda, 203, Centro de Educação Profissional Senador Ramez Tebet, Boa Vista - Naviraí/MS
132	201803250	COMPUTAÇÃO (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (580)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	Rua da Universidade, s/n, Vila Nova - Capão Pogo/PA
133	201803396	GESTÃO DE COOPERATIVAS (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RIOGRANDESE (18034)	SOCIEDADE EDUCACIONAL SARANDI - LTDA	Rodovia Governador Leonel de Moura Bricola, KM 38, Interior, Linha Beira Campo - Sarandi/RS
134	201803414	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU PETROLINA (18023)	SER EDUCACIONAL S.A.	Av. Coronel Clementino Coelho, 714, Atrás da Banca - Petrolina/PE
135	201803457	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAIXUPÉ (3825)	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAIXUPÉ	Av. Dona Floriana, 463, Térreo, Centro - Guaxupé/MG
136	201803458	TURISMO (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (593)	CENTRO FED DE ED TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA RJ	Antigo Fórum - Rua do Imperador, 971, Centro Histórico - Petrópolis/RJ
137	201803483	BIOLOGIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (580)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	Rod. PA 140 KM 3, s/n, Açailã - Tomé-Açu/PA
138	201803506	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA FLUMINENSE (1120)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	Rua Doutor Siqueira, 273, Parque Dom Bosco - Campos dos Goytacazes/RJ

Anexo II - Fluxograma do Curso Bacharelado em Turismo por Subáreas de Conhecimento



LEGENDA:

- Conteúdos específicos
- Conteúdos básicos

Anexo III - Ementa e Bibliografia das Disciplinas do Curso

1º Período

1º Período	Código	36 h/a
	História da Arte I	
EMENTA		
Arte como forma de conhecimento e fundamentos das artes visuais; Artes visuais no Brasil entre os séculos XVI e XIX e relações com movimentos artísticos internacionais; Turismo e referências artísticas visuais e arquitetônicas do período colonial.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CONDURU, Roberto. Arte afro-brasileira. 1.ed. Belo Horizonte: C/Arte,2009. ISBN : 9788576540472 GOMBRICH, E. H. (Ernst Hans). A história da arte. 16.ed. Rio de Janeiro:Livros Técnicos e Científicos - LTC, 2000. ISBN 978-8521611851; OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; PEREIRA, Sonia Gomes; LUZ,Angela Ancora. História da arte no Brasil: textos de síntese. (2 edição)Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2013. ISBN 9788571083820;		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ARAÚJO, Antonio Luiz d'. Arte no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Revan,2000. ISBN: 9788571062122 CARDOSO, Rafael, 1964-. A arte brasileira em 25 quadros [1790-1930]. Rio de Janeiro: Record, 2008. ISBN 978-8501071736 LAGROU, Els. Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação. Belo Horizonte: C/Arte: 2009. ISBN-13 : 978-8576540861 OSTROWER, Fayga, 1920-2001. Universos da arte. 32.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 371 p., il. ISBN 8535212612 (broch.). SANTOS, Paulo. Formação das cidades o Brasil colonial. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2008, ISBN 9788571084094		

1ª Período	Código	36 h/a
	Práticas Textuais em Língua Portuguesa	
EMENTA		
Texto e leitura. Conceitos de texto e discurso. O papel das linguagens e da língua na comunicação, na cultura e na identidade. Fundamentos linguísticos e discursivos na produção e compreensão de textos. A unidade e a diversidade da Língua Portuguesa. A visão do preconceito e racismo linguístico. A noção de tipologia textual e gêneros discursivos. Gêneros acadêmicos e midiáticos. Técnicas de leitura e estudo: elaboração de fichamentos, resumos e resenhas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

ABAURRE, Maria Luiza; ABAURRE, Maria Bernadete M. Produção de texto: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2009.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e interação: uma proposta de produção textual a partir de gênero e projetos. 3.ed. rev.ampl. São Paulo: Atual, 2009.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Platão Francisco. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 50.ed.rev.ampl. São Paulo: Loyola, 2008.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher, (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 3. ed.rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane Gouvêa; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Leitura e Produção de textos técnicos e acadêmicos 1 – Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane Gouvêa; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Leitura e Produção de textos técnicos e acadêmicos 2 – Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004

1º Período	Código	36 h/a
	Geografia e Turismo	
EMENTA		
Espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço. Modernização e espaços mundiais. Geografia econômica do mundo moderno: Formação da Sociedade de consumo e globalização. O turismo e o consumo do lugar. Sociedade em rede e capitalismo informacional. As tecnologias modernas e o espaço de consumo turístico		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HOBBSAWN, E. A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SENNETT, M. A Cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, R. de C., GUERRA, A.J.T. Geografia aplicada ao Turismo. São Paulo: Oficina de textos, 2014.

BAUMAN, Z. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

CASTELLS, M. Fim de Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SOUZA, M.L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

1º Período	Código	36 h/a
	Teoria Geral do Turismo I (TGT I)	
EMENTA		
Origem e evolução do fenômeno turístico. Classificação, caracterização, modalidades e tipologia do turismo. Hospitalidade: conceitos e imensões. Turismo - Fenomenologia, interdisciplinaridade e atividade econômica. O Profissional de Turismo: perfil, características e mercado de trabalho. Lazer: conceitos e dimensões.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas – Sp: Ed. Papyrus, 1999.		
DIAS, Reinaldo. Introdução ao Turismo. São Paulo: Atlas, 2005.		
LOHMANN, G. PANOSSO NETTO, A. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

BENI, Mario Carlos. Análise estrutural do turismo. 4o Edição. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebeca. Turismo: princípios e práticas. Trad. Roberto Cataldo Costa. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

GOELDNER, Charles R.; MCINTOSH, Robert W.; RITCHIE, Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2013.

PANOSSO NETTO, Alexandre. Filosofia do turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

1º Período	Código	72 h/a
	Recreação e Lazer	
EMENTA		
<p>Estudo do uso do tempo livre e da prática de atividades recreativas e prazerosas. Fundamentos da recreação em ambientes que prestem atendimento à criança, tais como hospitais, colônias de férias e hotéis. Recreação e lazer para as diferentes faixas etárias e necessidades. Pesquisa histórica e apresentações práticas dos brinquedos cantados, jogos infantis, dramatizações, teatros, marionetes e outras manifestações culturais da brincadeira infantil.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CAVALLARI, Vinícius Ricardo. Trabalhando com recreação. 11.ed. São Paulo: Icone, 2009.</p> <p>PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis; LEÃO JUNIOR, Cleber Mena. (Org.). Lazer e recreação: contribuições no tempo presente e perspectivas de inovação. 1ed. Maringá: Clube dos Recreadores, 2021.</p> <p>PINA, Luiz Wilson. Lazer e recreação na hotelaria. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2007.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos cooperativos: O jogo e o esporte como um exercício de convivência. 4.ed.rev.atual. São Paulo: Palas Athena, 2013.

BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos cooperativos. Santos, SP: Re-novada, 1997.

BRUHNS, Heloisa Tuniri. O corpo parceiro e o corpo adversário. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. São Paulo : Scipione,1989.

GOMES, Christianne. Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2010.

1º Período	Código	36 h/a
	Introdução à Administração	
EMENTA		
A disciplina tem por finalidade Introdução a Administração trabalhar as áreas funcionais da administração: Produção; Financeira; Rec. Humanos; Materiais; Marketing entre outras. Explorar conceitos e funções da Administração; Além de trabalhar as teorias da administração sob uma ótica histórica, cultural, social, tecnológica e de mercado.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CHIAVENATO, I.. Introdução à Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Campus, 2021.		
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2011.		
DRUCKER, P. F.. Introdução a Administração. São Paulo: Pioneira, 1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CONCEIÇÃO, Roberta Dalvo P. da.; BOAS, Ana Alice Villas. Uma breve introdução a teoria da Administração. Rio de Janeiro: SENAI, 2009.		
SOBRAL, F.; PECL, A. Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro; São Paulo: Pearson, 2013.		
CHIAVENATO, I. Administração nos Novos Tempos; Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.		
Osterwalder, A. Business Model Generation; São Paulo: Alta Books, 2011.		
Andrade, A. R. Planejamento Estratégico Para Pequenas Empresas. São Paulo: Alta Books, 2019		

	Código	
--	--------	--

1º Período	História, Turismo e Cidades	72 h/a
EMENTA		
<p>Conceito de Turismo e História; Conceito de cidades; As Cidades na História; O Rio de Janeiro e sua capitalidade; A Petrópolis Imperial e Republicana; O Rio de Janeiro e sua vocação turística no Brasil; Petrópolis e seu potencial turístico; As cidades e sua importância turísticas no Brasil; As cidades como “portas de entrada” do turismo no Brasil.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ENDERS, Armelle. História do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Gryphus, 2004. FAUSTO, Bóris. História do Brasil. São Paulo, EDUSP, 2002.</p> <p>LESSA, Carlos. Rio de Todos os Brasis: uma Reflexão em Busca da Auto-Estima. Rio de Janeiro, Record, 2000.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>LINHARES, Maria Yeda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990.</p> <p>TAVARES, Luiz Edmundo (Org.). “Dossiê Cidade do Rio de Janeiro” In: Anais do Museu Histórico Nacional – Vol. 35, Rio de Janeiro, MHN/MinC/IPHAN, 2003 SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.</p> <p>FREIXO, Adriano de & MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Orgs.). A Ditadura em Debate: Estado e Sociedade nos Anos do Autoritarismo. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.</p> <p>FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A.N.(Orgs.). O Brasil Republicano (04 volumes). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.</p>		

2º Período

2º Período	Código	72 h/a
	História da Arte II	
EMENTA		
<p>Arte visual brasileira do século XIX até a atualidade e relações com movimentos artísticos internacionais; Movimentos, artistas e obras que orientaram a construção da arte moderna no Brasil em suas diferentes manifestações; Arte visual contemporânea e diversidade de procedimentos e meios; Marcos artísticos brasileiros da modernidade, da contemporaneidade e o Turismo; Lugares da arte e o Turismo; Atividades extensionistas integradas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDRADE, Gênese (Org.) Modernismos1922 – 2022. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. ISBN 9786559212408;</p> <p>ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. ISBN 9788571642515</p> <p>OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; PEREIRA, Sonia Gomes; LUZ, Angela Ancora. História da arte no Brasil: textos de síntese. (2 edição) Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2013.</p>		

ISBN 9788571083820;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Aracy A. (Aracy Abreu), 1930-. Artes plásticas na Semana de 22. 5.ed.rev.ampl.reimp.- São Paulo: Ed. 34, 2001. 335 p., il., retrs. Inclui índice. ISBN 857326117x (Broch.).

BULHÕES, Maria Amélia. Arte contemporânea no Brasil. Belo Horizonte: C/Arte, 2019. ISBN 9788576543664

CONDURU, Roberto. Arte afro-brasileira. 1.ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2009. ISBN : 9788576540472

GOMBRICH, E. H. (Ernst Hans). A história da arte. 16.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos - LTC, 2000. ISBN 978-8521611851

PEREIRA, Sonia Gomes. Arte brasileira no século XIX. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. 126 p., il., algumas col. (Historiando a arte brasileira, 3). ISBN 9788576540632 (broch.).

2º Período	Código	36 h/a
	Leitura e Produção de Textos	
EMENTA		
Linguagem e comunicação. Elementos relativos ao texto. Tipologia textual e gêneros discursivos. Particularidades léxicas e estruturais do texto. A escrita acadêmica e as normas técnicas: intertextualidade, polifonia, citação e referência. O papel social do profissional de Turismo como sujeito comunicador.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e interação: uma proposta de produção textual a partir de gênero e projetos. 3.ed. rev.ampl. São Paulo: Atual, 2009.		
FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto: para estudantes universitários. 19.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.		
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Platão Francisco. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DISCINI, Norma. A comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2010.		
FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. 17a. ed. São Paulo: Ática, 2008.		
KARWOSKI, Acir Mário, 1970; GAYDECZKA, Beatriz, 1979; BRITO, Karim Siebeneicher, (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 3. ed.rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,		

2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2008. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 21.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

2º Período	Código	36 h/a
	Teoria Geral do Turismo II (TGT II)	
EMENTA		
Organização do Turismo: O Modelo teórico - referencial do sistema de Turismo. As questões da infraestrutura e superestrutura a partir de uma visão do mercado de Turismo, o subsistema cultural, social, econômico e ambiental, seu funcionamento e sua inter-relação com o mercado turístico. Os subsistemas de oferta, demanda, distribuição, consumo e mercado.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BENI, Mario Carlos. Análise estrutural do turismo. 4o Edição. São Paulo: Ed. Senac, 2001.		
COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebeca. Turismo: princípios e práticas. Trad. Roberto Cataldo Costa. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.		
LOHMANN, G. PANOSSO NETTO, A. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DIAS, Reinaldo. Introdução ao Turismo. São Paulo: Atlas, 2005.		
GOELDNER, Charles R.; MCINTOSH, Robert W.; RITCHIE, Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.		
IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2013.		
LAGE, Beatriz Helena G., MILONE, Paulo César. Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.		
PANOSSO NETTO, Alexandre. Filosofia do turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.		

2º Período	Código	36 h/a
	Marketing de serviços e produtos	

EMENTA	
Fundamentos de Marketing e o Processo de Marketing. O ambiente de Marketing. Pesquisa de Marketing e Sistemas de Informação de Marketing. Comportamento do Consumidor. Segmentação e posicionamento. Noções do Composto de Marketing: Produto, Preço, Praça e Promoção.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
KOTLER, Philip, 1931-; KELLER, Kevin Lane, 1956-. Administração de marketing. 12.ed. São Paulo: Pearson : Prentice Hall, 2006. xxiii, 750 p., il. color. Inclui bibliografia. ISBN 9788576050018 (broch.).	
KOTLER, Philip; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I.; DEN HERTOOG, F. Marketing 5.0: Tecnologia para a Humanidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.	
ANDRADE, Carlos Frederico de. Marketing: o que é? Quem faz? Quais as tendências?. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. M. Princípios de marketing. 18. ed. São Paulo: Grupo A, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br .	
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
ROCHA, Angela da; CHRISTENSEN, Carl H. (Carl Huish), 1935-. Marketing: teoria e prática no Brasil. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
ZARDO, Eduardo Flávio. Marketing aplicado ao turismo. São Paulo: Roca, 2003. 176 p.	
DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. Fundamentos do Marketing Turístico. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2005. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br .	

2º Período	Código	36 h/a
	Sociologia Aplicada ao Turismo	
EMENTA		

O pensamento sociológico clássico e contemporâneo e a reflexão de suas diferentes escolas sobre a atividade humana (trabalho, cultura, tempo livre). O turismo e o lazer enquanto fenômenos contemporâneos e a análise sociológica. A modernidade e os processos relacionados ao desenvolvimento do turismo e do lazer: urbanização, industrialização, generalização de direitos sociais (férias e repouso remunerado), extensão das redes de transporte e comunicação de massa. A reflexão sobre a qualidade de vida e a utilização do tempo livre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUMAZEDIER, Jofre. *Sociologia do Turismo e do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1999. (série: Debates, vol. 164)

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.

MARTINS, Carlos B. *O que é sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTTOMORE, Tom. **Introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CAMARGO, Luiz O. Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1992

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philipp. **Sociologia**. 9ª edição, 2023.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. Editora: SENAC RJ, 3ª ed., 2013

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do Turismo**. Ed. Papyrus, 7ª ed., 1995.

2º Período	Código	72 h/a
	Educação Ambiental	
EMENTA		
Compreensão sobre a Educação Ambiental e sua aplicação nos diversos espaços. A crise ambiental, sistema capitalista e a busca pelo desenvolvimento sustentável. Metodologias participativas em Educação Ambiental. Gestão de Unidades de Conservação. A atividade ecoturística em espaços protegidos e trilhas interpretativas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. LIMA, G. F. da C. Educação Ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios. Campinas, SP: Papyrus, 2011. 2. CASTELLANO, E. G.; FIGUEIREDO, R. A. de; CARVALHO, C. L. de(Orgs.). (Eco) Turismo e educação ambiental: diálogo e prática interdisciplinar. São Carlos, SP: RiMa, 2007. 3. PEDRINI, A. de G. (Org.). Educação Ambiental: Reflexões e práticas contemporâneas. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. COSTA, Silva de Souza. Lixo mínimo: uma proposta ecológica para hotelaria. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004 2. CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 3. DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Gaia, 2009. 4. GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação.Campinas, SP : Papyrus, 2009. 5. MOREIRA. J. C. Geoturismo e interpretação ambiental. Ponta Grossa, PR: Ed. UEPG, 2011. 		

3º Período

3º Período	Código	36 h/a
	Língua estrangeira I - Inglês	
EMENTA		
A língua inglesa e suas variedades em diferentes contextos. Construção de identidades a partir de gêneros e tipos textuais diversos		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CLEARY, Maria. World Around. London: Helbling languages, 2008. COLLINS. Dicionário Escolar Inglês / Português - Português / Inglês. 2ª ed. Disal, 2006. VINCE, Michael. Elementary Language Practice: English Grammar and Vocabulary. 3rd. ed. Oxford: Macmillan Education, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

BORSBEY, Janet; SWAN, Ruth. *Crossing Cultures: Lessons About the English Speaking World*. Itália: Eli, 2007.

EDWARDS, Viv. *Multilingualism in the English-Speaking World: Pedigree of Nations*. Oxford: Blackwell, 2004.

MURPHY, Raymond. *Essential Grammar in Use: A Self-Study Reference and Practice Book for Elementary Students of English: With Answers*. 3rd.ed.. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SWAN, Michael. *Practical English Usage*. 3a ed. Oxford University Press, 2009.

TEMPLE, Mark (Ed.). *Dicionário Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês português-inglês, inglês-português*. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2007

3º Período	Código	36 h/a
	Turismo e Comunicação	
EMENTA		
Turismo e representações de mundo. Os conceitos de mediação e midiaticização. Representações midiáticas e produção de sentidos. Turismo e cultura das mídias. Midiaticização e afetos na experiência turística. Aspectos contemporâneos do turismo na esfera midiática.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
MARTÍN-BARBERO, Jesús. <i>Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia</i> . Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.		
SODRÉ, Muniz. <i>Antropológica do Espelho: uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede</i> . Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2002.		
LEACH, Edmund. <i>Cultura e comunicação</i> . Lisboa: Edições 70, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BRAGA, José Luiz. <i>A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática</i> . São Paulo: Paulus, 2006.		
CHARAUDEAU, Patrick. <i>Discurso das mídias</i> . São Paulo: Contexto, 2006.		
HALL, Stuart. <i>A identidade cultural na pós-modernidade</i> . Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.		
KELLNER, Douglas. <i>A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno</i> , Bauru, SP, EDUSC, 2001.		
NIELSEN, Christian. <i>Turismo e mídia: o papel da comunicação na atividade turística</i> . São Paulo: Contexto, 2002.		

3º Período	Código	36 h/a
	Antropologia Cultural	
EMENTA		

Breve história da antropologia enquanto disciplina científica. Conceitos fundamentais: cultura, etnocentrismo, relativismo cultural, etnia, multiculturalismo. Identidade cultural e globalização. Esferas da cultura: alta cultura, cultura de massa, cultura popular e contracultura. Introdução à questão indígena no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia. 9ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

LARAIA, R de B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

STUART, H. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNEIRO da CUNHA, M. (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP/SMC, 1992

DAMATTA, R. Relativizando, Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

LEVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

VELHO, G. Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

3º Período	Código	36 h/a
	Cartografia	
EMENTA		
<p>Conceitos de Cartografia e Mapa. Cartografia Histórica. Coordenadas Geográficas. Escala Cartográfica e Escala Geográfica. Projeção Cartográfica. Convenções Cartográficas. Fuso Horário. Cartografia Especial e Temática. Uso de mapas no Turismo. Novas tecnologias informacionais na Cartografia. Cartografia Social e o turismo. Atividades extensionistas integradas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>DUQUE, R. C.; MENDES, C. L. O planejamento turístico e a cartografia. Campinas: Alínea, 2006.</p>		
<p>MENEZES, P. M. L., e FERNANDES, M. C., Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.</p>		
<p>OLIVEIRA, C. de. Curso de Cartografia Moderna. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.</p>		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CARERI, Francesco. Caminhar e parar. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
CARERI, Francesco. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.
GEHL, J. Vida nas cidades: como estudar. São Paulo: Perspectiva, 2018.
SPECK, J. Cidade caminhável. São Paulo: Perspectiva, 2017.
THÉRY, H. Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

3º Período	Código	36 h/a
	Teorias da Hospitalidade	
EMENTA		
Fundamentos e conceitos de hospitalidade. A hospitalidade nos domínios social, privado e comercial. A Hospitalidade através dos tempos e no Brasil. A hospitalidade nos serviços de alimentação, hospedagem e eventos. Relações da hospitalidade com o turismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Hospitalidade. São Paulo: Aleph, 2004. 2. GRINOVER, Lúcio. A hospitalidade, a cidade e o turismo. São Paulo: Aleph, 2007. 3. LASHLEY, C.; MORRISSON, A. Em busca da hospitalidade. Barueri: Manole, 2004. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BOFF, Leonardo. Virtudes para um outro mundo possível. Vol I: 2. Hospitalidade, direito e dever de todos. Petrópolis: VOZES, 2005. 3. BUENO, M. S.; DENCKER, A. (orgs.). Hospitalidade: cenários e oportunidades. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003. 4. CAMPOS, José Ruy Veloso. Introdução ao universo da hospitalidade. São Paulo: Papyrus, 2005 5. DIAS, C. M. de M. . (org.) Hospitalidade: reflexões e perspectivas. São Paulo, Manole, 2002. <p>KOPS, Darci. Hospitalidade: saberes e fazeres culturais em diferentes espaços sociais. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.</p>		

3º Período	Código	36h/a
	Agenciamento e Operação de Viagens	
EMENTA		
Aspectos históricos, conceituação e classificações das agências de turismo. Legalização das agências de viagens. Produtos turísticos e principais fornecedores do agenciamento. Tecnologias e canais de distribuição. Processos de intermediação, desintermediação e		

reintermediação. Códigos e termos específicos do agenciamento. Agências e serviços receptivos. Serviços emissivos de apoio a viagens. Roteirização turística. Formatação e precificação de pacotes turísticos. Segmentação e mercados emergentes para o agenciamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, Débora Cordeiro (org.) Agências de Viagens e Turismo: Práticas de Mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DANTAS, José Carlos de Souza. Qualidade do atendimento nas agências de viagens: uma questão de gestão estratégica. Rio de Janeiro: Roca, 2002.

PETROCCHI, Mario; BONA, André Luís Viola. Agências de Turismo: Planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEAVER, Allan. A dictionary of travel and tourism terminology. Wallingford, UK: CAB International, 2005.

DE LA TORRE, Francisco. Agências de viagens e transportes. São Paulo: Roca, 2003.

MAMEDE, Gladston. Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções. São Paulo: Manole, 2002.

MARIN, Aitor. Tecnologia da informação nas agências de viagens: em busca da produtividade e do valor agregado. São Paulo: Aleph, 2004.

TAVARES, Adriana de Menezes Tavares. City Tour. São Paulo: Aleph, 2002.

3º Período	Código	36 h/a
	Gestão Financeira	
EMENTA		
<p>Conceitos fundamentais de Projetos e da Administração Financeira de Projetos. Definição de gastos, despesas, custos e investimentos em empreendimentos e serviços turísticos. Formação de preços de venda através da marcação de preços, cálculo do "mark-up". Definições e nomenclatura aplicada a juros, fluxo de caixa e operações financeiras. Juros simples e compostos, operações de capitalização e desconto. Taxas e Juros. Planos de Financiamento - Modelo Price e SAC.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira: objetiva e aplicada, 9a Edição, São Paulo, Saraiva, 2011.</p> <p>MEGLIORINI, Evandir. Custos - Análise e Gestão, 2a Edição, São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>GOTARDELO, Davi Riani, VIDAL, Tatiana Ladeira. Gestão Financeira em Turismo, Volume Único, Rio de Janeiro Fundação Cecierj/Consórcio Cederj, 2018.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

HAZZAN, Samuel. PONPEU, José Nicolau. Matemática Financeira. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007

KUHNEN, Osmar Leonardo. Matemática Financeira Aplicada e Análise de Investimentos. São Paulo: Atlas, 1994.

OLIVEIRA, Gustavo Faria de. Matemática Financeira Descomplicada para Cursos de Economia, Administração e Contabilidade, 1ª edição, São Paulo, Atlas, 2011.

MATIAS, Fernanda et alii. Gestão Financeira – Da Teoria à Prática, Edições Sílabo, 1ª Edição, 2022

BENI, Mario Carlo. TURISMO – Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão, 1ª Edição, Ed. Manole, 2012.

4º Período

4º Período	Código	72 h/a
	Transportes Turísticos	
EMENTA		
Relação transportes e turismo. Histórico dos transportes – evolução tecnológica e desenvolvimento do turismo. Redes de transportes e funções nodais. Mobilidade intradestinos. Planejamento dos transportes em destinos turísticos. Marketing de transportes e destinos turísticos. Os modos de transportes e o turismo: aéreo, rodoviário, ferroviário e aquaviário – noções gerais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
LOHMANN, Guilherme; FRAGA, Carla; CASTRO, Rafael. Transportes e Destinos Turísticos: Planejamento e Gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.		
PAGE, Stephen. Transporte e Turismo: Perspectivas Globais. 2a. Ed. São Paulo: Bookman, 2008.		
PALHARES, Guilherme. Transportes Turísticos. São Paulo: Aleph, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
AMARAL, Ricardo. Cruzeiros Marítimos. 2. Ed. Barueri, SP: Manole, 2006.		
DUARTE, Fábio; SANCHEZ, Karina; LIBARDI, Rafaela. Introdução à mobilidade urbana. 3. Ed. Curitiba: Juruá, 2012.		
PAOLILO, André Milton; REJOWSKI, Mirian. Transportes. 3. Ed. São Paulo: Aleph, 2003.		
RONÁ, Ronaldo di. Transportes no Turismo. São Paulo: Manole, 2002.		
URRY, John; GRIECO, Margaret (eds.) Mobilities: new perspectives on transport and society. Surrey, Reino Unido: Ashgate, 2011.		

4º Período	Código	36 h/a
	Língua estrangeira II - Inglês	
EMENTA		
A descrição em diferentes contextos culturais a partir de gêneros textuais diversos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BROUKAL, Milada; MURPHY, Peter. All about the USA: A Cultural Reader. 2nd ed. New York: Longman, 1999.

CLEARY, Maria. World Around. London: Helbling languages, 2008.

MURPHY, Raymond. English Grammar in Use: A Self-Study Reference and Practice Book for Intermediate

Students of English: With Answers. 3rd ed. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORSBEY, Janet; SWAN, Ruth. Crossing Cultures: Lessons About the English-Speaking World. Itália: Eli, 2007.

HARDING, Keith. Going International: English for Tourism. Oxford: Oxford University Press, 2009.

O'HARA, Francis. Be My Guest: English for the Hotel Industry. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

STOTT, Trish; BUCKINGHAM, Angela. At Your Service: English for the Travel and Tourist Industry. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SWAN, Michael. Practical English Usage. 3a ed. Oxford University Press, 2009

4º Período	Código	36 h/a
	Cultura Brasileira	
EMENTA		
Conceitos Básicos de Cultura; Cultura Popular, Erudita e Cultura de Massas; Formação Primária do Povo Brasileiro; Identidade do Povo Brasileiro; O Folclore Brasileiro; os povos vulneráveis e a Cultura Brasileira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil. SP: Pioneira, EDUSP, 1971.		
BOSI, Alfredo (org.). Cultura Brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987		
BOSI, Eclea. Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de Operárias. Petrópolis (RJ):Vozes, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CASCUDO, Luís da Câmara. História da Alimentação no Brasil. São Paulo: Global, 2004.		
CHAUÍ, Marilena. Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.		
DA MATTA, Roberto. O que faz do Brasil, Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.		
_____. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.		
FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. 42ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991.		

	Código	
--	--------	--

4º Período	Planejamento e gestão de destinos turísticos	72 h/a
EMENTA		
Planejamento e Turismo: quadro teórico-conceitual referencial. Planejamento como processo integrado e contínuo. Princípios, dimensão, fases e classificação do planejamento turístico. Enfoques do planejamento turístico. Planejamento e gestão de destinos turísticos na contemporaneidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ACERENZA, Miguel Ángel. Administração do turismo: planejamento e direção. Bauru, SP: EDUSC, 2003.		
DUQUE, Renato Câmara; MENDES, Catarina Lutero. O planejamento turístico e a cartografia. Campinas, SP: Alínea, 2006.		
RUSCHMANN, Doris Van de Meene; SOLHA, Karina Toledo (org.). Planejamento turístico. Barueri, SP: Manole, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ACERENZA, Miguel Ángel. Administração do turismo: conceituação e organização. Bauru, SP: EDUSC, 2002.		
BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 6.ed. atual. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.		
PANOSSO NETTO, Alexandre, 1973-. Cenários do turismo brasileiro. São Paulo: Aleph, 2009.		
SILVA, Maria da Glória Lanci da. Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004.		
MIELKE, Eduardo Jorge Costa. Desenvolvimento turístico de base comunitária: uma abordagem prática e sustentável. Campinas, SP: Alínea, 2009.		

4º Período	Código	72 h/a
	Métodos estatísticos aplicados ao turismo	
EMENTA		
Conceitos fundamentais. Distribuição de frequência. Tabelas e gráficos. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Introdução à probabilidade. Variáveis aleatórias unidimensionais. Distribuições discretas. Distribuições contínuas. Noções elementares de amostragem. Regressão e correlação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BARBOSA, D.R.R. & Milone, G. "Estatística Aplicada ao Turismo e Hotelaria". Thompson, São Paulo, 2005..		
COSTA, S. F.. "Estatística Aplicada ao Turismo". Editora Aleph, São Paulo: 2007.		
COSTA, S.F. "Introdução Ilustrada à Estatística". 4ª ed.; Ed.Habra, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

LEVIN, F & Fox, J.A. "Estatística para Ciências Humanas" 9ª Ed. Editora Pearson Education do Brasil, São Paulo, 2004.

TIBONI, C. G. R. Estatística Básica para o Curso de Turismo. São Paulo: Atlas, 2002.

KIRSTEN, J. T.& Rabahy, W. A. "Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo". Editora Saraiva, São Paulo, 2006.

NAZARETH, H.R.S. "Curso Básico de Estatística". 12ª ed. Editora Ática, São Paulo, 2009.

KAZMIER, L. P. "Teoria e problemas de estatística aplicada à administração e economia". 4ª ed. Editora Bookman, Porto Alegre, 2007.

5º Período

5º Período	Código	36 h/a
	Meios de Hospedagem I	
EMENTA		
Histórico dos Meios de Hospedagem no mundo e no Brasil. Regulamento e Classificação dos Meios de Hospedagem. Tipos de propriedades e estruturas de negócios hoteleiros. Redes nacionais e internacionais. Estrutura organizacional dos Meios Hospedagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
1. CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. 9.ed.rev. Caxias do Sul, RS: Canela, RS: EDUCS, Castelli - Escola de Hotelaria de Canela, 2001. 2. DUARTE, Vladir Vieira. Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos. 3.ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2005. 3. POWERS, Tom; BARROWS, Clayton W. Administração no setor de hospitalidade: turismo, hotelaria, restaurante. São Paulo: Atlas, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
1 ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lucio de; JORGE, Wilson Edson. Hotel: planejamento e projeto. 9.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. 2 CASTELLI, Geraldo. Excelência em hotelaria: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996. 3 COIMBRA, Ricardo. Assassinatos na hotelaria, ou, como perder seu hóspede em 8 capítulos. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 1998. 4 KANAANE, Roberto; SEVERINO, Fátima Regina Giannasi. Ética em turismo e hotelaria. São Paulo: Atlas, 2006. 5 MARQUES, J. Albano. Introdução à hotelaria. Bauru, SP: EDUSC, 2003		

5º Período	Código	36 h/a
	Patrimônio Cultural	
EMENTA		
Trajetória da noção de patrimônio cultural e das práticas de preservação no Brasil; Marcos legais e políticas de proteção; Ferramentas legais de proteção; Perspectiva ampliada de patrimônio cultural e suas faces material e imaterial; Turismo e interpretação do patrimônio; Atividades extensionistas integradas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. ISBN 85-7490- 241-1;
 CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, Editora Unesp, 2017. ISBN 978-972-44-1274-0;
 MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs). Interpretar o patrimônio. Um exercício de olhar. Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 2002. ISBN 8570413130

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETTO, Margarita, 1952-. Cultura e turismo: discussões contemporâneas. 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 2016. ISBN.9788530808549
 COSTA, Flávia Roberta. Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação. 2.ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo : SESC São Paulo, 2014. 251 p., il. Bibliografia: p. 229-251. ISBN 9788539607457 (Ed. SENAC São Paulo).
 CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940) ED. 2, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. ISBN 9788571084179
 PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. O que é patrimônio cultural imaterial. São Paulo: Brasiliense, 2012. ISBN 9788511001495
 PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). Turismo, memória e patrimônio cultural. São Paulo: Roca, 2004. ISBN: 9788572415088

5º Período	Código	36 h/a
	Língua estrangeira III - Inglês	
EMENTA		
A narração, a argumentação e a produção de saberes e poderes a partir de gêneros textuais diversos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CLEARY, Maria. World Around. London: Helbling languages, 2008. OLIVEIRA, Luciana Amaral. English for Tourism Students. São Paulo: Roca, 2001. STOTT, Trish; BUCKINGHAM, Angela. At Your Service: English for the Travel and Tourist Industry. Oxford: Oxford University Press, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BORSBEY, Janet; SWAN, Ruth. Crossing Cultures: Lessons about the English-Speaking World. Itália: Eli, 2007. HARDING, Keith. Going International: English for Tourism. Oxford: Oxford University Press, 2009. MURPHY, Raymond. Essential Grammar in Use: A Self-Study Reference and Practice Book for Elementary Students of English: With Answers. Cambridge University Press, 2007. O'HARA, Francis. Be My Guest: English for the Hotel Industry. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. SWAN, Michael. Practical English Usage. 3a ed. Oxford University Press, 2009.		

Código

5º Período	Gestão de Projetos Turísticos	36 h/a
EMENTA		
<p>Projeto; Projeto no Processo de Planejamento; A Estrutura e Etapas de um Projeto; Análise de Projetos; Planejamento e Programação de Projetos; Análise Econômica de Projeto; Possibilidades de elaboração do projeto de empreendimento turístico e para empresas do setor de turismo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos. Guia PMBOK®. Sétima Edição – EUA: Project Management Institute, 2021.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 12.ed.rev.atual. São Paulo: Ed. SENAC, 2007.</p> <p>DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma ideia, uma Paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.</p> <p>GIDO, Jack; CLEMENTS, James P. Gestão de projetos. São Paulo: Thomson, 2007.</p> <p>HELDMAN, Kim. Gerência de projetos: fundamentos. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2005.</p> <p>PETROCCHI, Mario. Turismo: planejamento e gestão. 7.ed. São Paulo: Futura, c1998.</p>		

5º Período	Código	72 h/a
	Geografia Urbana	
EMENTA		
<p>Cidade. Urbanização no mundo e no Brasil. Hierarquia urbana. Metropolização. Organização interna das Cidades. Crescimento e desenvolvimento urbano. Violência Urbana: exclusão e autoexclusão espacial – favelas e periferias, migrantes. Verticalização e habitação. Estrutura socioeconômica urbana: emprego, atividade e consumo. A globalização e questões urbanas. Atividades extensionistas integradas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

GEHL, J. Vida nas cidades: como estudar. São Paulo: Perspectiva, 2018.
SANTOS, M. Manual de Geografia Urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
SOUZA, M. L. de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
SANTOS, M. A urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
SANTOS, M. A urbanização Desigual. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
SOUZA, M. L. de. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
SOUZA, M. L. de. A urbanização e Desenvolvimento no Brasil atual. São Paulo: Editora Ática, 1996.

5º Período	Código	72 h/a
	Gestão de eventos e produção cultural	
EMENTA		
Função do planejamento em eventos. Eventos no espaço urbano. Eventos e sua classificação. Instrumentos de controle e avaliação de eventos. Viabilidade econômica e financeira do evento. Marketing de eventos. Recursos humanos em eventos. Políticas, gestão e produção cultural. Gestão de programas e projetos culturais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALLEN, Johnny et al. <i>Organização e gestão de eventos</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.		
BRITTO, Janaína; FONTES, Nena. <i>Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo</i> . São Paulo: Aleph, 2002.		
GIACAGLIA, Maria Cecília. <i>Eventos: como criar, estruturar e captar recursos</i> . São Paulo: Thomson Learning, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

AVELAR, Rômulo. *O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2008.

LISBOA FILHO, Flavi Ferreira et al. *Gestão e produção cultural*. Curitiba: Appris, 2017.

MALAGODI, M. E.; CESNIK, F. de S. *Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais, busca de patrocínio*. São Paulo: Escrituras, 1999.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. *Projetos culturais: técnicas de modelagem*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

WATT, David C. *Gestão de eventos em lazer e turismo*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

6º Período

6º Período	Código	72 h/a
	Meios de Hospedagem II	
EMENTA		
Integração entre os setores e departamentos hoteleiros. Estrutura organizacional dos meios de hospedagem. Departamento de Reservas. Departamento de Recepção. Departamento de Governança, Lavanderia e Manutenção. Departamento de Eventos. Departamento de Administrativo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
1. CANDIDO, Índio. <i>Gestão de hotéis: técnicas, operações e serviços</i> . Caxias do Sul: EDUCS, 2003. 2. CASTELLI, Geraldo. <i>Administração Hoteleira</i> . Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 3. PETROCCHI, Mario. <i>Hotelaria: planejamento e gestão</i> . São Paulo: Peason Prentice Hall, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
1. CANDIDO, Índio; VIEIRA, Elenara. <i>Recepção Hoteleira</i> . Caxias do Sul: EDUCS, 2002. 2. CAON, Mauro. <i>Gestão estratégia de serviços de Hotelaria</i> . São Paulo: Atlas, 2008. 3. DAVIES, Carlos Alberto. <i>Cargos na Hotelaria</i> . Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 4. MULLINS, Laurie J. <i>Gestão da hospitalidade e comportamento organizacional</i> . Porto Alegre: Bookman, 2004. 5. VALLEN, Gary K., <i>Check-in, Check-out: gestão e prestação de serviços em hotelaria</i> . Porto Alegre: Bookman, 2003		

6º Período	Código	36 h/a
	Gestão de Carreira e Empregabilidade	

EMENTA	
A disciplina tem, por finalidade apresentar as dimensões contemporâneas do trabalho sob uma perspectiva do desenvolvimento de carreiras. Além disso, se propõe apresentar uma visão global sobre planejamento e gestão de carreiras e de mercado de trabalho.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
GATTAI, M. P. C.; CASTELHANO, L. M. Planejamento de carreira e retenção de talentos. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2023.	
PONTES, B. R. Administração de Cargos e Salários: Carreiras e Remuneração. São Paulo: LTr Editora, 2021.	
CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas : o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Barueri, SP : Manole, 2014.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CIAMPA, A. L.; MELO, P. M. S.; GOMES, C. M.; PEIXOTO, A.M.M.. Marketing Pessoal e Empregabilidade: Do Planejamento de Carreira ao Networking. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2014.	
· PEREIRA, M. C.B. RH Essencial. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2020.	
· MARRAS, J. P. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: DO OPERACIONAL AO ESTRATEGICO. São Paulo: SARAIVA EDITORA, 2016.	
· MASCARENHAS, A. O. Gestão estratégica de pessoas: Evolução, teoria e crítica. São Paulo: Cengage Learning, 2020.	
· ARILDA, S. G. [et al.] Gestão do fator humano: uma visão baseada nos stakeholders .Organizadoras Darcy Mitiko Mori Hanashiro, Maria Luisa Mendes Teixeira e Laura Menegon Zacarelli. São Paulo: Saraiva, 2008.	

6º Período	Código	36 h/a
	Modelos de negócios	
EMENTA		
Conceitos e definições de Modelo de Negócio. Tipos de Modelos de Negócio na Era da Tecnologia da Informação e Comunicação. Metodologia Canvas. O que são “Start-Ups?”. Como começar uma “Start-up?”. Valor das ideias de negócios. Gestão da Inovação. Estratégia e Modelos de Negócio. Modelos de Negócio frente as mudanças. Desempenho de diferentes Modelos de Negócio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

KAPLAN, Saul. Modelos de Negócios Imbatíveis, 1ª Edição, São Paulo, Saraiva, 2013, 240p.
 OSTERWALDER, Alexandre. Business Model Generation: Inovação em Modelos de Negócios, 1ª Edição, São Paulo, Alta Books, 2011, 300 p.
 DORNELAS, JOSÉ. TURISMO – Plano de Negócios com o Modelo Canvas – Guia Prático de Avaliação de Ideias de Negócio, São Paulo, 3ª Edição, Editora Atlas, 2023, 136p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSA, Cláudio Afrânio. Modelo de Negócio – Kit de Ferramentas. Belo Horizonte, Serviço De Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE/MG, 2014, 28p.
 KAGERMANN, Henning; CHRISTENSEN, Clayton M.; JOHNSON, Mark W., Inovações do Modelo de Negócio. 1ª Edição, São Paulo, Atual Editora, 2020, 212p.
 MORÓSTICA, Eduardo & Rosa, José Antônio. Modelos de Negócios, Organizações e Gestão. 1ª Edição, São Paulo, Editora Cengage Learnig, 2012, 100p.
 JÚNIOR FINOCHIO, José, Project Model Canvas, São Paulo, Saraiva Uni, 3ª Edição, 2020, 216p.
 MUEHLHAUSEN, Jim, SILVA, Joris Bianca da, Modelo de Negócios para leigos, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Alta Books, 2011, 400p.

6º Período	Código	36 h/a
	Políticas públicas e legislações aplicadas ao Turismo	
EMENTA		
Gestão pública e a gestão do turismo. Políticas públicas, política pública de turismo e ciclo de construção de uma política pública. Legislação Específica de atividades turística.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. Direito do turismo: história e legislação no Brasil e no exterior. 2.ed.rev. e atual São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2005.		
BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda (org.). Turismo e direito: convergências. 2.ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2014.		
MAMEDE, Gladston. Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções. São Paulo: Manole, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação sobre o turismo: dispositivos constitucionais, ato internacional, leis e decretos relacionados ao turismo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.		
LONGANESE, Luiz André. Direito aplicado à hotelaria. 2.ed.atual. Campinas, SP: Papyrus, 2007.		
MAMEDE, Gladston, 1966-. Manual de direito para administração hoteleira. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004		

VENOSA, Sílvio de Salvo, 1945-. Direito civil: parte geral. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1

VENOSA, Sílvio de Salvo, 1945-. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2

6º Período	Código	36 h/a
	Língua estrangeira IV - Inglês	
EMENTA		
Retomada das tipologias textuais descrição, narração e argumentação e sua relação com práticas discursivas ligadas à atividade de trabalho de profissionais do turismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CLEARY, Maria. World Around. London: Helbling languages, 2008. HARDING, Keith; HENDERSON, Paul. High Season: English for the Hotel and Tourist Industry. 26. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010. STOTT, Trish; BUCKINGHAM, Angela. At Your Service: English for the Travel and Tourist Industry. Oxford: Oxford University Press, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BEAVER, Allan. A Dictionary of Travel and Tourism Terminology. 2nd.ed. Wallingford, UK; Cambridge, MA: CABI Publi., c2005. BIAGGI, Enaura T. Kriek; STAVALE, Emeri De Biaggi. Enjoy Your Stay!: inglês básico para turismo e hotelaria. Barueri, SP: Disal, 2004. CRUZ, Décio Torres. Inglês para Turismo e Hotelaria. São Paulo: Disal, 2005. O'HARA, Francis. Be My Guest: English for the Hotel Industry. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. WALKER, Robin; HARDING, Keith. Tourism 1: Student's Book. 10. ed. United Kingdom: Oxford University Press, 2012.		

7º Período

7º Período	Código	72 h/a
	Planejamento Urbano	
EMENTA		
Planejamento Urbano e Gestão Urbana. Políticas do planejamento urbano. O Direito à cidade: ocupações e resistências urbanas. O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de uma Cidade. Espaço Público e Governo Local. Zoneamento Urbano. Reforma Urbana. Intervenções urbanas: Gentrificação, placemaking, city-marketing. Planejamento Urbano para pessoas: mobilidade e acessibilidade urbana. Espaço público e		

cidadania.Cidades Criativas. Cidades Educadoras. Cidades inteligentes. Cidades Sustentáveis. Atividades extensionistas integradas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, P.C.da C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HALL, P. Cidade do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHÃO, S. L. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

GEHL, J. Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2015.

LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

SPECK, J. Cidade caminhável. São Paulo: Perspectiva, 2017.

VAZ, L. F. (Org.) Os espaços públicos nas políticas urbanas: estudos sobre Rio de Janeiro e Berlim. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008

7º Período	Código	36 h/a
	Gestão de Bares e Restaurantes	
EMENTA		
O setor de alimentação fora de casa, tipologia e classificação dos restaurantes. Tipos de serviços. Tipos de Mise-en-place. Cardápio, menu e carta de vinhos. Planejamento, gestão, infraestrutura e estrutura organizacional.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade : uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.		
CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira . Caxias do Sul: EDUCS, 2001.		
DAVIES, Carlos Alberto. Alimentos e Bebidas . Caxias do Sul: EDUCS, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CASCUDO, Luis da C. História da Alimentação no Brasil . São Paulo: Global, 2004.		
FONSECA, Marcelo Traldi Tecnologias gerenciais de restaurantes / 5ªed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2009.		
TEICHMANN, Ione Mendes Tecnologia culinária Caxias do Sul: EDUCS, 2009.		
ZANELLA, Luiz Carlos. Auditoria interna : rotinas e processos práticos para hotéis, restaurantes e empresas em geral Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2002.		
TORRE, Francisco de La. Administração hoteleira : parte II- Alimentos e Bebidas. São Paulo: Roca, 2002.		

7º Período	Código	72 h/a
	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	
EMENTA		
Escolha e delimitação do tema para elaboração do projeto do trabalho de curso, de acordo com as determinações do Manual de TCC do Curso Bacharelado em Turismo. Levantamento de referências bibliográficas. Métodos de tratamento e análise de dados em Ciências Sociais. Início da escrita do TCC, com acompanhamento docente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CASTRO, Claudio de Moura. <i>A prática da pesquisa</i> . 2 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.		
GIL, Antonio.Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i> . 5.ed; São Paulo: Atlas, 2010.		
MINAYO, Maria Cecília de S.; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Orgs.). <i>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</i> . Petrópolis: Vozes, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. <i>Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático</i> . 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.		
ECO, Umberto. <i>Como se faz uma tese</i> . Trad. de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2005.		
YIN, R. <i>Estudo de caso: planejamento e métodos</i> . Porto Alegre: Bookman, 2005.		
SILVERMAN, David. <i>Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações</i> . 3 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.		
VERGARA, Sylvia Constant, 1936-. <i>Projetos e relatórios de pesquisa em administração</i> . 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.		

7º Período	Código	72 h/a
	Estratégias Mercadológicas	
EMENTA		
Composto de marketing ampliado para serviços: produto/serviço, preço, localização, promoção, pessoas, processos, tangibilidades; Marketing de relacionamento; E-turismo; Comunicação e marketing online, mídias sociais; Análise de tendências teóricas e práticas em marketing; Seminários em marketing		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. M. <i>Princípios de marketing</i> . 18. ed. São Paulo: Grupo A, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br .		

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I.; DEN HERTOOG, F. Marketing 5.0: Tecnologia para a Humanidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique L.. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen. Marketing de serviços: pessoas, tecnologia e resultados. 5. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

SHIRAISHI, Guilherme de Farias (org.). Administração de marketing. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

LIMEIRA, Tânia Maria Vidigal. Comportamento do consumidor brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

RQUES, Humberto; LEVI, Renato. Funil de vendas: um jeito fácil para você realizar bons negócios. São Paulo: SENAC, 2019.

ASSAD, Isadora Tonet. Web marketing: marketing digital. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

8º Período

8º Período	Código	36 h/a
	Gestão de Recursos Humanos	
EMENTA		
Conceito de gestão de recursos humanos; Tendências e cenários da Gestão de Recursos Humanos; Administração recursos humanos e noções de recrutamento e seleção; Funções Gerenciais e operacionais da Administração de Recursos Humanos; Empregabilidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel da gestão do talento humano. 5.ed. [2. reimp.] São Paulo: Atlas, 2021. xxiv, 456 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788597023695 (broch.).		
PEARSON EDUCATION DO BRASIL. Administração de recursos humanos. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2010. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br .		
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. Ed. Atlas, 2009		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

TARABOULSI, Fadi Antoine. Administração de hotelaria hospitalar: serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade, tecnologia de informação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PIMENTA, Maria Alzira. Gestão de pessoas em turismo: sustentabilidade, qualidade e comunicação. 2.ed. Campinas, SP: Alínea, 2006.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A. Fundamentos do comportamento organizacional. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2014. E-book. Disponível em: [zttps://plataforma.bvirtual.com.br](https://plataforma.bvirtual.com.br).

CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. 5.ed. Barueri, SP: Manole, 2015. 416 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788520439876 (Broch.).

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3.ed.rev.atual. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2010.

8º Período	Código	72 h/a
	Trabalho de Conclusão de Curso	
EMENTA		
Elaboração, escrita e apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso, com acompanhamento de orientador e em conformidade com o Manual de TCC do Curso Bacharelado em Turismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em Turismo: Planejamento, Métodos e técnicas. 9 ed. São Paulo: Futura, 1998.		
FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. São Paulo: Artmed, 2009.		
GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.		
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
LUDKE, Menga (Coord.). O que conta como pesquisa? São Paulo: Cortez, c2009.		
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. -. São Paulo: Cortez, 2007.		
SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009		

8º Período	Código	h/a
	Tópicos Especiais em Turismo e Lazer:	
EMENTA		
<p>Estudo de novas abordagens de temas desenvolvidos em semestres anteriores e de outros oriundos da realidade vigente (temas emergentes sobre o turismo e o lazer). Aprofundamento dos conhecimentos numa fase de maior maturidade acadêmica e técnica dos alunos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ed.) Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005. URRY, John; LARSEN, Jonas. O olhar do turista 3.0. São Paulo: Edições SESC, 2021.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BÜSCHER, Monika et al (ed.) Mobile methods. New York: Routledge, 2011. COOPER, Chris et al. Turismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. GRAHAM, Anne; PAPTAEODOROU, Andreas; FORSYTH, Peter (org.) Aviation and Tourism: implications for leisure travel. Surrey: Ashgate, 2010. URRY, John. Mobilities. Cambridge, UK: Polity Press, 2007. SHELLER, Mimi; URRY, John (ed.) Tourism mobilities: places to play, places in play. New York: Routledge, 2004.</p>		

8º Período	Código	36 h/a
	Tópicos de Ciência de dados para o Turismo	
EMENTA		
<p>Introdução à análise de dados aplicada ao turismo. Tipos de dados. Linguagens e ferramentas computacionais para trabalho com bases de dados. Coleta e/ou produção de dados. Introdução a algoritmos. Armazenamento de dados. Análise de dados para resolução de problemas em turismo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>AMARAL, F. Introdução a Ciência de Dados. Alta Books, 2018. GRUS, J. Data Science do Zero: Noções Fundamentais com Python. 2. ed. [S.l.]: Alta books, 2021. PROVOST, F.; FAWCETT, T. DataScience para Negócios. Alta Books, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

8º Período	Código	72 h/a
	Teorias do Lazer	
EMENTA		
Teorias, conceituações e definições de lazer sobre diferentes perspectivas. As relações entre lazer, tempo livre, ócio e recreação. Atuação profissional em lazer e animação cultural. Educação para e pelo lazer.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DUMAZEDIER, J. Sociologia empírica do lazer: a dinâmica produtora do lazer. São Paulo: Perspectiva, 1979. 2. GOMES, C. <i>et al.</i> (Orgs.). Lazer na América Latina/Tiempo libre, ócio y recreación em Latinoamérica. 2. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 3. MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do Lazer: uma introdução. Campinas: Papyrus, 1987. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973. 2. MARCELLINO, N. C. (Org.). Lazer: formação e atuação profissional. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 3. MASI, Domenico de. O Ócio Criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 4. MELO, V. A. de. A animação cultural: conceitos e propostas. Campinas: Papyrus, 2006. 5. PIRES, Mário Jorge. Lazer e turismo cultural. São Paulo: Manole, 2002. 		
<p>BHARGAVA, A. Y. Entendendo Algoritmos: Um Guia Ilustrado Para Programadores e Outros Curiosos. São Paulo: Novatec Editora, 2017.</p> <p>FOREMAN, J. W. Data Smart. Alta Books, 2018. FRANCISCHINI, A. S. N.; FRANCISCHINI, P. G. Indicadores de Desempenho. Alta Books, 2017.</p> <p>GOMES, E.; BRAGA, F. Inteligência Competitiva em Temos de Big Data. Alta Books, 2017.</p> <p>NIELD, T. Introdução à Linguagem SQL: Abordagem Prática Para Iniciantes. São Paulo: Novatec, 2016.</p>		

Anexo IV - Estatuto do Cefet/RJ

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.796, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 4.504, de 09 de dezembro de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 23000.017984/2005-86, resolve:

Art 1º Aprovar o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – RJ.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

ESTATUTO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - RJ

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art.1º O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, com sede na cidade do Rio de Janeiro e atuação em todo o Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e pela Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004, pertencente ao Sistema Federal de Ensino, conforme Decreto nº 5.225, de 1º de outubro de 2004, é autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, detendo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§1º O CEFET/RJ é instituição especializada na oferta de educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica.

§2º O CEFET/RJ rege-se pelos atos normativos mencionados no *caput* deste artigo, por seu estatuto e regimento e pela legislação em vigor.

§3º O CEFET/RJ é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Art.2º O CEFET/RJ tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

CAPÍTULO II DAS CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Art.3º O CEFET/RJ, observada a finalidade definida no art.2º, tem como características básicas:

- I. oferta de educação tecnológica, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- II. atuação prioritária na área tecnológica, nos diversos setores da economia;
- III. conjugação, no ensino, da teoria com a prática;
- IV. articulação verticalizada e integração da educação tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- V. oferta de ensino superior de graduação e de pós-graduação na área tecnológica;
- VI. oferta de formação especializada em todos os níveis de ensino, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- VII. realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- VIII. desenvolvimento da atividade docente, abrangendo os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- IX. utilização compartilhada dos laboratórios e dos recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- X. desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade;
- XI. estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos;
- XII. integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

Parágrafo único. Verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá o CEFET/RJ, mediante autorização do Ministério da Educação, ofertar os cursos previstos no inciso V fora da área tecnológica.

Art.4º O CEFET/RJ, observadas a finalidade e as características básicas definidas nos arts. 2º e 3º, tem por objetivos:

- I. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- II. ministrar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;
- III. ministrar ensino médio, observada a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio;
- IV. ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;
- V. ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- VI. ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- VII. ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;

VIII. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;

IX. estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;

X. estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;

XI. promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Seção Única Da Estrutura Básica

Art. 5º São princípios norteadores da organização do CEFET/RJ:

I. manutenção da unidade de administração e patrimônio;

II. flexibilidade de ensino, pesquisa e extensão ajustável às condições circunstanciais da vida socioeconômica da comunidade, tais como mercado de trabalho, mão-de-obra;

III. estrutura orgânica que lhe permita manter-se fiel aos princípios fundamentais de planejamento, coordenação, descentralização pela delegação de competência e o indispensável controle;

IV. desenvolvimento de educação continuada, integrando nível médio e superior, através da oferta de cursos, projetos e programas no âmbito de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 6º A estrutura do CEFET/RJ compreende:

I. órgão colegiado: Conselho Diretor

II. órgãos executivos:

a) Diretoria-Geral;

1. Vice-Diretoria-Geral;

2. Assessorias Especiais;

3. Gabinete.

b) Diretorias de Unidades de Ensino:

c) Diretorias Sistêmicas:

1. Diretoria de Administração e Planejamento;

2. Diretoria de Ensino;

3. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

4. Diretoria de Extensão;

5. Diretoria de Gestão Estratégica.

III. órgão de controle: Auditoria Interna

Parágrafo único. O detalhamento da estrutura operacional do CEFET/RJ, bem como as competências das unidades e as atribuições de seus dirigentes serão estabelecidos em Regimento Geral, aprovado pelo Ministério da Educação.

Art.7º A administração superior do CEFET/RJ terá como órgão executivo a Diretoria-Geral e como órgão deliberativo e consultivo o Conselho Diretor.

Subseção I Do Conselho Diretor

Art.8º O Conselho Diretor é integrado por membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, sendo:

- I. o Diretor-Geral do CEFET/RJ, na qualidade de membro nato;
- II. um representante do Ministério da Educação;
- III. um representante da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro;
- IV. um representante da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro;
- V. um representante da Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro;
- VI. um representante dos ex-alunos do CEFET/RJ;
- VII. um representante do corpo discente do CEFET/RJ;
- VIII. um representante dos servidores técnico-administrativos do CEFET/RJ;
- IX. dezesseis representantes do corpo docente do CEFET/RJ, conforme art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§1º O representante do Ministério da Educação será indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

§2º As Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro indicarão seus representantes e respectivos suplentes.

§3º A Associação dos Ex-Alunos indicará seu representante e respectivo suplente.

§4º Os representantes do CEFET/RJ e seus respectivos suplentes serão eleitos como disposto no Regimento Geral.

§5º A Presidência do Conselho Diretor será exercida pelo Diretor-Geral, que terá o voto nominal e o de qualidade.

§6º É vedada a nomeação de servidores da Instituição como representantes das Federações e do Ministério da Educação.

§7º Caso necessário, deverão ser eleitos novos representantes docentes para suplementar o quantitativo previsto no inciso IX deste artigo, de forma a garantir o percentual de 70% (setenta por cento) de membros docentes na composição do Conselho Diretor, de acordo com o estabelecido pelo art. 56 da Lei nº 9.394/96.

Art.9º O mandato dos membros do Conselho Diretor será de 4 (quatro) anos.

§1º É permitida uma única recondução sucessiva de mandato.

§2º Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Diretor, assumirá o respectivo suplente, para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

§3º Na hipótese prevista no § 2º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

Art.10. Ao Conselho Diretor compete:

- I. homologar a política geral apresentada pela Direção-Geral nos planos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão, por meio de resoluções;
- II. submeter à aprovação do Ministério da Educação a proposta de alteração do Estatuto ou do Regimento Geral;
- III. acompanhar a execução orçamentária anual;
- IV. fiscalizar a execução do orçamento-programa do CEFET/RJ, autorizar-lhe alterações na forma da lei e acompanhar o balanço físico anual e dos valores patrimoniais do CEFET/RJ;
- V. apreciar as contas do Diretor-Geral, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros contábeis, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária da receita e da despesa;
- VI. deliberar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo CEFET/RJ, em função de serviços prestados, observada a legislação pertinente;
- VII. autorizar a aquisição e deliberar sobre a alienação de bens imóveis pelo CEFET/RJ;
- VIII. deflagrar o processo de escolha, pela comunidade escolar, do nome a ser indicado ao Ministro de Estado da Educação, para o cargo de Diretor-Geral;
- IX. aprovar a concessão de graus, títulos e outras dignidades;
- X. deliberar sobre a criação de novos cursos, observada a legislação vigente;
- XI. autorizar, mediante proposta da Direção-Geral, a contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infra-estruturas, mantidas a finalidade institucional e em estrita consonância com a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e das licitações;
- XII. deliberar sobre outros assuntos de interesse do CEFET/RJ levados a sua apreciação pelo Presidente do Conselho.

Subseção II

Da Diretoria-Geral

Art.11. O CEFET/RJ será dirigido pelo Diretor-Geral, nomeado na forma da legislação em vigor, para um mandato de quatro anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O ato de nomeação a que se refere o *caput* levará em consideração a indicação feita pela comunidade escolar, mediante processo eletivo, nos termos da legislação vigente.

Art.12. O Vice-Diretor-Geral substituirá o Diretor-Geral nos seus impedimentos legais e eventuais e será o responsável por acompanhar, coordenar, integrar e supervisionar as ações comuns, bem como promover a articulação entre as Unidades de Ensino.

Art.13. Nas faltas ou impedimentos do Diretor-Geral e do Vice-Diretor-Geral, suas funções serão exercidas pelo Diretor de Ensino.

Art.14. Ao Gabinete compete:

- I. assistir o Diretor-Geral, Vice-Diretor e Assessorias em suas representações política e social;
- II. preparar e encaminhar expediente do Diretor-Geral, Vice-Diretor-Geral e Assessorias;

III. manter atualizada e controlar o registro de documentação do Diretor- Geral, Vice-Diretor-Geral e Assessorias;

IV. encaminhar os procedimentos administrativos da Diretoria-Geral.

Art.15. Às Assessorias Especiais compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados a assuntos específicos definidos pelo Diretor-Geral e de interesse do CEFET/RJ.

Art.16. Pelo menos duas assessorias especiais deverão ser obrigatórias no âmbito do CEFET/RJ, conforme descrito a seguir:

I. Assessoria Jurídica, à qual compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados a assuntos de natureza jurídica definidos pelo Diretor-Geral e de interesse do CEFET/RJ;

II. Assessoria de Desenvolvimento Institucional, à qual compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados à articulação com o mundo do trabalho, no que tange às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Subseção III

Das Diretorias das Unidades de Ensino

Art.17. As Unidades de Ensino estão subordinadas ao Diretor-Geral do CEFET/RJ e têm a finalidade de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos termos do Regimento Geral do CEFET/RJ.

Parágrafo único. As Unidades de Ensino serão administradas por um Diretor e seu funcionamento será disciplinado em Regimento próprio.

Subseção IV

Da Diretoria de Administração e Planejamento

Art.18. A Diretoria de Administração e Planejamento, exercida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ e sua execução financeira e contábil.

Subseção V

Da Diretoria de Ensino

Art.19. A Diretoria de Ensino, dirigida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretoria de Extensão.

Subseção VI

Da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Art.20. A Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, dirigida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Extensão.

Subseção VII
Da Diretoria de Extensão

Art.21. A Diretoria de Extensão, dirigida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Subseção VIII
Da Diretoria de Gestão Estratégica

Art.22. A Diretoria de Gestão Estratégica, dirigida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ.

Subseção IX
Da Auditoria Interna

Art.23. A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, é o órgão responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito do CEFET/RJ, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Art.24. À Auditoria Interna compete:

- I. acompanhar o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- II. verificar o desempenho da gestão da instituição, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos;
- III. examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da instituição e tomada de contas especiais;
- IV. elaborar o plano anual de atividades de auditoria interna do exercício seguinte, bem como o relatório anual de atividades de auditoria interna, a serem encaminhados ao Conselho Diretor.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Art.25. A Organização Didática refere-se à maneira pela qual serão dispostos os cursos do CEFET/RJ, dentro do princípio de integração dos níveis e modalidades de ensino por ele ministrado.

Parágrafo único. A integração far-se-á pela ordenação e seqüência verticais, considerando-se que os profissionais de nível superior, qualificados pela Instituição, tenham no curso do ensino médio, ou correspondente curso da educação profissional de nível técnico, a base de sua sustentação.

CAPÍTULO V DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art.26. A comunidade escolar do CEFET/RJ é composta dos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

Parágrafo único. Os direitos e deveres, formas de admissão e regime de trabalho, dentre outros itens referentes à gestão de pessoal, serão discriminados no Regimento Geral e em atos do Diretor-Geral do CEFET/RJ, observada a legislação vigente.

Seção I Do Corpo Docente

Art.27. O regime jurídico do corpo docente será o determinado pela legislação vigente, relativa aos servidores públicos federais, no que couber.

§1^a Observar-se-á a legislação aplicável às modalidades de regime de trabalho.

§2^a As horas de trabalho a que estejam obrigados os docentes compreendem todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e de administração.

Seção II Do Corpo Discente

Art.28. O corpo discente do Centro será constituído por alunos regulares e por alunos especiais.

§1^a São alunos regulares os matriculados nos cursos de educação superior, de ensino médio e de educação profissional nos diferentes níveis, com direito ao respectivo diploma, após o cumprimento integral do currículo.

§2^a São alunos especiais, com direito a certificado após a conclusão do curso, os que se matriculam em cursos amparados pela legislação em vigor.

Seção III Do Corpo Técnico-Administrativo

Art.29. O regime jurídico do pessoal técnico-administrativo será o determinado pela legislação vigente, relativa aos servidores públicos federais, no que couber.

CAPÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR

Art.30. O regime disciplinar do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo do CEFET/RJ será o definido em Lei e, no que couber, o constante no Regimento Geral.

Art.31. O regime disciplinar do corpo discente será o estabelecido em Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Diretor, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Seção I Do Patrimônio

Art.32. O patrimônio do CEFET/RJ é constituído por:

- I. instalações, imóveis e equipamentos que constituem os bens patrimoniais;
- II. bens e direitos adquiridos ou que vier a adquirir.

Art.33. O CEFET/RJ poderá adquirir bens móveis, imóveis e valores, independentemente de autorização, observada a legislação pertinente.

Art.34. O patrimônio do CEFET/RJ constará de cadastro geral, com as alterações devidamente anotadas.

Seção II Do Regime Financeiro

Art.35. Os recursos financeiros do CEFET/RJ serão provenientes de:

- I. dotações que lhe forem anualmente consignadas no Orçamento da União;
- II. doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, Estado ou Município, ou por qualquer entidade pública ou privada;
- III. remuneração de serviços prestados a entidades públicas ou particulares, mediante convênio ou contratos específicos;
- IV. valores de contribuições e emolumentos por serviços prestados que forem fixados pelo Conselho Diretor, com observância da legislação específica sobre a matéria;
- V. resultado das operações de crédito e juros bancários;
- VI. receitas eventuais;
- VII. alienação de bens móveis e imóveis.

Parágrafo único. A expansão e manutenção do CEFET/RJ serão asseguradas basicamente por recursos consignados anualmente pela União.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.36. O detalhamento do Quadro Demonstrativo dos Cargos de Direção – CD e das Funções Gratificadas – FG do CEFET/RJ será aprovado por meio de portaria do Ministro de Estado da Educação.

§1º A consolidação da nova estrutura de Cargos de Direção e Funções Gratificadas no CEFET/RJ depende de prévia alteração dos quantitativos fixados na forma do Decreto nº 4.310, de 23 de julho de 2002.

§2º Caberá ao Ministério da Educação disciplinar o processo de destinação de novos Cargos de Direção e Funções Gratificadas ao CEFET/RJ, observando-se as seguintes diretrizes:

- I. a destinação de Cargos de Direção e Funções Gratificadas a Unidades de Ensino descentralizadas será efetivada apenas por ocasião de sua efetiva implantação;

II. a destinação de Cargos de Direção e Funções Gratificadas que importar em ampliação do quantitativo de Diretorias Sistêmicas deverá ser procedida de análise dos indicadores institucionais, a serem fixados por portaria ministerial.

Art.37. Até que se promova a ampliação do número de Cargos de Direção e de Funções Gratificadas, nos termos fixados pelo artigo anterior, permanece em vigor a atual estrutura organizacional do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ.

Art.38. O CEFET/RJ, conforme suas necessidades específicas, poderá constituir outros órgãos colegiados de natureza normativa e consultiva.

Art.39. A participação de servidor do CEFET/RJ em atividades realizadas em fundação de apoio ao CEFET/RJ, a título de colaboração esporádica em projeto de sua especialidade e sem prejuízo de suas atribuições funcionais, está sujeita a autorização prévia da Direção-Geral, de acordo com as normas aprovadas pelo Conselho Diretor.

Art.40. O Conselho Diretor, mediante proposta do Diretor-Geral ou de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá propor modificações neste Estatuto, sempre que tais modificações se imponham pela dinâmica dos serviços e pelo desempenho de suas atividades.

Parágrafo único. A medida prevista neste artigo somente se efetivará após homologação da autoridade competente, sendo que as modificações de natureza acadêmica só passarão a vigorar no período letivo seguinte.

Art.41. Enquanto não for aprovado o novo Regimento Geral baseado no presente Estatuto, será aplicado, no que couber, o Regimento aprovado pela Portaria ministerial nº 04, de 09 de janeiro de 1984, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de janeiro de 1984, e respectiva legislação complementar, naquilo que não contrariar a legislação federal de diretrizes e bases, e o presente Estatuto.

Art.42. As disposições do presente Estatuto e do Regimento Geral serão complementadas por meio de normas baixadas pelo Conselho Diretor.

Art.43. Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho Diretor.

Anexo V – Tabela dos cursos

Tabela 15 - Cursos Técnicos de Nível Médio oferecidos pelo Cefet/RJ.

EIXO	CURSO TÉCNICO	Modalidade	Duração	Campus	Regime	Obs.
Ambiente e Saúde	1-Enfermagem	Integrado	3 anos	Nova Iguaçu	Anual	Presencial
	2-Meteorologia	Integrado	4 anos	Maracanã	Anual	Presencial
Controle e Processos industriais	3-Automação Industrial	Integrado	3 anos	Nova Iguaçu	Anual	Presencial
			4 anos	Maria da Graça	Anual	Presencial
	4-Eletrônica	Integrado	4 anos	Maracanã	Anual	Presencial
			Subsequente	2 anos	Maracanã	Sem.
	5-Eletrotécnica	Integrado	4 anos	Maracanã	Anual	Presencial
			Subsequente	2 anos	Maracanã	Sem.
	6-Manutenção Automotiva	Integrado	4 anos	Maria da Graça	Anual	Presencial
	7-Mecânica	Integrado	4 anos	Maracanã	Anual	Presencial
			4 anos	Itaguaí	Anual	Presencial
		Subsequente	2 anos	Maracanã	Sem.	Presencial
Concomitante		3 anos	Angra	Sem.	Presencial	
8-Sistemas de Energias Renováveis	Subsequente	2 anos	Maria da Graça	Sem.	Presencial	
Gestão e Negócios	9-Administração	Integrado	4 anos	Maracanã	Anual	Presencial
		Subsequente	2 anos	Maracanã	Sem.	Presencial
		Integrado	3 anos	Nova Friburgo	Anual	Presencial
Informação e Comunicação	10-Informática	Integrado	4 anos	Maracanã	Anual	Presencial
			3 anos	Nova Iguaçu	Anual	Presencial
			3 anos	Nova Friburgo	Anual	Presencial
	11-Telecomunicações	Integrado	4 anos	Maracanã	Anual	Presencial
			3 anos	Nova Iguaçu	Anual	Presencial
			4 anos	Petrópolis	Anual	Presencial
			2 anos	Maracanã	Sem.	Presencial
Subsequente	4 anos	Maracanã	Anual	Presencial		
Infraestrutura	12-Edificações	Integrado	2 anos	Maracanã	Sem.	Presencial
		Subsequente	4 anos	Maracanã	Anual	Presencial
	13-Estradas	Integrado	2 anos	Maracanã	Sem.	Presencial
	14-Logística	Subsequente	3 anos	Itaguaí	Anual	Presencial
Produção Alimentícia	15-Alimentos	Integrado	3 anos	Valença	Anual	Presencial
Produção Industrial	16-Química	Integrado	4 anos	Valença	Anual	Presencial
Segurança	17-Segurança do Trabalho	Integrado	4 anos	Maria da Graça	Anual	Presencial
			4 anos	Maracanã	Anual	Presencial
		Subsequente	2 anos	Maracanã	Sem.	Presencial
Turismo, Hospitalidade e Lazer	18-Eventos	Integrado	4 anos	Maracanã	Anual	Presencial

Atualizada em 2023 - 2º semestre.

Tabela 16 - Cursos de Graduação oferecidos pelo Cefet/RJ.

CURSO DE GRADUAÇÃO	Modalidade	Duração	Campus	Implantação	Obs.
1-Administração	Bacharelado	8 sem	Maracanã	1998.1	Presencial
		8 sem	Valença	2015.1	Presencial
2-Ciência da Computação	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2012.2	Presencial
3-Engenharia Ambiental	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2016.2	Presencial
4-Engenharia Civil	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2007.2	Presencial
5-Engenharia de Alimentos	Bacharelado	10 sem	Valença	2014.1	Presencial
6-Engenharia de Computação	Bacharelado	10 sem	Petrópolis	2014.1	Presencial
7-Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2005.2	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2004.2	Presencial
8-Engenharia de Produção	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1998.1	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2005.2	Presencial
		10 sem	Itaguaí	2015.1	Presencial
		10 sem	Maracanã	2015.1	Semipresenc.
9-Engenharia de Telecomunicações	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
10-Engenharia Elétrica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
		10 sem	Nova Friburgo	2015.2	Presencial
		10 sem	Angra dos Reis	2016.1	Presencial
11-Engenharia Eletrônica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
12-Engenharia Mecânica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
		10 sem	Itaguaí	2010.2	Presencial
		10 sem	Angra dos Reis	2013.2	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2014.1	Presencial
13-Engenharia Metalúrgica	Bacharelado	10 sem	Angra dos Reis	2015.1	Presencial
14- Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2014.1	Presencial
15-Sistemas de Informação	Bacharelado	8 sem	Nova Friburgo	2014.1	Presencial
	Bacharelado	8 sem	Maria da Graça	2018.2	Presencial
16-Física	Licenciatura	8 sem	Nova Friburgo	2008.2	Presencial
		8 sem	Petrópolis	2008.2	Presencial
	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2018.2	Presencial
18-Gestão de Turismo	Tecnológico	6 sem	Maracanã	2012.1	Semipresenc.
		6 sem	Nova Friburgo	2008.2	Presencial
19-Turismo	Bacharelado	8 sem	Petrópolis	2015.1	Presencial
20-Matemática	Licenciatura	8 sem	Petrópolis	2020.1	Presencial

Atualizada em 2023 - 2º semestre.

Tabela 17 - Curso de Pós-Graduação oferecidos pelo Cefet/RJ.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>		IMPLANTAÇÃO
1- Engenharia de Produção e Sistemas - PPPRO Área: Engenharia de Produção (CAPES: Eng III)	Mestrado (Antigo PPTEC)	1992
	Doutorado	2016
2- Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais - PPEMM Área: Engenharia Mecânica/Materiais (CAPES: Materiais)	Mestrado	2008
	Doutorado	2016
3- Engenharia Elétrica - PPEEL Área: Engenharia Elétrica (CAPES: Eng IV)	Mestrado	2009
4- Ciência, Tecnologia e Educação - PPCTE Área: Ensino de Ciências e Matemática (CAPES: Ensino)	Mestrado	2010
	Doutorado	2013
5- Relações Étnico-Raciais - PPRER Área: Sociais e Humanidades (CAPES: Interdisciplinar)	Mestrado	2011
6- Filosofia e Ensino - PPFEN Área: Filosofia (CAPES: Filosofia)	Mestrado Profissional	2015
7- Ciência da Computação - PPCIC Área: Ciência da Computação (CAPES: Ciência da Computação)	Mestrado	2016
8- Instrumentação e Ótica Aplicada - PPGIO Área: Engenharia Elétrica (CAPES: Eng IV)	Doutorado	2015
9- Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos - PPDSP	Mestrado	2019

Atualizada em 2023 - 2º semestre.